



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA
NÍVEL MESTRADO

FRANK FERREIRA DOS SANTOS

**O SINDICALISMO BANCÁRIO CARIOCA
NO GOVERNO LULA**

FLORIANÓPOLIS
2010

Frank Ferreira dos Santos

O SINDICALISMO BANCÁRIO CARIOCA
NO GOVERNO LULA

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Orientadores: Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa e Prof^ª. Dr^ª. Nise Jinkings

Florianópolis
2010

Frank Ferreira dos Santos

O SINDICALISMO BANCÁRIO CARIOCA
NO GOVERNO LULA

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Aprovado em/..../.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Nise Jinkings

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Co-Orientador)

Prof. Dr. Ary Cesar Minella

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Prof^a. Dr^a. Sonia Fleury

Fundação Getúlio Vargas – FGV

Prof. Dr. Ricardo Müller

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (Suplente)

Para Gesse, minha melhor amiga
(*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Escrever esse trabalho seria impossível sem o auxílio providencial de inúmeras pessoas e entidades.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos parcial, fundamental para manter-me pensando integralmente no mestrado durante o período final da elaboração do presente texto.

Aos professores da UFSC, por terem me acolhido tão bem. Em especial, meus orientadores Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa e Prof. Dra. Nise Jinkings, que ajudaram a sanar dúvidas importantes na preparação do texto, mas também pela paciência nos momentos não tão felizes neste período.

Aos funcionários da UFSC, em especial Albertina e Fátima, cuja paciência para me suportar por anos na secretaria do PPGSP parecia não ter fim.

Aos dirigentes sindicais Almir Aguiar, Cyro Garcia, Ivan Pinheiro e Vinicius Assumpção que dispensaram parte do seu tempo e foram de grande valia ao cederem as entrevistas que integram esse texto.

Ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do município do Rio de Janeiro (SEEB/RJ), em especial aos diversos funcionários que me ajudaram na pesquisa com informações documentais e na execução das entrevistas.

Aos amigos que fiz no período vivido na UFSC e em Florianópolis. Pessoas que me deram apoio desde o princípio, seja afetivo, psicológico, material ou ético: Lívia Trevisan, Antonio Cesar, Caroline Jacques, Cassiane Zanatta, Eduardo “Cuducos” Gonçalves, Felipe Mattos, Luiz Christiano, Sílvia Fernandes e Victor Américo, entre muitos outros (citações nominais são complicadas por isso...).

Aos “Três Mosqueteiros” Diogo Tubbs, Leandro Hunstock e Rafael Medeiros. Não sei o que fiz pra merecer conhecê-los.

À Juliana Morsch e Paula Luísa “Milady” pela companhia virtual nas noites de insônia.

À Jessica Hunter, por me ajudar a ver que existe sol após a tempestade.

Aos professores Marcelo Rosa e Sonia Fleury pela ajuda acadêmica inestimável, antes mesmo de pensar em fazer um mestrado.

Ao meu pai, “seu” Chiquinho, por me auxiliar nos momentos difíceis pelos quais passei ao longo da elaboração desse texto, com sua tranquilidade e seu tom sereno. Por estar sempre ao meu lado.

Por fim, agradeço a Gesse, minha mãe, maior incentivadora em tudo o que fiz até hoje na minha vida. Onde quer que você esteja, continuará caminhando ao meu lado! Obrigado por tudo!

RESUMO

O presente trabalho trata da relação entre entidades sindicais e Estado no período 2003-2009, referente aos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente da República, utilizando como estudo de caso o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do município do Rio de Janeiro (SEEB/RJ), investigando em que medida a ascensão de Lula impactou nas estratégias políticas e corporativas do sindicalismo bancário (carioca), observando mudanças no grupo dirigente em nível municipal, dissídios salariais entre 2003 e 2008, a elaboração das estratégias de negociação e se tal elaboração era aceita pela base.

Com base na análise de livros, documentos oficiais, jornais sindicais e entrevistas com personagens do movimento sindical bancário carioca, conclui-se que, em comparação ao governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a relação entre as entidades sindicais bancárias e o governo federal passou por mudanças positivas, impulsionada pela aliança histórica entre trabalhadores e Lula. Mas essa modificação (cujo exemplo emblemático é a inclusão dos bancos públicos na mesa de negociação salarial, da qual participavam – até 2002 – trabalhadores e bancários do setor privado) teve implicações de caráter político: em nível nacional, o apoio do movimento sindical bancário ao governo Lula contribuiu para distanciar ainda mais a luta sindical e política dos trabalhadores de seus interesses de classe; em nível municipal, a estratégia de “unidade” dos bancários propiciou à fração carioca da Articulação Sindical utilizar-se deste expediente para reforçar sua hegemonia local no setor bancário.

Palavras-Chave: Sindicalismo bancário, Governo Lula, Partido dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores.

ABSTRACT

This paper deals with the relationship between unions and State in the period 2003-2009, concerning to two terms of Luiz Inácio Lula da Silva as President of the Republic, as a case study using the Union of Bank Employees in the city of Rio de Janeiro (SEEB / RJ), investigating to what extent the rise of Lula impacted the political and corporative strategies of trade unionism (of Rio), observing changes in the leading group at the city level, wage bargaining between 2003 and 2008, the development of negotiation strategies and if that development was accepted by base.

Analyzing books, official documents, newspapers and interviews with trade union figures of Rio's banking unionism, it's concluded that, compared to the Fernando Henrique Cardoso government (1995-2002), the relationship between banking unions and federal government underwent positive changes, pushed by the historical alliance between workers and Lula. But this change (who synthesis is the inclusion of public banks in the wage bargaining table, in the which participated - by 2002 - bank employees in the private sector) has implications of political character: at the national level, the banking union movement's support to Lula government contribute to distanced the political workers fight to class interest; at the municipal level, the "unity" strategy of the bank workers gave the Rio's fraction of the "Articulação Sindical" use of this expedient to reinforce it's the local hegemony in banking union sector.

Keywords: Banking Unionism, Lula Government, Workers Party, Workers Central Union.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	17
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	21
LISTA DE TABELAS.....	23
INTRODUÇÃO: O TEMA E AS HIPÓTESES DE TRABALHO.....	25
1. BREVE HISTÓRICO DO SINDICALISMO BANCÁRIO CARIOCA.....	35
2. O PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003-2006).....	66
2.1. INTRODUÇÃO.....	66
2.2. O OCASO DA COALIZÃO SINDICAL MUNICIPAL (2003-2004).....	71
2.2.1. GREVES DE 2003 E 2004.....	75
2.3. AUGE DA POLARIZAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA NO SINDICATO (2005-2006).....	87
3. O SEGUNDO GOVERNO LULA (2007-2009).....	97
3.1. INTRODUÇÃO.....	97
3.2. CAMPANHAS SALARIAIS (2007-2008).....	104
3.3. CRISE FINANCEIRA E EFEITOS NO SINDICALISMO BANCÁRIO CARIOCA (2008-2009)	110

4. NOTAS SOBRE O ALINHAMENTO DO SINDICALISMO BANCÁRIO (CARIOCA) AO GOVERNO LULA.....	125
4.1. SEEB/RJ E CÚPULA SINDICAL BANCÁRIA.....	125
4.2. SEEB/RJ E GOVERNO LULA.....	132
4.2.1. GREVES E A ESTRATÉGIA DE “UNIDADE”.....	140
4.3. PARTICIPAÇÃO DA BASE SINDICALIZADA AO SEEB/RJ E INFLUÊNCIA NAS ESTRATÉGIAS DA DIRETORIA SINDICAL.....	149
4.4. CONCLUSÃO.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
APÊNDICE 1: DIRETORIAS SINDICAIS ELEITAS DURANTE O GOVERNO LULA.....	171
APÊNDICE 2: AGÊNCIAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (2002-2009).....	173
APÊNDICE 3: DADOS SOBRE OS ENTREVISTADOS.....	174
APÊNDICE 4: CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL.....	175
APÊNDICE 5: ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS.....	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	179

LISTA DE SIGLAS

- AI-5 – Ato Institucional Número 5
BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro
BB – Banco do Brasil
BEP – Banco do Estado do Piauí
BERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro
BESC – Banco do Estado de Santa Catarina
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCQ – Centro de Controle de Qualidade
CCT – Contrato Coletivo de Trabalho
CEF – Caixa Econômica Federal
CENB – Comissão Executiva Nacional dos Bancários
CGT (Joaquinzão) – Central Geral dos Trabalhadores
CGT (Magri) – Confederação Geral dos Trabalhadores
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNB – Confederação Nacional dos Bancários
CONCLAT (da CGT) – Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora
CONCLAT (da CUT) – Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONCUT – Congresso da Central Única dos Trabalhadores
CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas
CONTEC – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito
CONTRAF – Confederação dos Trabalhadores no Ramo Financeiro
COTEMINAS – Companhia de Tecidos Norte de Minas
CPD – Centro de Processamento de Dados
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CSO – Centro de Serviços Operacionais
CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DNB – Departamento Nacional dos Bancários

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEBRABAN – Federação Brasileira dos Bancos
FENABAN – Federação Nacional dos Bancos
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FNT – Fórum Nacional do Trabalho
FS – Força Sindical
IAP – Instituto de Aposentadoria e Pensão
IAPB – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC – Índice Nacional dos Preços ao Consumidor
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LER – Lesão por Esforço Repetitivo
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
MIA – Movimento Intersindical Antiarrocho
MP – Medida Provisória
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
MTIC - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
PAQ – Plano de Adequação de Quadros
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDV – Plano de Demissão Voluntária
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Partido Liberal
PLR – Participação nos Lucros e Rendimentos (ou Resultados)
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desestatização
PPB – Partido Progressista Brasileiro
PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento
do Sistema Financeiro Nacional
PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual
na Atividade Bancária
PROFIF - Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras
Públicas Federais
PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
P-SOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RH – Recursos Humanos
SEEB/RJ – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
do município do Rio de Janeiro
SFN – Sistema Financeiro Nacional
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TAA – Terminal de Auto-Atendimento
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
TST – Tribunal Superior do Trabalho
URR - Unidade Regional de Reestruturação de Ativos

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1: Participação das instituições bancárias no total de ativos – 1996 e 2006 (em %)**.....127
- Gráfico 2: Quantidade de bancos, segundo a origem do capital, com agências na cidade do Rio de Janeiro (Outubro-2009)**.....132
- Gráfico 3: Evolução dos reajustes salariais – 1998/2008**.....145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade de bancos segundo a origem do capital (Brasil).....	56
Tabela 2: Índices de inflação e reajustes salariais entre 1995 e 2002 (em %).....	76
Tabela 3: Evolução no número de bancários por agência no Brasil (1986-2006).....	100
Tabela 4: Variação salarial no setor bancário (admitidos e demitidos).....	101
Tabela 5: Ativos do Sistema Financeiro Nacional entre 2002 e 2008 (em Bilhões R\$).....	112
Tabela 6: Ranking de bancos no município do Rio de Janeiro, por agências bancárias (2002-2009).....	113
Tabela 7: CONTRAF - Diretoria e Diretoria Executiva (por Estado).....	128
Tabela 8: Receitas e despesas sindicais (2002-2008).....	139
Tabela 9: Bancos – Distribuição do Valor Adicionado entre 1999 e 2007 (em %).....	147
Tabela 10: 50 maiores bancos – lucro líquido por	

funcionário entre 2002 e 2008 (em R\$).....148

Tabela 11: Diretorias eleitas no SEEB/RJ (2003-2009).....157

**Tabela 12: Diretores sindicais eleitos na CONTRAF e
SEEB/RJ, por tipo de banco (2006-2009).....158**

**Tabela 13: Chapas oposicionistas nas eleições do SEEB/RJ
(2006-2009).....159**

INTRODUÇÃO

O TEMA E AS HIPÓTESES DE TRABALHO

O sindicalismo bancário consolidou-se, ao longo do século XX, como um dos maiores expoentes do movimento sindical brasileiro e importante ator no cenário sócio-político do país, participando de momentos importantes na reformulação da legislação sindical, das entidades sindicais e no *modus operandi* dos sindicatos propriamente dito, ora em períodos democráticos ou em períodos donde vigorava a autocracia.

No último quartel do século passado, os bancários filiam-se a uma agitação maior, liderada por grupos sindicais calcados na resistência de cunho político à ditadura militar instaurada em 1964. Resistência esta incisiva e irradiadora de algumas das maiores manifestações grevistas dos anos 1980, época em que o movimento sindical conseguia colocar-se como um dos principais canalizadores de alguns dos anseios básicos pela democratização da sociedade brasileira.

Mesmo considerando-se as vicissitudes pelas quais passou, com as transformações de cunho sócio-econômico, crise do movimento sindical e das formas de representação, em virtude notadamente do aumento nas taxas de desemprego na década de 1990, colocando os sindicatos em posição um tanto quanto defensiva, os alicerces políticos cunhados nos anos 1980 mostram-se sólidos. Contribuíram, sobremaneira, para dar suporte à ascensão de forças políticas que, sintetizadas na figura de Luiz Inácio Lula da Silva, personagem eminente do movimento sindical (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo – SP), lograram êxito na vitoriosa campanha eleitoral para a presidência da República, em 2002.

A ascensão de Lula trás consigo a inserção estratégica, no seio do governo federal, de representantes do movimento sindical defensores históricos de um modelo de posicionamento sindical, em sua origem, pautado por um viés combativo e classista, que ajudaram a conceber, no campo político, o Partido dos Trabalhadores (PT). Criado em 1980, o PT em sua origem compunha-se também por setores da Igreja Católica, representantes da estrutura sindical oficial, intelectuais e membros da classe média (RODRIGUES, 1990b, p. 12-16). Já no plano sindical, as

mesmas forças sociais constituíram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983 para representar várias correntes e tendências desse sindicalismo classista.

Interessa notar o quanto as duas instituições, no limite, complementar-se-iam num tipo único de concepção político-sindical. Lideradas por uma “elite sindical”, composta por trabalhadores que gozam de condições salariais e de trabalho acima da média da “classe-que-vive-do-trabalho”¹, cujas instituições de representação sindical desfrutavam de elevada capacidade organizativa e luta sindical. Grupo seletivo no qual os bancários, em conjunto com os metalúrgicos, petroleiros, professores e funcionários de empresas estatais, estavam situados (BOITO JR., 2005).

Havia a expectativa, por parte desta elite sindical, que a eleição de Lula ensejasse uma mudança paradigmática positiva no diálogo do movimento sindical junto ao Estado, principalmente a se considerar o apoio político desta fração da sociedade, uma vez que a relação de interesses e representação entre classes não encontrava mais qualquer legitimidade no governo Fernando Henrique Cardoso para continuar a ser executada, engolida pela agenda “neoliberal”, de extrema penetração nas diretrizes sócio-econômicas implementadas até então (OLIVEIRA, 2007a, p. 38).

Em estudo sobre a elite política, Maria Celina D' Araújo (2007, p. 43) enfatiza a expressiva participação de sindicalistas no governo Lula (45% dos participantes em cargos de alto escalão e de confiança no governo são filiados a algum sindicato; 80% dos filiados a algum partido, ligados ao Partido dos Trabalhadores) em comparação com a média nacional de trabalhadores filiados a sindicatos (14,5%)². A

¹ “A *classe-que-vive-do-trabalho*, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores *produtivos* (...). Sendo o trabalhador *produtivo* aquele que produz diretamente mais-valor e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletário industrial o seu núcleo principal. Mas a *classe-que-vive-do-trabalho* engloba também os trabalhadores *improdutivos*, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valor.” (ANTUNES, 1999, p. 102)

² Em sentido paralelo e com dados de 1994 até 2003, Coradini (2007) dá ênfase ao aumento da participação de políticos (deputados federais, senadores e ministros) ligados a “entidades associativas” (ao qual se incluem os sindicatos) filiados aos mais variados espectros políticos. Segundo Coradini, tal aumento se deve “à elevação da concorrência eleitoral no período posterior ao regime autoritário” de 1964 a 1985.

ligação sindical-partidária, quando vista pelo viés do sindicalismo bancário, expõe a penetração de quadros oriundos do movimento sindical (na estrutura estatal de poder) em quantidade sem precedentes na história do país.

Notadamente no alto escalão e em cargos governamentais de relevância, em algum momento do período 2003-2009, os egressos principais do setor bancário são Ricardo Berzoini (ex-ministro da Previdência e ex-ministro do Trabalho e Emprego, ligado ao Sindicato dos Bancários de São Paulo), Olívio Dutra (ex-ministro das Cidades, ligado ao Sindicato dos Bancários de Porto Alegre), Luiz Gushiken (ex-secretário de Comunicação de Governo, ligado ao Sindicato dos Bancários de São Paulo) José Pimentel (ex-ministro da Previdência Social, ligado ao Sindicato dos Bancários de Fortaleza), Sérgio Rosa (presidente – durante todo o período estudado – da Previ, fundo previdenciário do Banco do Brasil; ex-presidente da Confederação Nacional dos Bancários), Wagner Pinheiro Oliveira (presidente da Petros, fundo previdenciário dos funcionários da Petrobras; ex-diretor da Federação dos Bancários de São Paulo) e João Vaccari Neto (Membro do Conselho Administrativo de Itaipu Binacional), ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, além de secretário da CUT), com todas as implicações inerentes a esta aproximação.

Mas não são apenas nas estruturas superiores da esfera de poder governamental que membros oriundos do movimento sindical bancário localizam-se, obtendo cargos diversos também no Congresso Nacional e nos 2º e 3º escalões do governo, “setores intermediários e de base da hierarquia do Estado bem como as ONGs financiadas pelo governo” (BOITO JR., 2005), em grande medida alinhados às diretrizes da Articulação Sindical, hegemônica no PT, na CUT e no sindicalismo bancário, contribuindo para gerar uma “reação em cadeia” envolvendo governo e entidades sindicais cutistas. Todos unidos por fatores históricos, institucionais, políticos e corporativos.

Por se situar na base da estrutura sindical cutista e ser hegemonicamente dirigido por sindicalistas ligados à Articulação Sindical desde 1991, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro (SEEB/RJ) é atingido – ainda que de forma indireta – pelos efeitos da ascensão de Lula como Presidente da República. E é esse período de mudança paradigmática (ou expectativa de mudança) para o movimento sindical (bancário), iniciado em 2003, escolhido para protagonizar o presente estudo.

O objetivo principal da pesquisa é examinar o posicionamento político-estratégico do SEEB/RJ ao longo do governo Lula (especificamente entre os dois mandatos sindicais completos do período: 2003-2006 e 2006-2009), defendendo que as principais diretrizes políticas nacionais e econômico-corporativas elaboradas pelo sindicalismo bancário carioca, em realidade, têm origem nas instâncias sindicais de cúpula, hegemônicas pela fração paulista da Articulação Sindical, retratando a fragilização das entidades sindicais bancárias de base, iniciada nos anos 1990 com as fusões, aquisições e privatizações que diminuíram o contingente de trabalhadores sindicalizados e o poder dos sindicatos em nível municipal ou local.

Antonio Gramsci entende que a hegemonia deve, fundamentalmente, levar em conta os interesses sobre os grupos cuja influência será exercida (nos níveis ético-político, econômico, corporativo, entre outros), até mesmo com a abdicção de determinados pontos de vista, desde que não envolvam questões fundamentais em disputa. Em síntese, a hegemonia deve ser uma combinação de força e consenso “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2000, p. 95).

Em contraposição à dominação coercitiva, a hegemonia requer, portanto, o consenso. Espelhada, sobretudo, na conquista de supremacia de um grupo sobre outro, pautada pela correlação de forças existente no momento³. O que pressupunha a imposição, ainda que de forma não-violenta, de pontos de vista que, por conseqüência, podem vir a fragilizar a autonomia entre os grupos políticos. Dissertando sobre o Estado, Carlos Nelson Coutinho (1981, p. 94) observa que o grau de autonomia entre os grupos em disputa depende das correlações de forças “entre as classes sociais que disputam a supremacia”. Passando para os entes sindicais e sua relação com o Estado, pode-se inferir que é a disputa e a observação de tal disputa por parte das mais eminentes personagens componentes destes grupos que ajudam a constituir o posicionamento adotado pelos grupos sindicais individualmente e, num quadro geral, na sua inserção a grupos de maior complexidade e proeminência organizativa.

Defende-se neste texto que, no caso do sindicalismo bancário

³ Sobre correlação de forças, Gramsci (2000, p. 45) resalta que as análises concretas de tais relações “não podem e não devem ser fins em si mesmas (...) mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade.”

carioca, o período referente ao governo Lula assistiu ao definhamento da autonomia política da entidade sindical de base. Considera-se que essa perda de autonomia seria parte de um comportamento adaptativo dos dirigentes sindicais ante a crise de representação sindical iniciada nos anos 1990, entendendo que o papel do sindicato seria o de buscar mudanças que tão somente dizem respeito ao seu âmbito de representação. Isto apoiado em uma “coalizão de sindicatos”, hegemônica pelas instituições de cúpula, nos dissídios coletivos e outras manifestações de vulto nacional.

No governo Lula, esta subordinação ensejaria implicações importantes nos níveis político e econômico-corporativo. Em primeiro lugar, a ligação *direta* existente entre o governo federal e as entidades de cúpula sindical (CUT e CONTRAF, especialmente a última) enquanto bases de sustentação implicaria em apoio *indireto* das direções sindicais bancárias cidadinas ao governo federal observadas, sobretudo, na forma como se deu a expansão do Contrato Coletivo de Trabalho⁴ aos bancários do setor público, com a defesa da mesa unificada de negociações básica, aceita pela diretoria sindical carioca enquanto elemento que buscasse abranger a categoria bancária em nível nacional. A natureza do posicionamento alimentado pela relação entre entidades sindicais (cutistas) e governo federal nos “anos Lula” sofre diferentes formas de análise, críticas ou um tanto quanto condescendentes.

Para Vêras de Oliveira (2007, p. 66), o posicionamento crítico dessas entidades sindicais em relação ao governo federal perde espaço, ao longo do governo Lula, para a hesitação em programar ações mais radicais e manifestações grevistas de vulto. Francisco de Oliveira (2006, p. 302) vai além e chega a conceituar esta hesitação das entidades sindicais cutistas como parte de um “seqüestro”, efetuado pelo Estado, das organizações e movimentos sociais em sua totalidade.

Em linha de raciocínio igualmente crítica, Armando Boito Jr. (2005) aponta a necessidade de se considerar, sobretudo, o fato de estar incutido no seio da citada “elite sindical”, liderada pela Articulação Sindical, uma espécie de “ilusão de poder”, com os sindicalistas imaginando ter alcançado o poder ou ao menos imaginando participar decisivamente do governo Lula, dado o apoio e penetração neste mesmo governo, ainda que (por ventura) não ocupem diretamente os principais cargos do Executivo.

⁴ Negociação das bases trabalhistas e corporativas no setor bancário, então negociada pelas entidades sindicais (em nome dos trabalhadores do setor privado) e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). A CCT iniciou-se em 1992. Mais informações no capítulo 1.

Esta posição de Boito Jr. é questionada por Marques e Mendes (2006), cuja opinião é de que a simples ligação entre PT e CUT (ambas hegemônicas pela Articulação) estabelecia um canal privilegiado entre esta “elite sindical” e o governo federal, incluindo a parte correspondente do movimento sindical no centro de poder, ao invés de uma emulação, de uma “ilusão de poder”, possibilitando impedir ou aplacar o poder de contestações mais incisivas advindas da base dos trabalhadores que desestabilizassem o governo.

Já Radermacher e Melleiro (2007), ao contrário, interpretam tal posicionamento como uma espécie de “solidariedade crítica” das entidades sindicais de cúpula em relação ao governo (oriunda principalmente da CUT), tendo por objetivo defendê-lo, dada a coalizão governista e o arco de alianças de múltiplos interesses díspares. Segundo Vêras de Oliveira (2007, p. 66), também teria sido a saída encontrada pela central para tentar evitar o rótulo de “sindicato oficial”.

No cenário municipal, o apoio indireto ao governo Lula e subserviência direta às principais decisões de cariz político e corporativo, provenientes das instituições de cúpula, sintetizadas no advento da mesa unificada de negociação salarial básica, buscariam resguardar o governo de críticas mais incisivas provenientes de grupos declaradamente opositores. No entanto, se a “mesa única” seria supostamente eficaz no que concerne a defesa política do governo Lula pelas direções sindicais bancárias, também propiciaria o surgimento de importante paradoxo interno, um conflito de interesses em relação principalmente aos bancários do setor público, mais ativos no conjunto da base sindical bancária, que vislumbrariam alcançar, com o advento do governo Lula, a reposição de perdas salariais e reconquistar direitos perdidos no governo FHC.

E este é o segundo ponto a ser colocado em questão: a mesa unificada de negociações básica teria o caráter de controlar ou minimizar os efeitos dos protestos e impulsos baseados nessas demandas reprimidas entre os bancários do setor público, sob o pretexto de incentivar o fortalecimento dos instrumentos de negociação e a “unidade” entre os trabalhadores, contribuindo direta ou indiretamente, ao surgimento de uma crescente e generalizada apatia no seio do movimento sindical ante o governo Lula, no intuito de “anular a força autônoma e independente do movimento sindical, através da permanente cooptação de suas direções e um processo de ‘estatização’ das organizações dos trabalhadores” (DRUCK, 2006, p. 330-331). No caso particular da cidade do Rio de Janeiro, a defesa da “unidade” e das instâncias de negociação básica unificada mostrar-se-iam importantes à

direção sindical bancária carioca como forma de manter o poder local e o controle ideológico junto às bases nos momentos mais agudos de contestações por parte dos trabalhadores, principalmente oriundos do setor público.

Tal política, que teria contribuído pouco ao aumento da representatividade do movimento sindical bancário no Rio de Janeiro, contribuiu ao fortalecimento dos dirigentes sindicais, moldados ao que João Bernardo (1987, p.13) conceituou como “classe dos gestores”, entendido como um grupo de dirigentes sindicais que não visam nada além da implantação de “modificações que, na melhor das hipóteses, aumentem os salários, diminuam o desemprego, melhorem as condições de trabalho. Por isso mesmo, sempre que se desenvolvem lutas, as direções sindicais procuram contê-las em limites aceitáveis pelo patronato, para que as negociações possam prosseguir”.

Para introdução ao tema, em conjunto a textos que abordam a história do sindicalismo bancário (carioca), pretendo utilizar a literatura sociológica existente que trata do sindicalismo e relações de trabalho, cuja bibliografia discute as transformações ocorridas na relação capital-trabalho, suas causas e conseqüências, no Brasil a partir dos anos 1980. Em particular, nos textos concernentes às transformações sócio-econômicas trazidas pela reestruturação no setor bancário, com conseqüências no sindicalismo bancário.

Informações referentes à atuação do sindicato no período do governo Lula deverão ser apreendidas com a ajuda de notícias veiculadas em jornais ligados a entidades de classe (DIAP, CONTRAF), bem como sites de jornais, revistas e agências de notícias variadas. Outras importantes fontes são textos, pesquisas e tabelas elaboradas por órgãos ligados ao estudo das questões trabalhistas e sindicais, casos da Central Única dos Trabalhadores, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Central do Brasil e relatórios sociais da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), entre outros.

Com relação ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro, utilizei fontes documentais obtidas junto ao Centro de Documentação, como jornais e informativos do sindicato, em conjunto com informações disponíveis no site da entidade sindical, além de balanços de acordos salariais, e livros sobre a história do sindicato.

Dado o caráter do objeto de estudo, privilegiando o estudo da entidade sindical de primeiro grau, entrevistei personagens de variadas matizes políticas ligadas ao SEEB/RJ no período estudado (2003-2009),

como os presidentes eleitos nos pleitos compreendidos pelos anos citados. Também efetuei entrevistas com representantes da Oposição Sindical que militaram também na direção sindical ou oriundos da base minoritária de apoio ao sindicato, que chegaram a estar na oposição em algum momento, procurando sua avaliação do período. Utilizo para tal a opção das entrevistas semi-estruturadas.

De modo a dar prosseguimento e sistematização dos dados colhidos, foram elaborados quatro capítulos:

O primeiro capítulo tem por objetivo mostrar um retrospecto do movimento sindical bancário carioca ao longo do século XX, desde o surgimento das associações de representação do trabalhador bancário e o nascimento do sindicato carioca até as origens político-sindicais dos grupos e frações cujas atuais lideranças sindicais bancárias cariocas são ligadas, ainda que indiretamente, aos movimentos de resistência sindicais à ditadura militar que tomam vulto a partir do final dos anos 1970, atingem seu auge nos anos 1980 e entram em crise ao longo dos anos 1990, principalmente nos governos dos presidentes Fernando Collor de Mello e FHC.

O segundo capítulo trata do posicionamento do SEEB/RJ desde a ascensão de Lula à presidência da República até o final do 1º mandato, em 2006, observando os efeitos colaterais no interior do sindicalismo bancário carioca em momentos capitais do período 2003-2006 para o movimento sindical bancário nacional: 8º CONCURTO, advento da “mesa única”, greves de 2004 e 2006, eleições sindicais de 2003 e 2006, bem como os grupos políticos que foram formados em ambas as eleições e no espaço de tempo supracitado.

O terceiro capítulo segue trajeto similar ao verificado no capítulo anterior, desta vez observando o 2º mandato de Lula até as eleições sindicais municipais de 2009 e temas nacionais atinentes ao sindicalismo bancário carioca, como as campanhas salariais de 2007 e 2008, a questão da rotatividade no emprego e a crise financeira deflagrada em 2008.

O quarto capítulo, baseando-se nos dois capítulos anteriores, tem por objetivo demonstrar em que medida as políticas de vulto defendidas pela diretoria sindical do SEEB/RJ foram elaboradas pelas instâncias sindicais de cúpula, lideradas pelo sindicalismo bancário de São Paulo, subordinando o sindicato carioca diretamente a essas instâncias e indiretamente ao governo Lula, observado a ligação existente entre as instituições sindicais bancárias de cúpula e Estado.

A relação entre movimento sindical e Estado, durante o governo Lula, torna-se um tema importantíssimo de estudo para os campos da

Sociologia e Política, dado o fato de um ex-sindicalista tornar-se mandatário máximo da República. No entanto, analisar este rico período sob o ponto de vista do sindicalismo bancário carioca, longe de desejar açambarcar o contexto geral que envolveu movimento sindical (cutista) e governo federal nos “anos Lula”, tem por objetivo dar subsídios ao estudo deste período precioso ao movimento sindical como um todo e ao sindicalismo bancário, em particular⁵.

⁵ Apesar de compreender que bancários e banqueiros estão incluídos no mesmo espectro analítico, o estudo se restringirá às entidades sindicais provenientes dos trabalhadores bancários. Tratarei, principalmente, da relação entre Estado e Sindicato e entre cúpula e base sindical. Salientando, porém, a existência de outras relações no setor bancário que, por limitações variadas, não serão alvo de análises mais apuradas (casos da relação entre bancos e Estado, bancos e sindicatos, bancos internacionais e nacionais, públicos e privados), por não serem objetivos do trabalho.

CAPÍTULO 1

Breve histórico do sindicalismo bancário carioca

A formulação de entidades pautadas sob a lógica de exercer uma representação classista no setor bancário era inexistente até a década de 1920. Ao contrário do que começava a ocorrer em outros grupos de trabalhadores urbanos (como o do setor têxtil, por exemplo), que se organizavam para constituírem grupos de pressão junto ao capital e Estado, mesmo com os inúmeros empecilhos encontrados para tal empreitada (BATALHA, 2000, p. 33), os trabalhadores bancários não gozavam de entidades representativas que pudessem reivindicar melhorias das condições de trabalho e/ou salariais, junto ao Estado ou aos banqueiros. Até então, apenas brotavam entidades assistencialistas e mutualistas, visando o atendimento de serviços básicos.

As primeiras manifestações associativas que englobavam os trabalhadores bancários – de forma similar aos atuais sindicatos – são verificáveis com o surgimento, em 1923, da Associação dos Funcionários de Bancos de São Paulo (CANÊDO, 1986, p. 9). No que concerne à cidade do Rio de Janeiro, podemos verificar as primeiras movimentações para formação de uma entidade associativa em fins da década de 1920, com a fundação da Associação dos Funcionários de Bancos do Rio de Janeiro, em 5 de novembro de 1929, modificada (no dia 17 de janeiro de 1930⁶) para Federação dos Bancários do Brasil (OLIVEIRA, 1990, p. 27-30; LIMA FILHO, 2006, p. 103)

Porém o potencial associativo do setor bancário, até àquele momento de caráter limitado para alcançar melhorias nas condições salariais e de trabalho, principalmente pela ênfase autoritário-paternalista na relação junto ao patronato (OLIVEIRA, 1990, p. 14) sofreria mudanças, no bojo das transformações políticas que culminariam na Revolução de outubro de 1930 e na criação, por Getúlio Vargas, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o “Ministério da Revolução”, em 26 de novembro do mesmo ano. Ensejariam um conjunto de diretrizes, concebidas tanto para a organização e/ou

⁶ No mesmo ano, surge a publicação "O Bancário", "Com periodicidade variada até 1991, quando se torna jornal diário. Entre 1958 e 1964, foi o órgão nacional dos bancários" (LIMA FILHO, 2006, p. 103).

surgimento das entidades sindicais, quanto à legislação reguladora das relações profissionais entre empregadores e empregados, que passariam a ter total ingerência do Estado.

Com a criação do MTIC e o advento do Decreto N^o. 19.770, firmado em 19 de março de 1931, outorgando unicamente ao Estado a organização da estrutura hierárquico-burocrática das entidades sindicais⁷, os bancários cariocas substituem “a denominação de Federação pela de Sindicato Brasileiro de Bancários” (LIMA FILHO, 2006, p. 103) e solicitam seu reconhecimento junto ao Estado⁸. É nesta conjuntura que, no entender de Oliveira (1990, p. 48), o movimento sindical bancário passaria a observar-se a si mesmo “como uma parcela do movimento operário”.

Até então, a vida sindical das entidades ligadas aos bancários mostrava-se incipiente, quando comparada aos de outros trabalhadores urbanos, por não terem praticado em suas origens um associativismo realmente autônomo. Também por isso, a nova lei de sindicalização era vista com bons olhos pelos bancários, já que auxiliavam o interesse imediato por reconhecimento enquanto órgão classista, não conquistado na relação direta com os banqueiros, em grande parte pela falta de uma “experiência de luta” (ANTUNES, 1982, p. 102)⁹, fazendo caminho inverso ao de outros grupos de trabalhadores de organização sindical mais sólida, que não estavam dispostos a trocar sua autonomia pela tutela do Estado (OLIVEIRA, 1990, p. 13).

O associativismo operário seria especialmente regulado¹⁰ mais

⁷Composta, a partir de então, por sindicatos, federações e confederações, doutrinados pelos critérios de unicidade sindical e monopólio de representação, organizados através da ocupação (trabalhadores) ou categoria econômica (empregadores), transformando-se, cada qual em seu raio geográfico de atividade, no único ator político cujo papel de representação seria outorgado pelo Estado.

⁸ Em 1941, passaria a se chamar Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Distrito Federal. Ao longo dos anos, outras mudanças na denominação do sindicato ocorreriam pelas mudanças políticas enfrentadas pela cidade do Rio de Janeiro, com a mudança para Estado da Guanabara (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado da Guanabara, em 1973) e na transformação da cidade em capital do “novo” Estado do Rio de Janeiro (Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Município do Rio de Janeiro, em 1975), até a mudança para o nome atual (Sindicato dos Bancários e Financeiros do Município do Rio de Janeiro), com a representação do sindicato sendo estendida para o setor financeiro (LIMA FILHO, 2006, p. 106). No entanto, apesar da mudança, o sindicato carioca ainda é identificado pela sigla SEEB/RJ.

⁹ Canêdo (1986, p. 14) observa que as lideranças sindicais enxergavam de forma negativa o enquadramento sindical, pois já tinham sido reconhecidos de fato pelo patronato e pelo Estado.

¹⁰A adaptação à estrutura corporativa se deu de maneira desigual: enquanto as entidades livres dos trabalhadores foram paulatinamente destruídas pela ditadura varguista, as entidades setoriais ligadas ao empresariado foram mantidas (convenientemente) paralelamente à estrutura

do que em qualquer época anterior, com o Estado preocupando-se em captar as reivindicações dos trabalhadores (urbanos, principalmente) e devolvendo aos mesmos como uma “dádiva” estatal (ANTUNES, 2005b, p. 164), uma espécie de concessão feita pelo governo que teria se “antecipado” às pressões advindas da sociedade. Porém, a aceitação das reivindicações e a legitimidade de representação, efetuadas sob a capa protetora do Estado, limitavam a autonomia dos sindicatos (MORAES FILHO, 1978, p. 137).

Mas para os bancários, estar atrelado ao Estado era um problema menor, em vista do que poderia ocorrer num conflito direto com os empregadores, pois “havia a certeza de que somente o Estado poderia protegê-los de um empresariado dependente das decisões governamentais” (CANÊDO, 1986, p. 299). Mesmo assim, a adesão de diversos sindicatos (como foi o caso do setor bancário) ao sindicalismo corporativo não poderia ser visto apenas como fruto da fragilidade política ou apoio irrestrito a Vargas, mas também como uma escolha, de acordo com os interesses da classe (ARAÚJO, 1996, p. 10), proporcionando alimentar um paradoxo entre a “subordinação” à estrutura sindical corporativa e a insubordinação ao projeto varguista em seu conjunto.

Prova disso é que, entre 1933 e 1935, são deflagradas grandes campanhas no setor bancário para reivindicação de direitos trabalhistas e, por conseqüência, em oposição ao governo Vargas. A primeira campanha de impacto é pela jornada de trabalho de 6 horas, finalmente criada pelo Decreto-Lei N^o. 23.322, de novembro de 1933. No ano seguinte, campanha pelas legislações social e previdenciária específica aos bancários, tendo como principais pontos a criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB) e estabilidade aos dois anos de emprego, culminam na primeira greve reunindo diversos sindicatos de bancários no Brasil. Sob a coordenação dos bancários cariocas, de São Paulo e Santos, é iniciada dia 7 de julho, resultando no Decreto N^o 24.615 e na Lei N^o. 54, de 12 de setembro de 1934, respectivos às principais demandas dos trabalhadores bancários¹¹ (CANÊDO, 1986, p. 19; SEEB/RJ, 2000, p. 5; OLIVEIRA, 1998, p.

corporativa clássica. Contudo, a tese da tutela total do Estado no caso específico dos industriais é colocada em xeque por Leopoldi (2000, p. 76), que defende a continuidade entre a organização classista vigente entre os industriais e a legislação sindical perpetrada por Vargas.

¹¹ A Lei n^o 54 vigora até o advento, em 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), compilação do conjunto de normas legais que regiam as relações entre empregados e empregadores até àquele momento. A partir de então é instituída, a todos os trabalhadores, estabilidade aos 10 anos de emprego.

169).

Às duas campanhas, seguem-se articulações de natureza sindical que contribuem para a criação, em 1935, da Federação Nacional dos Bancários, no Rio de Janeiro. Constituído pela totalidade dos sindicatos reconhecidos no país, representava o mais alto grau de articulação do setor sindical bancário até àquele momento (CANÊDO, 1986, p. 21-22; OLIVEIRA, 1990, p. 50).

A elevação das contestações entre os trabalhadores bancários é acompanhada, no mesmo ano, pela escalada da repressão estatal, tendo como pretexto a repressão aos comunistas, embora ressoe sobre todo o movimento sindical, no que é considerado por Vianna (1989, p. 223) como “data real” para início do Estado Novo. O clima ditatorial presente – com prisões de dirigentes sindicais – não deixava de ser sentido entre os bancários cariocas: o sindicato fica abandonado e ocorre a diminuição do seu quadro social: de 2.597 para 1.882 sócios entre 1935 e 1936 (OLIVEIRA, 1998, p. 52-53).

Durante o Estado Novo, o controle (ou “regulação”) do movimento sindical passa por algumas mudanças, principalmente no que concerne aos mecanismos coercitivos aplicado pelo Estado. O principal deles, o Decreto-Lei Nº 1.402 (julho de 1939), implantando o sindicato único por categoria profissional, seria defendido com ênfase pelas direções bancárias “seja porque de fato não existia outra opção, seja por concordarem, ao menos em parte, com a própria Lei” (OLIVEIRA, 1998, p. 60). Não obstante, a instrumentalização do enquadramento sindical somente passaria a ser possível com os recursos do imposto sindical (Decreto-Lei de nº. 2377, de 8 de julho de 1940), retirando compulsoriamente de cada trabalhador empregado o equivalente a um dia de salário por ano – para ajudar na sustentação dos sindicatos – em paralelo a uma grande campanha de sindicalização (VIANNA, 1989, p. 232), devido o desinteresse dos dirigentes sindicais em agregar novos sindicalizados, já que o imposto sindical seria recebido pelos sindicatos independentemente da quantidade de filiados (GOMES, 1988, p. 271).

Entretanto, a legislação sindical do Estado Novo, ao mesmo tempo em que intentava popularizar os sindicatos, contribuía para o esvaziamento de sua capacidade mobilizadora (esta última, em conjunto com a repressão que persiste até 1945). O que não ocorria entre os bancários cariocas, uma vez que a filiação sindical – e a conseqüente adesão política inerente a esta filiação – não se escorava numa campanha artificial por maior sindicalização ou por necessidade de recursos financeiros, mas à atitude de suas lideranças sindicais, o que

proporcionou a manutenção de uma mínima vitalidade ao movimento sindical bancário durante o período ditatorial (OLIVEIRA, 2001, p. 136).

Mesmo assim, o movimento sindical bancário carioca passava por momentos difíceis, no concernente à mobilização dos quadros componentes da diretoria, já que ocorrem invasões da polícia à sede do sindicato e bancários são destituídos dos seus postos. As reuniões de bancários necessitavam ser liberadas pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que também gozava do poder de intervir no sindicato a qualquer momento que lhe parecesse necessário (OLIVEIRA, 1990).

No período de “redemocratização” (1945-1964), denominado também como período “populista”¹², é notável a retomada da sindicalização dos trabalhadores e da criação de sindicatos. Entretanto, a ditadura varguista deixava como herança a sólida estrutura sindical. Mudanças eram perceptíveis apenas na autonomia relativa dos sindicatos frente ao Estado, que já era o suficiente para o exercício de greves (MATTOS, 2002, p. 47). Mas a maior liberdade de ação sindical no pós-1945 deu-se sem o rompimento dos vínculos existentes entre sindicato e Estado, com os sindicatos ficando dependentes da correlação de forças vigente.

Exemplo disso é a primeira greve de âmbito nacional deflagrada pelos bancários, meses após o fim do Estado novo, entre os dias 24 de janeiro e 11 de fevereiro de 1946. A esta greve, que reclamava o desrespeito constante dos patrões a direitos adquiridos, como às 6 horas diárias de trabalho (MATTOS, 2003, p. 104), seguiu-se forte reação repressiva por parte do governo Dutra, com demissões e prisões de diversos dirigentes sindicais bancários (SEEB/RJ, 2000, p. 8), demonstrando que nos momentos favoráveis ao movimento sindical, os bancários poderiam até aparecer como protagonistas. Mas o viés repressivo ainda era latente.

Outra importante mobilização grevista do período ocorreu entre os dias 18 e 26 de outubro de 1961 e tinha como principal objetivo a reivindicação de 50% de aumento salarial. Apesar de atingido

¹² Segundo Weffort (1980, p. 15) o período “populista” caracterizou-se pelo advento de novos atores na política nacional, egressos das classes populares (caso dos sindicatos), que passaram a participar de algumas políticas de cunho nacional mesmo. Para Ianni (1971), tal participação estava, muitas das vezes, personificada num indivíduo, normalmente presidente ou governador de Estado. Indivíduos originários das camadas médias e superiores, devido à incapacidade “das camadas populares de criar lideranças próprias de âmbito nacional” (RODRIGUES, 1974, p. 92).

parcialmente em seu intuito (o aumento foi de 40%), sua força deveu-se à execução numa época em que o sindicalismo bancário “havia consolidado sua identidade e organização” (OLIVEIRA, 1998, p. 175), principalmente na fundação de entidades visando melhor organização sindical nos âmbitos regional e nacional.

A primeira destas entidades, que funcionaria num plano hierarquicamente superior ao sindicato carioca, foi a Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo, em 1957. No entanto, é com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (Contec), fundada em 28 de julho de 1958¹³, que o movimento sindical bancário definitivamente colocava-se como protagonista nas discussões políticas e econômicas. A confederação tinha por objetivo dar maior representatividade ao sindicalismo bancário, notadamente buscando representar os trabalhadores bancários no Conselho Monetário Nacional¹⁴. Tais demonstrações de pujança do movimento sindical bancário refletiam-se no Rio de Janeiro, especialmente em sua base sindical, cujos índices de sindicalização atingiam a casa dos 75% às vésperas do golpe militar (MATTOS, 2002, p. 56-57).

Porém, apesar da trajetória grevista ascendente e do período de grande agitação política no Brasil, principalmente entre 1955 e 1964 (MATTOS, 2002, p. 60), com os bancários realizando quatro greves de nível nacional entre 1960 e 1963, exigindo o Contrato Coletivo de Trabalho, a valorização do acordo coletivo e a unificação de acordos conseguidos por diferentes grupos de bancários, dando maior unidade ao sindicalismo bancário nacional e cada vez mais vitalidade à Contec (desta maneira, fortalecendo a luta dos trabalhadores, em detrimento da tutela estatal) (CANÊDO, 1986, p. 130-131), a estrutura sindical oficial não era questionada diretamente.

O acirramento ideológico proporcionado pela participação política das entidades populares e sindicais era latente. Observando especificamente o setor bancário, as entidades sindicais (em especial, a Contec) eram vistas pela burguesia como forças nocivas que necessitavam ser combatidas, no que se configurou como um capítulo

¹³ As tentativas de criação da CONTEC datam do IV Congresso Nacional dos Bancários, em 1952, na cidade de Curitiba. Mas é só ao final do VII Congresso Nacional dos Bancários, em abril de 1958, na cidade de Belo Horizonte, que ocorre a recomendação para constituição da CONTEC, no lugar da Comissão Executiva Nacional dos Bancários (CENB) (CANÊDO, 1986, p. 100-109).

¹⁴ Inclusive com projeto para mudanças no Conselho, elaborados entre 1962 e 1963 (MINELLA, 1988).

no conflito de interesses existente pela intervenção ou não do Estado nos setores mais lucrativos da economia (MINELLA, 1988, p. 50- 53).¹⁵

As lutas sociais e os conflitos entre capital e trabalho tiveram consequências drásticas para a sociedade brasileira e o movimento sindical, culminando no importante revés do golpe de 1º de abril de 1964. Os canais institucionais de comunicação entre Estado e movimento sindical foram quase que completamente bloqueados (RODRIGUES, 1974, p. 142-143), limitando a autonomia da organização dos trabalhadores através de controles diretos e indiretos presentes na CLT, principalmente com intervenção em organizações trabalhistas, repressão aos líderes sindicais e suas respectivas entidades, bem como o impedimento à participação da oposição sindical no sistema político vigente ou em aspectos setoriais desta política (ERICKSON, 1979, p. 208).

Os bancários estavam entre os grupos sindicais mais atingidos pelas intervenções, principalmente pelo papel proeminente de seus sindicatos entre 1960 e 1963 (ERICKSON, 1979, p. 209). No Rio de Janeiro, a sede do SEEB é invadida por militares e seus diretores são destituídos, devido à ligação que existia entre eles e partidos políticos alinhados à tendências de esquerda (em especial, provenientes do PTB e PCB), substituídos por bancários interventores favoráveis ao regime, muitos dos quais sindicalistas derrotados pelos diretores cassados. Dirigentes foram presos e outros fugiram, dado o eminente risco de morte.

Outros mecanismos legais de desmobilização sindical foram criados (ou reutilizados após longo tempo em inatividade), como a proibição de greves políticas ou de solidariedade, controle dos índices de reajuste salarial (que implicava em arrocho dos salários), substituição da estabilidade aos 10 anos de serviço pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)¹⁶ e o fim do Instituto de Aposentadoria e

¹⁵ Como reação ao surgimento da entidade nacional representante dos bancários, os banqueiros realizam um Congresso Nacional em 1960, no Rio de Janeiro, capitaneado pelos líderes dos bancos do então Estado da Guanabara. Os Congressos seguintes funcionariam como centro de articulação nacional não apenas contra a Contec, mas também contra o governo Goulart, uma vez que apenas em 1967 nasce, de fato, uma entidade representante dos banqueiros em nível nacional, com a criação da Febraban. Mais informações sobre a participação dos banqueiros no período pré-1964, ver Minella (1988).

¹⁶Fundo de capitalização individual para financiar indenizações por demissão, em substituição a uma cláusula que proibia demissões de trabalhadores com mais de 10 anos de serviços. Com o FGTS, a firma deveria abrir uma conta bancária e depositar 8% do salário do trabalhador mensalmente. Na dispensa sem justa causa, o trabalhador poderia receber o valor integral depositado e mais uma multa de 10% (aumentada para 40% em 1988).

Pensão (IAP), suprimido pela criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) (MATTOS, 2003, p. 52).

Em paralelo à repressão aos sindicatos, o regime militar também tentava tornar mais atraente a filiação sindical, fortalecendo o sistema corporativo sindical e reforçando o viés assistencialista, através de subterfúgios como o crédito para sindicalizados no Banco Nacional de Habitação (BNH); bolsas de estudos; financiamentos para veículos, empresas de capital misto ou ferramentas, entre outros (ERICKSON, 1979, p. 211). Este esforço visava frear a queda no número de filiados, observado no momento posterior ao golpe¹⁷. Contudo, a tentativa de aumentar a filiação esbarrava nos interesses das direções sindicais em controlar as eleições evitando novas filiações, ou na incapacidade logística dos sindicatos atenderem a todos.

Passada a onda repressiva inicial, os dirigentes sindicais bancários cariocas buscam uma rearticulação. Após impugnação por interventores da eleição sindical de 1965 e cancelamento da eleição de uma chapa de esquerda, é eleita no ano seguinte uma chapa de conciliação entre interventores e dirigentes da esquerda. O cenário era de tímida liberalização das atividades sindicais.

Aproveitando-se da diminuição na repressão, os bancários cariocas coordenam a II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais, em novembro de 1967. Dessa conferência, nasce proposta por uma campanha pela revogação das leis antiarrocho (OLIVEIRA, 2004, p. 51), com manifestações lideradas pelo Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), devidamente rechaçadas pelo governo, através do Ato Institucional número 5 (AI-5), de dezembro de 1968, passando a suprimir qualquer tipo de oposição. As prisões e torturas de dirigentes sindicais e intervenções a sindicatos tornam-se novamente frequentes.

A partir de então (e durante vários anos), os sindicalistas com algum viés oposicionista passariam a estar virtualmente impedidos de representar os trabalhadores mais consistentemente, inclusive com ameaças à própria vida¹⁸. Segundo Oliveira (2004, p. 53), as direções sindicais bancárias cariocas procuraram não manifestar posições que contrariassem o governo, de modo a evitar intervenções. Mesmo assim, as destituições e impedimentos de posse de dirigentes sindicais são

¹⁷ No sindicato carioca, por exemplo, “dos cerca de 26 mil sócios em 63, passa-se a 24 mil inscritos em 67” (MATTOS, 1998a, p. 136).

¹⁸ Caso emblemático de Aluizio Palhano. Duas vezes presidente do sindicato, presidente da Contec e vice-presidente do Comando Geral dos Trabalhadores antes do golpe militar, Palhano foi preso pelo Doi-Codi, sendo dado como “desaparecido” em 1971 (LIMA FILHO, 2006, p. 129).

observados até 1972, ano em que toda a diretoria eleita é deposta. O mandato dos diretores sindicais, que deveria durar 3 anos, interrompe-se após curtos 4 meses (OLIVEIRA, 2004, p. 53 e segs.).

Ao longo dos anos 1970, o sindicato dos bancários carioca é dirigido por interventores e o grau de desmobilização das lideranças sindicais, se não total, era incapaz de ir de encontro ao estado de coisas vigente, refletindo-se na constituição da consciência da maior parte dos trabalhadores bancários, cada vez mais jovens e desgarrados do período pré-1964, experimentando apenas a vivência num ambiente ditatorial, imerso na repressão (CANÊDO, 1986, p. 219).

No entanto, já na segunda metade da década, presencia-se uma lenta e gradual distensão da política repressiva do regime, com medidas liberalizantes, como o fim do AI-5, em 1978, anistia política em 1979 e a reorganização partidária. Tal panorama irradiava-se para o cerne do movimento sindical brasileiro, de onde brotariam manifestações de vitalidade, com a emergência de três importantes grupos sindicais: o sindicalismo rural, a “Oposição Sindical”, cujo principal alicerce era o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e o “Novo Sindicalismo”, no ABC paulista, identificado também como sindicalismo “combativo” ou “autêntico” (COSTA, 1995; ANTUNES, 1991; CARDOSO, 1999; OLIVEIRA, 2007a; RODRIGUES, 1991; TUMOLO, 2002).

Para o sindicalismo brasileiro, o divisor de águas seria a retomada das greves e outras formas de contestação, encaradas como forma de pressão e conscientização dos trabalhadores, intimamente ligadas ao processo de abertura política, trazendo consigo a novidade da participação ativa dos trabalhadores, em oposição ao governo autoritário (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2007, p. 49). Tais reivindicações insuflariam a luta por democracia no país, revelando o duplo caráter deste “renascimento”, juntando elementos mais específicos (como a oposição à política de arrocho salarial, à política econômica, melhoria das condições de trabalho e renda) e contestações de natureza mais abrangente, a ponto de englobar os anseios que ecoavam na sociedade, transformando o movimento sindical num respeitável interlocutor (RODRIGUES, 1999, p. 77-78; ALMEIDA, 2007, p. 138).

A emergência de uma pauta classista e combativa era fator importante por ser expressão maior da luta por cidadania, aliada a uma “noção ética, particularmente, no que concerne à política” (RODRIGUES, 1997, p. 19-21), que evitava ou diminuía a possibilidade “de cooptação ideológica (ou política) das novas lideranças operárias e sindicais” (ALVES, 2000, p. 124). Outros fatores fundamentais para auxiliar na reorganização rápida do movimento sindical diziam respeito

à manutenção da estrutura sindical oficial ao longo do regime ditatorial, cujas novas lideranças oposicionistas utilizaram em seu benefício (administrativa e financeiramente), além do surgimento de um grupo de novas lideranças sindicais sem vínculo político com os sindicalistas de décadas passadas e a mudança na política da Igreja Católica, que aproximou o movimento sindical “autentico” dos movimentos populares a ela ligados (RODRIGUES, 1991, p. 13-14).

O sindicalismo bancário carioca renascia enquanto instituição combativa, em paralelo ao que ocorria em São Paulo e no ABC paulista, participando de momentos importantes no período de reorganização do movimento sindical nacional, inicialmente sob a liderança da Oposição Sindical, composta principalmente por membros do PCB e ex-militantes de esquerda, inclusive integrando o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, realizado em Niterói (RJ), em agosto de 1978.

No plano eleitoral, após duas eleições anuladas por fraude em 1978¹⁹, ano em que o regime passou a convocar eleições nos sindicatos que estavam sob intervenção (como era o caso do SEEB/RJ), a chapa da Oposição Sindical, encabeçada por Ivan Pinheiro, derrotou a chapa dos interventores sindicais nas eleições sindicais em 1979. A eleição tem repercussão nacional, com os bancários do Rio de Janeiro tornando-se importante foco sindical de oposição política ao regime militar (LIMA FILHO, 2006, p. 134-135).

Num primeiro momento, as oposições sindicais bancárias presentes no Rio de Janeiro (Oposição Sindical e Liga Operária²⁰, esta última, alinhada ao “Novo Sindicalismo”) unificaram esforços contra as direções sindicais identificadas com a ditadura militar. Mas, num segundo momento, os projetos oposicionistas passam a disputar a hegemonia do sindicato carioca. Enquanto a Oposição Sindical repudiava as atitudes de confronto da Liga Operária, considerando suas práticas temerárias ao atacar uma ditadura ainda não tão débil, a Liga Operária julgava a postura pragmática da Oposição Sindical uma temeridade, já que a ditadura parecia não mais representar um perigo (LIMA FILHO, 2006, p. 139-140).

Esta dicotomia teve seu primeiro grande teste na greve de setembro de 1979, que marca uma divisão entre duas posturas táticas: ou

¹⁹ Na primeira eleição, 2 chapas concorreram: a chapa dos interventores (vencedora) e chapa apoiada por todos os grupos políticos de oposição. Na segunda eleição, ocorre o fracionamento da chapa oposicionista em 2: “Liga Operária” e “Oposição Sindical”.

²⁰ Em entrevista, Cyro Garcia destaca que a Liga Operária participava da “Frente de Oposição Sindical Bancária”, em conjunto com o Movimento de Emancipação do proletariado (MEP).

o confronto contundente e irrestrito para minar decisivamente o regime ou um posicionamento aberto ao diálogo, motivado pelo pensamento de que o desgaste do governo constituído não era suficientemente relevante para ações de confronto soarem como as ideais, já que os aparatos repressivos ainda estavam em funcionamento (MATTOS, 1998a, p. 147).

Outrossim, esta divisão não impactava profundamente na coalizão anti-ditadura, inclusive com a participação conjunta das oposições na organização do I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) (LIMA FILHO, 2006, p. 143), realizado no município de Praia Grande (SP), em agosto de 1981. Os debates coordenados nesse Congresso solidificariam o surgimento da Comissão Nacional Pró-CUT, que serviria de base à criação de uma central sindical para representar o movimento sindical de trabalhadores. A singularidade do CONCLAT também é verificável pelo fato de reunir no debate todas as tendências então relevantes no sindicalismo nacional (RODRIGUES, 1991, p. 27).

Na CONCLAT original ocorre a cisão entre os sindicalistas favoráveis e contrários à criação de uma central sindical dos trabalhadores, em 1983, com o posterior surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que nasce estreitamente vinculada ao Partido dos Trabalhadores, mas com membros de outros partidos – como o Partido Democrático Trabalhista (PDT) – e também membros apartidários (ANTUNES, 1991, p. 49), encarnando um tipo de sindicalismo “adversário tanto do governo como do capital” (CARDOSO, 2003a, p. 37-38).

Em direção inversa, sindicatos, federações e confederações ligados à defesa da estrutura sindical criavam, também em 1983, a sua própria CONCLAT (também chamado Congresso Nacional da Classe Trabalhadora), elegendo uma Coordenação Nacional para a CONCLAT (agora Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora) de 1986, que daria luz à CGT (Central Geral dos Trabalhadores) (RODRIGUES, 1991, p. 35), no que viria a ser uma coligação da esquerda tradicional, dos sindicatos com visão assistencialista e dos sindicalistas conciliadores, priorizando a negociação (COMIN, 1994, p. 368)²¹.

²¹ A CGT terminou por fragmentar-se diversas vezes, entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990: 1. Em 1988, a disputa interna fortalece o “sindicalismo de resultados”, em detrimento de partidos de esquerda (como o PC do B e o PCB), precipitando a saída de membros do PC do B, que criam a Corrente Sindical Classista, posteriormente filiando-se à CUT; sindicalistas ligados ao PCB seguem o mesmo caminho e também se filiam à CUT; 2. Em 1989, surgem duas CGTs, ambas débeis: A Confederação Geral dos Trabalhadores, liderada

A cisão entre diferentes visões no movimento sindical, que se mostrava inicialmente contornável²², torna-se irreversível ao final das discussões na primeira CONCLAT, impactando diretamente no sindicalismo bancário carioca, pelo fato da diretoria sindical ser composta por membros originários dos dois blocos sindicais em disputa, acirrando as divergências internas e dividindo de uma vez o bloco opositor ao regime, tal qual ocorrera no plano nacional (LIMA FILHO, 2006, p. 145-146).

Ao que parece, a divergência enfraquece a então parcela dirigente do sindicalismo bancário carioca (ligada ao PCB e à Oposição Sindical) para o pleito de 1985, primeiro após a criação da CUT, no qual a chapa cutista de oposição, com membros da Convergência Socialista (ex-Liga Operária), PDT e setores do PT fora da direção sindical (encabeçada por Ronald dos Santos Barata) venceria a eleição (LIMA FILHO, 2006, p. 146). Pela primeira vez, sindicalistas ligados ao “Novo Sindicalismo” eram hegemônicos na diretoria do sindicato. Mais do que isso: era a primeira vez que o SEEB/RJ seria dirigido por forças políticas que não estavam ligadas ao PCB ou interventores estatais de qualquer espécie, que se fizeram presentes nos períodos ditatoriais.

Os bancários cariocas se fizeram presentes em contestações como na campanha contrária ao pacote que retirava direitos dos funcionários dos bancos estatais (em 1981) e na luta pelas Diretas-já (1984) (LIMA FILHO, 2006, p. 148), com o sindicato funcionando como importante foco de resistência à ditadura na cidade do Rio de Janeiro²³. A despeito das disputas internas, o acúmulo de forças políticas do sindicalismo bancário carioca era notório, principalmente se comparado ao período pré-1978, culminando na greve nacional de 1985,

por Antônio Rogério Magri e a Central Geral dos Trabalhadores, liderada por Joaquim dos Santos Andrade (o Joaquinção) (RODRIGUES, 1991, p. 38). O grupo de Joaquinção, derrotado nessa disputa, alteraria o nome da Central para Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. Já o grupo do “sindicalismo de resultados” criaria a Força Sindical, em março de 1991, cujo objetivo era romper tanto com a tradição de esquerda, representada pela CUT, bem como com a tradição burocrática e assistencialista, que marcavam os dois pólos da CGT: o pólo partidário e o pólo pelego (COMIN, 1994, p. 381). Voltaremos a falar da Força Sindical ao longo do texto.

²² Como demonstra o processo eleitoral de 1982, cujos projetos sindicais em confronto nas últimas eleições de 1979 novamente contrapunham-se. A chapa de situação, liderada pelo PCB vence novamente, desta vez tendo Roberto Percinoto como cabeça de chapa.

²³ Para Ivan Pinheiro, presidente do SEEB/RJ entre 1979 e 1982, os anos anteriores ao fim da ditadura foram importantes para o sindicato carioca, enquanto instituição política combativa. Segundo ele, o sindicato dos bancários era “sede de todo o movimento popular e de resistência à ditadura no Rio de Janeiro. Nós bancávamos política e economicamente tudo. A campanha das diretas [no Rio de Janeiro] começou aí.”

de importância fundamental para o conjunto do movimento sindical. Os bancários tornam-se o primeiro grupo sindical a deflagrar uma greve geral de alcance nacional após o golpe militar de 1964, colocando-se como exemplo positivo da força do movimento sindical brasileiro à época (ANTUNES, 1991). É considerada uma das maiores manifestações grevistas da história do sindicalismo nacional, cujas principais reivindicações abordavam a melhoria das condições de trabalho nas agências, fim do autoritarismo das chefias e do ritmo intenso de trabalho (BLASS, 1999, p. 39).

A greve contava com o Comando Nacional forte e unido, composto por dirigentes sindicais de diversas matizes políticas. É importante destacar também a mobilização do conjunto de trabalhadores bancários em todo o Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro, com assembléias que atraíam até 20 mil bancários, somando-se aos cerca de 800 mil bancários parados nos quatro cantos do país (SEEB/RJ, 2000, p. 24).

O ano de 1985 é especial na história do sindicalismo bancário carioca por outro motivo: com a vitória de quadros ligados à CUT nas eleições sindicais, a relação da central sindical com o sindicato estreita-se, propiciando a filiação do SEEB/RJ ao Departamento Nacional dos Bancários (DNB), braço bancário da CUT, em 1986. Essa ligação é facilitada pelas críticas do sindicato ao imobilismo da Contec no encaminhamento das pautas nacionais de interesse dos trabalhadores bancários (JUNCKES, 2004, p. 179)²⁴.

Pode-se encarar a influência da CUT no interior do sindicalismo bancário carioca como um espelho do que ocorria em nível nacional. Os bancários rapidamente transformam-se numa das categorias mais importantes no interior da CUT e, por consequência, absorvem considerável parcela das cadeiras na Executiva Nacional da central (RODRIGUES, 1990a, p. 58-68), com destaque ao Rio de Janeiro²⁵.

No entanto, os grupos políticos hegemônicos no interior do sindicato para o mandato 1985-1988, cuja aliança seria mantida para o pleito sindical de 1988-1991, capitaneada por Cyro Garcia, vencendo a

²⁴ Porém, se levarmos em conta a existência anterior de representação cutista desde o surgimento da central sindical (ainda que de forma minoritária), no interior da direção bancária carioca, tal relação estaria passando apenas por um processo de solidificação.

²⁵ Ao longo dos anos 1980, foram eleitos para a Executiva Nacional da CUT: Antonio Pereira Filho, no I CONCLAT (1983) e I CONCUT (1984) acumulando o cargo de vice-presidente do SEEB/RJ e II CONCUT (1986), acumulando o cargo de diretor sindical no sindicato carioca. Cyro Garcia, no II CONCUT (1986), acumulando o cargo de vice-presidente do SEEB/RJ e III CONCUT (1988), em conjunto com o cargo de presidente do sindicato (RODRIGUES, 1990a).

chapa do PCB nas eleições sindicais (LIMA FILHO, 2006, p. 146-148) não detinham o poder na CUT. Tal papel cabia à Articulação Sindical. Aqui enxergamos, em conjunto com a conjuntura nacional, o início de uma nova cisão no interior do movimento sindical, que ressoaria entre os bancários cariocas, entre Convergência Socialista e aliados *versus* Articulação Sindical, defendendo posições distintas não apenas no que concerne à disputa por poder no interior da central, mas também para o enfrentamento das questões emergentes nas relações do trabalho (RODRIGUES, 1999, p. 84).

O 3º Congresso da CUT (CONCUT), realizado entre os dias 7 e 11 de setembro de 1988, na cidade de Belo Horizonte, é destacado pela literatura pertinente como o início dessa cisão entre a esquerda moderada (mais ligada ao setor sindical privado) e a esquerda socialista (ligada ao setor público), tendo “de um lado, a tendência Articulação, em aliança com a Nova Esquerda, a Vertente Socialista e a Unidade Sindical e, do outro lado, todas as outras tendências, capitaneadas pela CUT pela Base, Corrente Sindical Classista, Convergência Socialista, Força Socialista e outros pequenos grupos” (RODRIGUES, 1997, p. 182).

Faz parte de um período que passaria à história da CUT como sendo um divisor de águas, com o setor majoritário no interior da central propondo modificar os estatutos, para inibir a participação da base sindical e aumentar o período entre os congressos de 2 para 3 anos. O III CONCUT aponta para a crescente institucionalização e burocratização dos encontros futuros, resultando no distanciamento entre base e cúpula sindicais, e no conseqüente ocaso dos congressos de massa, pois seria o último com forte participação das bases (COSTA, 1995, p. 113; RODRIGUES, 1997, p. 183). Uma nova era inicia-se, dando fim à fase “heróica” do movimento sindical nacional iniciada em 1978 (RODRIGUES, 1997, p. 31), com os interesses da organização sobrepondo-se a interesses ideológicos.

Tumolo (2002, p. 157) adverte que o surgimento (ou a explicitação) de projetos políticos diferenciados dentro da própria CUT ensejava uma nova disputa, na qual a

‘velha’ divisão maniqueísta entre ‘eles’ – o sindicalismo pelego, atrelado etc., personificado pela recém-criada CGT (antiga CONCLAT) – e ‘nós’ – o sindicalismo combativo, classista, etc., personificado pela CUT – agora [seria] transferida, com outra roupagem, para o interior da própria CUT. Se até então na CUT todos eram ‘nós’, a partir desse

processo há uma separação entre os ‘vanguardistas’ e os ‘popular-democráticos’.

Tais mudanças teriam o segundo grande ato no IV CONCURTO, realizado entre os dias 4 e 8 de setembro de 1991, na cidade de São Paulo. Finaliza-se o período de grande transformação na política e prática sindicais da central, que sinalizava com a possibilidade de apresentação de propostas políticas com abrangência nacional; desistência da estratégia objetivando a denúncia sistemática, a luta prática e a agitação de idéias contra o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro; abandono da perspectiva de confronto; postura conciliatória com o neoliberalismo, que havia encontrado resistência do movimento sindical até então; participação em fóruns tripartites do governo (como as Câmaras Setoriais²⁶), de forma comedida nas propostas; valorização da “livre negociação” em detrimento da luta sindical, entre outros pontos (BOITO JR., 1999, p. 143-159).

Os sindicatos cutistas, ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, passam a se preocupar em manter os empregos e as conquistas acumuladas ao longo dos anos 1980 perdendo, gradativamente, o caráter de classe nas suas reivindicações e a capacidade de mobilizações englobando variados segmentos do movimento sindical “em troca do horizonte da cidadania” (TUMOLO, 2002, p. 129). Os êxitos alcançados demonstravam ser de caráter local, restrito e paliativo, fruto mais do êxito de determinado setor econômico e da grande barganha sócio-econômica dos empregadores, do um poder contestador e reflexo da força dos sindicatos (ALVES, 2000).

Igualmente, impulsionavam o advento de uma cultura “neocorporativa”, também chamada de “insulamento corporativo” (ALVES, 2000) ou “egoísmo de fração” (BOITO JR., 1999), com capital e trabalho promovendo a conciliação de classes, dispensando ao Estado o papel de árbitro, privilegiando o trabalhador sindicalizado ou na base dos sindicatos, em detrimento do trabalhador desempregado ou subcontratado, trazendo as discussões de classe para a lógica do capital, tendo assim um caráter mais limitado e economicista do que

²⁶ As Câmaras Setoriais foram relevantes entre os governos Sarney e Collor, servindo como local de “elaboração de metas e diretrizes acordadas entre elites estatais e representantes da iniciativa privada” (DINIZ, 1997, p. 139). A CUT participa das Câmaras Setoriais, após hesitação inicial, por entender que “sem intervenção macroeconômica, os sindicatos estariam condenados a reações defensivas diante de forças cegas e incontroláveis” (CARDOSO, 2003a, p. 69-70). Para Boito Jr. (1999, p. 167-168), as Câmaras Setoriais representavam a “despolitização do sindicalismo”, devido ao compromisso firmado entre esta e o empresariado. Têm seus trabalhos encerrados no início do governo Fernando Henrique Cardoso.

transformador das relações de trabalho, voltado apenas às lutas imediatas e em oposição às conseqüências mais nefastas do capital (ANTUNES, 1999, p. 116; ALVES, 2006).

O movimento sindical, que historicamente usufruiu do poder outorgado pelo Estado para obter maior poder de negociação com o capital (BOITO JR., 1991a, p. 27), passava a depender cada vez mais da negociação direta para almejar ganhos ou manter conquistas. Contudo, este posicionamento ajudava os sindicatos a isolarem-se uns dos outros, diminuindo as possibilidades de demonstrarem, em conjunto, poder de pressão para evitar ou minimizar os efeitos nefastos das mudanças na esfera de produção (GALVÃO, 1999, p. 117).

O crescimento desse “novo corporativismo”, no momento em que a fração majoritária na CUT abandonava determinadas bandeiras de luta, beneficiava os setores mais organizados dos trabalhadores através de estratégias sindicais pautadas pela “livre negociação”, como a busca do Contrato Coletivo de Trabalho²⁷, por exemplo. No setor bancário, o CCT seria assinado (pela primeira vez) em 1992, entre bancários de bancos privados e Fenaban, mantendo certo padrão de direitos trabalhistas no setor privado, porém agravando e “nivelando por baixo” as condições de negociação entre bancos e bancários (ARAÚJO, CARTONI E JUSTO, 2001), além de precipitar a divisão de interesses entre bancários dos setores público e privado, enfraquecendo a luta bancária como um todo (JINKINGS, 2002, p. 281).

A posição defensiva que a CUT passaria a adotar aproximava-a do modelo social-democrata europeu de sindicalismo, de consertação e minimizando o caráter crítico. Reflexo da crise do movimento sindical internacional, influenciada pelo fim do “socialismo real” nos países do Leste Europeu após 1989, no que é entendida por Antunes (1999, p. 241) uma “acomodação dentro da ordem”²⁸. Para Alves (2000), esta crise é pontuada especialmente pela ausência de crítica à lógica do capital. Desta forma, relevaria o caráter mais adaptativo do que ativo ante as transformações crescentes sentidas pelo “mundo do trabalho”. Harvey (1992) caracteriza o período como de “acumulação flexível” do capital nos âmbitos espacial, temporal, produtivo, financeiro, de comercialização e da organização dos processos de trabalho, após a crise e esgotamento da ordem social capitalista calcada no fordismo-

²⁷ Apesar de não considerar o CCT identificado com o neoliberalismo, Boito Jr. (1999, p. 156-157) enxerga neste tipo de negociação um tipo de ação sindical próximo, tanto ideológico quanto politicamente, dos preceitos “neoliberais”.

²⁸ Um dos principais fatores apontados é a filiação da central à Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL).

taylorismo, inicialmente nos países centrais (nos anos 1970 e 1980), conectadas à ascensão das políticas neoliberais (Liberalismo comercial privatizações, ataques aos sindicatos e ao *welfare state*), com o êxito eleitoral nos Estados Unidos (Ronald Reagan) e no Reino Unido (Margareth Thatcher).

As principais conseqüências observadas pelas mudanças no “mundo do trabalho”, sintetizadas pela implantação da chamada “reestruturação produtiva”²⁹ em amplitude mundial, são o desemprego estrutural, trazendo consigo a instabilidade do mercado de trabalho, que se torna importante à acumulação do capital por substituir o pleno emprego “pelo desemprego de tom perene [e] por políticas de aumento de competitividade” (RAMALHO E SANTANA, 2003, p. 12).

Cria-se uma ofensiva contra o trabalho assalariado, debilitando o movimento operário “por meio de reorganização da produção, redução do número de trabalhadores, intensificação da jornada de trabalho dos empregados, surgimento dos CCQs (Círculos de Controle de Qualidade) e dos sistemas de produção *just-in-time* e *kanban*” (ANTUNES, 2006, p. 18), dividindo os trabalhadores entre “qualificados” e “não-qualificados”, entre uma elite estável, com certas garantias salariais e corporativas, e um grupo maior de trabalhadores excluídos e alijados totalmente do mercado de trabalho ou então em situação de instabilidade (incluídos precariamente): subcontratados, terceirizados, trabalhadores em domicílio, em tempo parcial, temporários, estagiários, subempregados, entre outros (BIHR, 1998, p. 83-85)³⁰.

No cenário político nacional, a derrota de Luiz Inácio Lula da

²⁹ No entender de Jinkings (2002, p. 40-41), é um “conjunto amplo de mudanças nas condições técnicas e sociais dos processos de produção e de trabalho, engendradas pelo capital para enfrentar suas contradições internas e aumentar a força produtiva do trabalho”.

³⁰ A ascensão das formas precarizadas de trabalho, com o advento do “trabalhador hifenizado”, para ficarmos numa brilhante definição de Beynon (1997, p. 18), a saber, “trabalhadores de tempo parcial (*part-time-workers*), temporários (*temporary-workers*), de emprego casual (*casual-workers*) ou mesmo por conta própria (*self-employed-worker*)” é considerada uma das maiores marcas imputadas compulsoriamente ao “mundo do trabalho” pela Reestruturação Produtiva do capital. Antunes (2005a, p. 50) considera que a Reestruturação Produtiva pela qual passa o capitalismo a partir do último quarto de século, proporciona uma maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. No entanto, Boito Jr. (1999, p. 202-203) pondera que sempre ocorreram diversas fragmentações na classe trabalhadora ao longo do tempo, seja pela qualificação, pelo salário, pelas condições de trabalho, pelo tamanho das empresas e garantias de direitos oferecidas por elas, pelo governo, ou por um determinado grupo econômico. “A heterogeneidade e a fragmentação podem ter se acentuado em alguns aspectos, e se reduzido em outros, mas, de qualquer modo, são características constitutivas das classes trabalhadoras e, por isso, não podem explicar o fato novo que são as dificuldades e o refluxo do sindicalismo na atualidade”.

Silva nas eleições presidenciais de 1989 seria crucial para impulsionar as mudanças no interior da central, especialmente por fragilizar os grupos sindicais mais à esquerda, críticos às mudanças que ocorriam na CUT, colocando o conjunto do movimento sindical numa posição ainda mais defensiva, em virtude do projeto neoliberal imposto posteriormente por Collor (RODRIGUES, 1997, p. 182).

É importante ressaltar a importância das mudanças e manutenções pelas quais passaram a estrutura sindical corporativa no período.

O movimento sindical chegava ao final dos anos 1980 consagrado como peça relevante do mosaico político-social brasileiro. Mas os êxitos da década não se traduziram em mudanças profundas. Apesar da Constituição Federal de 1988 assegurar liberdade de greve e autonomia de organização sindical, persistiram inúmeras ambigüidades, como a manutenção da unicidade, do enquadramento e do imposto sindical, que mantinham as entidades sindicais dependentes do Estado, tanto financeiramente, quanto em relação à estrutura sindical (já que a tutela estatal continuaria necessária para garantir a unicidade e o monopólio de representação), reforçando as estruturas sindicais, além de ser observável o crescimento vertiginoso no total de sindicatos de trabalhadores (BOITO JR, 1991a; CARDOSO, 1999).

Conforme aponta Rodrigues (1997, p. 152), o novo sindicalismo não conseguiu superar a estrutura sindical corporativa, terminando por acomodar-se a ela. Segundo Boito Jr. (1991a, p. 291), esta acomodação não sem propósito, apesar de poder ser encarada (num primeiro olhar) como uma aceitação da estrutura sindical “por omissão” serviu, no limite, para ocultar as debilidades do sindicalismo.

Outro fator que levou a CUT modificar suas estratégias foi a disputa de poder na cúpula do sindicalismo nacional, com o surgimento da Força Sindical (1991), que passaria a competir pela hegemonia no movimento sindical. Tendo como principal nome Luís Antônio Medeiros (por vários anos presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo), a FS ganha proeminência num período de recessão, desemprego, reforma e desmonte do Estado nacional.

Defensora do chamado “sindicalismo de resultados”, predomina no interior da FS (ao menos em sua cúpula) a visão de que as mudanças na esfera do trabalho são inevitáveis, propondo uma reformulação nas relações entre capital e trabalho, de negociação direta, sem a intervenção estatal. Defendem reformas na legislação trabalhista (através do banco

de horas, contratos de trabalho por tempo determinado e demissões temporárias), aprovando a política de privatizações³¹, além de se manter próximo ao empresariado e aos sucessivos governos, buscando tirar vantagens dessa aproximação: no governo Sarney, para aumentar o poder político de seu presidente-fundador e dos sindicatos à sua volta; nos governos Collor e FHC, para montar e financiar o crescimento de seu aparelho sindical (CARDOSO, 2003a, p. 64-68)³².

Entretanto, a guinada no *modus operandi* cutista, defendida pelos defensores desta estratégia dada sua “inevitabilidade” ante as profundas transformações econômicas e políticas, nacionais e internacionais, era considerada por Boito Jr. (1999, p. 142) como insuficientes para ensejar a mudança de postura no interior da central. Mattos (1998b) segue esta linha, ponderando que a elevação das taxas de desemprego não poderia ser colocada como pretexto único para tais modificações, uma vez que vislumbrar avanços e conquistas sob esse modelo denotaria a possibilidade de manutenção de uma postura mais combativa. Druck (2006, p. 330) vai além e observa a postura defensiva como parte de um processo de despolitização sindical, incapaz de apontar “um caminho independente para a classe trabalhadora”.

Destaque-se a influência das mudanças operadas e da disputa entre tendências políticas antagônicas no interior da CUT, enquanto impulsionador de mudanças no interior do SEEB/RJ. É sintomático o fato da Articulação Sindical, até então eclipsada no movimento sindical bancário do município do Rio pelo poderio da Convergência Socialista e do PCB, conquistar o poder do sindicato nas eleições sindicais de 1991, mesmo ano do IV CONCUT, apoiada por outros grupos que romperam com a situação (PDT, PCB e PC do B, os dois últimos partidos com sindicalistas recém-integrados à CUT). É a eleição que dá início a uma nova fase do sindicato, pois pela primeira vez duas chapas cutistas disputam a direção do sindicato. Com a vitória da oposição, capitaneado por Fernando Amaral, a Articulação Sindical não mais sairá da direção sindical, passando a ter até os dias atuais, seja de forma soberana, seja em coalizão com outras forças políticas minoritárias, o controle da direção do sindicato (LIMA FILHO, p. 162).

Na década de 1990 é que se observa a reestruturação produtiva

³¹ Até mesmo cooptando o trabalhador, com a negociação, junto às empresas, de subsídios para compra de ações para os trabalhadores (BOITO JR., 1999, p. 187).

³² CUT e FS foram as principais beneficiadas com o acesso que as centrais sindicais passaram a ter, a partir dos anos 1990, a montantes financeiros advindos de fundos estatais, principalmente o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), contribuindo mantendo a burocracia e estrutura sindicais, a despeito da crise do sindicalismo.

do capital atingir com vigor os trabalhadores bancários. Mas o setor bancário brasileiro já experimentava, desde a Reforma Bancária de 1964, um processo continuado de automação das suas funções, com a criação dos Centros de Processamento de Dados (CPD's) e advento das redes de telecomunicações que integravam os grandes centros financeiros do país elevando, ao longo da década de 1970, a utilização de equipamentos com maior capacidade de processamento, interligando as agências do Brasil e diminuindo progressivamente as atividades de retaguarda (SILVA, 2006b, p. 113-114).

A partir dos anos 1980, a automação bancária atinge um novo status, através de investimentos em infra-estrutura de telecomunicações e informática, modificando: 1. a natureza do atendimento ao público, através da utilização de caixas eletrônicos e outros equipamentos de auto-atendimento em locais públicos, atendimento remoto via telefone (*bank fone*), pretendendo desafogar o fluxo de clientes, diminuindo ao máximo sua ida ao banco (SCHMITZ e MAHL, 2000, p. 71-72); 2. a natureza dos serviços internos, com a implantação da transferência eletrônica e interligação instantânea entre centrais de processamento de dados e agências (JINKINGS, 2002; ARAÚJO, CARTONI e JUSTO, 2001).

Os anos 1990 foram cruciais para o conjunto do movimento sindical bancário, em especial pelo impacto das mudanças estruturais observadas no setor financeiro, com o banco passando a freqüentar o dia-a-dia dos clientes, que podem acessar suas contas bancárias através de serviços disponibilizados pelo computador pessoal (*internet banking*). Ocorrem também modificações no *layout* das agências e na forma de atendimento presencial (com ênfase no treinamento de funcionários para atendimento personalizado), explicitadas pelo projeto de “Qualidade em Atendimento”, lançado pela FEBRABAN em 1994.

Às modificações estruturais dos bancos, juntam-se medidas liberalizantes no setor bancário, a partir da Constituição Federal de 1988, com a desregulamentação do mercado, permitindo às instituições financeiras organizarem-se como “banco múltiplo” (LARANJEIRA, 2001, p. 112; MIRANDA, 2003, p. 203) e a abertura ao mercado internacional, impulsionada pelo governo Collor. Mas é a partir do governo FHC que tais medidas tomam maior vulto (POCHMANN, 2002), em conjunto com uma série de reformas no Estado brasileiro, notadamente nas áreas tributária, administrativa e previdenciária, mas também em paralelo às sensíveis modificações observadas no Sistema Financeiro Nacional, com o advento do Plano Real (1994).

Há um impacto imediato nas receitas dos bancos, pois a

estabilização da economia (com o conseqüente “controle” da inflação) obriga os bancos a modificarem sua forma de financiamento, fortemente calcada na causalidade entre rentabilidade bancária e hiperinflação (*floating*), reduzindo custos na intensificação da informatização (SEGNINI, 1999, p. 188) e/ou obtenção de novas fontes de receita, provenientes da cobrança de tarifas pelos serviços prestados, anteriormente disponibilizados de forma gratuita ao público geral (DIEESE, 2008), venda de produtos e serviços, além de melhor seleção dos clientes, observando a possibilidade negocial, passando a ser mais seletivos para conceder crédito e evitar a inadimplência (MINELLA, 1998, p. 183-184).

Mas o caminho principal dos programas de reestruturação passava pelo enxugamento da quantidade de bancos e concentração de ativos bancários, mediante iniciativa das próprias empresas (através das fusões e aquisições) ou por ação estatal, com as privatizações, programas de ajuste dos bancos públicos e do sistema financeiro³³, internacionalização do SFN (pela entrada de novos bancos no SFN ou pela inserção, na economia global, de bancos brasileiros), elevação das taxas de juros, abertura das bolsas brasileiras para aplicações internacionais e outras medidas que facilitariam a inserção dos bancos estrangeiros no país e do Brasil no regime de acumulação calcada na “globalização”, ou financeirização do capitalismo (CORAZZA, 2000, p. 10; MINELLA, 1998, p. 186-187).

Conforme podemos observar na Tabela 1, entre fins dos anos 1980 e fins dos anos 1990, o SFN passa por momentos de elevação e refluxo no total de bancos. Porém, esses momentos são desconexos quando analisados separadamente pela origem do capital: enquanto o setor privado nacional acompanha as mesmas ondas verificadas na totalidade do sistema, o setor privado internacional experimenta

³³ No governo FHC, foram implementados os seguintes planos de reestruturação dos bancos: 1. Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) (Resolução do CMN – N°. 2.208, de 1995), cuja finalidade era revitalizar o sistema financeiro e “absorver os débitos irrecuperáveis das instituições insolventes” (LARANJEIRA, 2001, p. 112-114). Segundo Minella (1998, p. 180-181), o PROER facilitava, através de vários mecanismos e recursos, “a compra de instituições financeiras insolventes por outras aparentemente sólidas”, criando expedientes de benefício fiscal, linhas de crédito de longo prazo, além de subsídios e incentivos; 2. Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Públicas Federais (PROFIF) (2001), que era a imposição das mesmas regras dos bancos comerciais aos bancos estatais (JINKINGS, 2002, p. 75); 3. Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES) (1997), na mesma lógica do PROFIF. (JINKINGS, 2002, p. 75). Muitos bancos lucraram com o PROER e os bancos estaduais foram saneados, através do PROES, para posterior federalização e privatização (OURIQUES, 1998, p. 126-127).

crescimento incessante e o setor público definha, deixando claro a inserção do Brasil no capitalismo global, no que concerne o setor bancário, em conjunto à diminuição da presença estatal na economia.

Tabela 1:
Quantidade de bancos segundo a origem do capital (Brasil)

Bancos	dez/88	jun/94	dez/98
Públicos	43	40	30
Privados Nacionais	44	147	106
Privados Estrangeiros	40	69	75
Total	127	256	211

Fonte: Puga (1999) apud Corazza (2000).

Pode-se observar o setor bancário como integrado à política de desmanche do Estado, cujas diretrizes políticas privatistas podem ser observadas desde o governo Sarney, que desejava tão somente se desfazer de empresas consideradas “deficitárias”. Porém, a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) no governo Collor, e o reforço em suas atribuições no governo Cardoso, visando (sobretudo) a redução do endividamento externo e interno, transfere à iniciativa privada atividades então geridas pelo setor público, para que este pudesse concentrar-se apenas em atividades ditas “prioritárias” (SILVA, 2006b, p. 42).

Mas a reestruturação no setor bancário impulsionada pelas privatizações não significou melhorias nas condições de trabalho e renda. São perceptíveis o aumento dos problemas de saúde, suicídios, stress, lesão por esforço repetitivo LER e outras formas de sofrimento mental, como efeito negativo das mudanças na gestão do trabalho (JINKINGS, 2002, p. 38-39; POCHMANN, 2002, p. 30; CASTELHANO, 2005, p. 15; RODRIGUES, 2004, p. 126), deixando marcas na intensificação do ritmo de trabalho, tendo como implicações sociais principais (SEGNINI, 1999, p. 189-195):

1. **Demissão em massa de bancários**, visando reduzir custos com aumento da produtividade, através da redução de níveis hierárquicos e enxugamento dos gastos com pessoal; diminuição do horário de atendimento ao público, da quantidade de agências, concentrando em cidades de maior crescimento econômico, em

detrimento de regiões não mais interessantes estrategicamente; redução do número de bancos públicos; inovações tecnológicas e informatização no atendimento ao cliente, com instalação de caixas automáticos em locais públicos; eliminação das tarefas executadas em duplicidade, principalmente nas áreas de contabilidade, RH e marketing.

O impacto foi sentido, em primeiro lugar, pelos bancários do setor privado, mas os bancos públicos seguiram esta política de enxugamento da base de trabalhadores. São 3 os momentos de ampla demissão de bancários: em 1986, no período de estabilização do Plano Cruzado, eliminados 109 mil postos de trabalho; entre 1990 e 1991, durante o Plano Collor, eliminados 126 mil postos; no período inicial de implementação do Plano Real³⁴ (1994-1996), eliminados mais de 100 mil postos (CNB, 2001).

2. Terceirização e precarização do emprego, atingindo inicialmente as atividades “de apoio”, como limpeza e segurança, mas logo colocada em práticas nas atividades “fim”, com o atendimento ao cliente, compensação de cheques, processamento de dados, microfilmagem, cobrança e transporte de valores (JINKINGS, 2002, p. 214). Em ambos os casos, os contratos são mediados por empresas prestadoras de serviços, de modo a suprir necessidades “temporárias” dos bancos. No caso das atividades diretamente associadas ao trabalho bancário, os trabalhadores terceirizados efetuam serviços similares por um salário inferior e sem os direitos trabalhistas adquiridos pelos bancários. Pode ocorrer também a transferência, pelos bancos, de serviços para empresas pertencentes ao seu conglomerado, encaradas como meras prestadoras de serviço, cujos trabalhadores não são considerados bancários, não estando assim protegidos pelas Convenções Coletivas de Trabalho, como é o caso dos serviços de *call center*³⁵, ou contratação de estagiários, estudantes e menores-aprendizes, para pequenas tarefas internas, como serviços de digitação e telefonemas ao cliente, liberando os funcionários bancários para as vendas. É possível verificar a terceirização no setor bancário também pela utilização de franquias para pagamentos de contas, como casas lotéricas³⁶,

³⁴ O Plano Real está na raiz da crise do sindicalismo bancário “porque reduziu sua base social e, com ela, a fonte de recursos das instituições de representação” (CARDOSO, 2001, p. 82). Ao possibilitar o controle da inflação, também acabou com o principal combustível de contestação do movimento sindical, que era a luta por reposição salarial (JUNCKES, 2004, p. 67).

³⁵ A popularização dos *call centers* ajudou os bancos para reduzir custos com funcionários, uma vez que parte do atendimento básico ao público passou a ser feito pelas centrais de atendimento, eliminando parte do trabalho feito anteriormente nas agências (VENCO, 1999).

³⁶ A partir de 2007, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil passam a compartilhar entre si os Terminais de Auto-Atendimento (TAA) e as casas lotéricas, visando atingir o máximo de

supermercados, farmácias (SILVA, 2006a, p. 214) e a Empresa de Correios e Telégrafos, conveniada ao Bradesco³⁷.

3. Flexibilização e intensificação do trabalho bancário, com novas organizações de trabalho, baseadas na diretriz da “empresa enxuta” (ANTUNES, 1999, p. 53), implicando em diminuição do número de bancários por local de trabalho; diminuição do controle pelos gerentes e criação grupos de trabalho, aumentando o autocontrole (através da política de metas, do surgimento de grupos que se responsabilizam pelas tarefas) e o controle eletrônico do funcionário; aumento da jornada de trabalho, seja pela utilização de mais horas extras, seja pela regulamentação do “banco de horas” (reconhecendo as jornadas de trabalho variáveis; as horas extras poderiam ser compensadas em até um ano), ou até mesmo com o comissionamento crescente de funcionários, instrumentos que visam evitar a contratação de novos funcionários (CNB, 2001; JINKINGS, 1995, p. 94-95).

Associado ao crescente comissionamento de funcionários como forma de elevação do salário médio e intensificação do trabalho bancário (LARANGEIRA, 2001, p. 116), é observado o advento da utilização de bônus salariais vinculados à lucratividade (Participação nos Lucros e Resultados) após a desindexação dos salários à inflação, a partir do Plano Real, tornando mais relevante à participação da renda variável nos ganhos anuais do trabalhador. Ambos funcionando como motor para elevar a colaboração com o capital e enquanto desmobilizador de classe, com a participação crescente do trabalhador bancário na lucratividade do capital³⁸.

Em conjunto, a elevação da flexibilização e os investimentos para automação e organização do trabalho bancário, não foram capazes de evitar, no entender de Silva (2006b, p. 21) a persistência do trabalho vivo, reiterando desta maneira a sua importância e sua centralidade, “visto que o setor ainda necessita dos trabalhadores assalariados para a manutenção das suas taxas de lucro”. As transformações vividas pelo setor bancário não lograram êxito em contribuir para que o capital deixasse de necessitar diretamente do trabalhador.

idades sem agência bancária de um desses 2 bancos (AGÊNCIA BRASIL, 02/06/2007).

³⁷ No entender de Junckes (2004, p. 143), ocorre um duplo movimento de redução da capilarização bancária direta e aumento da capilarização bancária indireta, com o “estabelecimento dos correspondentes bancários e das sociedades cooperativas e associações de microcrédito”, popularizando os serviços bancários básicos, em paralelo com a elitização do acesso aos serviços bancários presenciais, no âmbito da agência.

³⁸ Denominado por Antunes (1999, p. 227) como “envolvimento manipulatório” e por Alves (2000) como “captura da subjetividade operária”

Porém, a persistência da centralidade “insuprimível” do trabalho no toyotismo, enquanto “guardião da máquina” (ALVES, 2000, p. 74), no setor bancário, convive em meio à tentativa de absorção do trabalhador pelas estruturas do capital. Há a ocorrência de uma valorização ou, ao menos, uma “priorização tácita” das instituições financeiras por trabalhadores em nível universitário (LARANGEIRA, 2001; POCHMANN, 2002; JINKINGS, 2002). Paradoxalmente, a maior escolaridade formal dos trabalhadores contrasta com a simplificação do processo de trabalho bancário. É cada vez menos considerado um estoque de conhecimentos e/ou habilidades, em benefício da competência ou capacidade do trabalhador para “agir, intervir, decidir em situações nem sempre previstas ou previsíveis” (ALVES, 2000, p. 254).

Pode-se justificar o crescimento da escolaridade média no setor bancário como consequência do investimento individual do trabalhador para ser (ou manter-se) “empregável” (CARDOSO, 2003a, p. 104-105), pensamento que se alinha às premissas neoliberais de busca do trabalhador para qualificar-se profissionalmente como chave para manutenção ou obtenção do emprego³⁹. Os bancários passam a ser complacentes e “adaptáveis” a esta nova ordem do trabalho, de verniz “democrático”, que pode esconder uma maior intensificação e sobrecarga de trabalho e da jornada de trabalho.

Por detrás da autonomia na tomada de decisões de uma equipe “polivalente” e qualificada, é observado o crescimento do individualismo e dos mecanismos de controle e cooptação do funcionário pela empresa, corroendo a lealdade e a solidariedade entre os trabalhadores, acirrando a competição entre os funcionários, atentando “contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social.” (ANTUNES, 1999, p. 48), camuflando a pressão por produtividade, racionalização do trabalho e a punição econômica.

Nesse novo ambiente de trabalho, em que qualquer tipo de rebeldia é considerada inaceitável pelo capital (ANTUNES, 2005c), os trabalhadores se submetem a mais tarefas, pelo medo de perder o emprego, com salários e condições de trabalho que não ressaltam a responsabilidade, pressão do cargo ou a “qualificação” exigida. No limite, parte integrante do desmonte da legislação social protetora do

³⁹ Segundo tais premissas, “a culpa pelo desemprego seria dos próprios trabalhadores – por não disporem de qualificação adequada – e as saídas do desemprego seriam de ordem individual, na capacidade de cada um de qualificar-se diante das ‘novas exigências’ do mercado de trabalho” (POCHMANN, 2002, p. 27-30), embasadas pela propaganda do governo FHC.

trabalho, simbolizando a diminuição do papel regulador do Estado (CARDOSO, 2001; 2003a) ou pelo menos um papel ativo para combater a exclusão societal (CASTEL, 1999, p. 509), servindo para aumentar a extração do sobre-trabalho e beneficiando “o lado mais forte da relação capital x trabalho, permitindo ao primeiro estruturar os termos da relação de trabalho em condições que lhe são mais favoráveis” (GALVÃO, 2007, p. 4-5).

*

*

*

Deparando-se com esta gama de questões, que debilitavam a organização sindical e a participação sindical dos bancários, atingindo o aspecto ideológico através da falta de pertencimento do trabalhador bancário à categoria, os sindicalistas cariocas buscavam ao longo dos anos 1990, tanto nos anos Collor, mas principalmente no governo FHC, encontrar subterfúgios para tentar exercer oposição às políticas de cunho “neoliberal” tanto no plano municipal, quanto no plano nacional, participando de manifestações como a Marcha dos 100 Mil, em 1999 (no qual o sindicato participa enviando caravana de manifestantes até Brasília) e nos protestos contra a Reforma da Previdência proposta pelo governo FHC (SEEB/RJ, 2000, p. 29).

No entanto, de modo geral, o “sindicalismo cidadão”⁴⁰ praticado pelo sindicato dos bancários carioca, em acordo com o estipulado pela Articulação Sindical em nível nacional, buscava a via da negociação para minimizar os efeitos das demissões de bancários e do padrão liberalizante de acumulação do capital observadas, principalmente, na política de privatização e reestruturação dos bancos públicos que, no caso da cidade do Rio de Janeiro, implicou diretamente em demissões de funcionários no Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), Banco do Brasil e (em menor grau) Caixa Econômica Federal.

A privatização do BANERJ é um capítulo importante na

⁴⁰ Em entrevista, Almir Aguiar observa que esse “sindicalismo cidadão” praticado pelas entidades sindicais cutistas, caso do SEEB/RJ, ao apoiar iniciativas de outros grupos ligados aos movimentos sociais (Movimento dos Sem Terra e Sem Teto, entre outros), serve sobretudo para ajudar a manter o papel do sindicato enquanto agente transformador da sociedade, extrapolando o âmbito sindical: “a gente apoia uma série de iniciativa, movimento sem terra, sem teto, atividades com pessoas carentes... Acho que o sindicato, como transformador da sociedade, a gente também não pode ficar só na questão categoria. Claro, o principal é esse. Mas a gente também tem que ampliar isso tudo pra poder realmente participar do processo todo”.

política de privatizações que atingiu – principalmente – os bancos estaduais, vendidos para grandes grupos privados nacionais e estrangeiros, tornando o setor bancário cada vez menos público (SILVA, 2006b, p. 17). Relaciona-se esse evento com a desregulamentação financeira e o avanço da financeirização, que atingia fortemente os países da América Latina e do Leste Europeu, combinando esvaziamento do papel do Estado no mercado financeiro e fortalecimento da concentração bancária (IPEA, 2009).

O banco estadual era um dos maiores geradores de empregos no município, caracterizando-se também como o banco com maior quantidade de agências no Estado do Rio de Janeiro (166, na época da privatização), tendo também diversas agências fora do Estado do Rio (principalmente no Estado de São Paulo) (DIEESE, 1997). Tão logo anunciada a reestruturação para posterior venda, em 1993, a tramitação da privatização transforma-se no fato mais importante para o sindicalismo bancário carioca nos anos 1990. Após intervenção efetuada pelo Banco Central e derrubada, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), de artigos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro que impediam a venda, o banco Bozano Simonsen assume a administração do banco estadual, saneando-o financeiramente, mas também demitindo e fechando agências. Em síntese: preparando terreno para que a privatização pudesse ser efetivada.

Segundo estudo feito pelo DIEESE (1997), o BANERJ foi dividido em dois, com a parte financeiramente equilibrada vendida ao banco Itaú por R\$ 311 milhões no dia 26 de junho de 1997, e a parte “podre” mantida a cargo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que criara para esse intuito o Berj, também chamado Banco do Estado do Rio de Janeiro, cujo passivo descoberto (à época, cerca de R\$ 3 bilhões) estava pronto para ser liquidado extra-judicialmente pelo Banco Central⁴¹. Tão logo a venda é concluída, o Itaú continua o processo, ao longo de 1998, para fechar as agências do BANERJ “estrategicamente desinteressantes”, incluindo todas as agências fora do Estado do Rio de Janeiro ao longo de 1998, com demissões em massa e sumárias dos funcionários vinculados às respectivas agências (LIMA FILHO, 2006, p. 161), e continuando com o fechamento e completa incorporação de agências e funcionários no Estado do Rio de Janeiro⁴².

⁴¹ No dia 31 de maio de 2010, o Governo do Estado do Rio de Janeiro colocou à venda o Berj, com lance mínimo de R\$ 513 milhões (valor inferior à tentativa anterior, de R\$ 738,5 milhões, em novembro de 2006). No entanto, o leilão pelo não comparecimento de bancos dispostos a adquirirem o banco estadual (G1, 31/05/2010).

⁴² No decorrer da entrevista cedida pelo atual presidente do SEEB/RJ, Almir Aguiar, o mesmo

No caso do Banco do Brasil, o plano de reestruturação tinha em seu bojo o Plano de Demissões Voluntárias (PDV), destinado aos trabalhadores com mais de 12 anos de banco, em sua maioria, vinculados ao suporte operacional, infraestrutura ou atendimento simples, substituídos por máquinas ou trabalhadores terceirizados, em benefício dos trabalhadores capacitados para vendas e gerenciamento, adaptados aos princípios de “qualidade total” e “excelência no atendimento”, o “bancário vendedor”, do qual são exigidas capacidades cognitivas e comportamentais que levassem em conta a responsabilidade pelo futuro da empresa (JINKINGS, 2002, p. 216).

Segundo Rodrigues (2004), o PDV representava uma importante quebra de paradigma, a da estabilidade no emprego, negando o funcionário como valioso para o Banco, em prol de uma modernização na administração do banco, influenciada pela reforma do Estado. O programa de ajustes, cujos anos de pico foram 1995 e 1996, perpassando todo o governo FHC, tinha como principais objetivos: realocação de funcionários; incentivo à aposentadoria; incentivo à demissão; incentivo à licença interesse; redução de gastos com horas extras; redução de estagiários; ressarcimento de custos com funcionários cedidos; revisão da política de concessão de benefícios administrativos (JINKINGS, 2002, p. 85). Mais de 40 mil funcionários tinham sido demitidos ou pediram demissão entre 1994 e junho de 2002⁴³, com pesadíssimas conseqüências para o movimento sindical bancário, impotente para fazer qualquer manifestação de vulto ou greves, inviabilizadas pelos conflitos internos causados pelo Plano (RODRIGUES, 2004, p. 249). Apesar de algumas manifestações dos sindicatos e dos trabalhadores repudiando o processo de precarização no trabalho bancário, estas se revelaram insuficientes em seu poder de ação.

Apesar de não ter tanto impacto no que diz respeito à forte diminuição no número de trabalhadores bancários, quando comparado ao ocorrido no BANERJ ou até mesmo no Banco do Brasil, o plano de demissões na Caixa Econômica Federal (denominado “Norma RH 008”) também era uma demonstração, ainda que tímida, do viés privatista inerente ao governo FHC. Baixada pela diretoria do banco em fevereiro de 2000 e encerrado em 2003, a “Norma” foi responsável pela demissão de 440 bancários em todo o Brasil⁴⁴.

acreditava restar, no corpo de funcionários da *holding* Itaú-Unibanco, cerca de 400 trabalhadores oriundos do Banerj.

⁴³ O número de funcionários do Banco do Brasil caiu de 119400 para 77620 (ALEXANDRE, 2002).

⁴⁴ <http://www.servidorpublico.net/noticias/2008/01/14/demitido-da-caixa-entre-2000-e-2003->

Para Vinícius de Assumpção, presidente do SEEB/RJ entre 2003 e 2009, e vinculado à diretoria do sindicato durante os dois governos FHC, os anos 1990 caracterizaram-se como um “massacre” dentro dos bancos públicos, com as seguidas demissões de concursados e perda de direitos conquistados, em benefício das políticas de remuneração variável e achatamento da remuneração fixa do trabalhador bancário. Segundo ele, tais fatores tiraram

um pouco do poder de mobilização da categoria. A categoria não conseguiu dar resposta aos ataques que foram duríssimos. Perdemos delegados sindicais, que era uma conquista nossa que estava na Convenção. Os bancos públicos, como eles não estavam dentro da Convenção Coletiva Nacional, ficaram fragilizados nessa disputa.

O panorama extremamente adverso dos anos 1990 acaba por moldar o perfil do novo dirigente sindical bancário carioca. Fruto das escolhas da CUT, mas também do contexto político, sindical e socioeconômico pelo qual passava todo o movimento sindical de viés “combativo”, adotando um comportamento adaptativo e sentindo a necessidade de imperiosa em “dar respostas a questões para as quais as gerações anteriores também não estavam preparadas”. Principalmente a militância dos anos 1980, histórica e politicamente ligada aos partidos de esquerda e vinculada à luta pela redemocratização do país que, paulatinamente, se afastava da militância sindical, seja pelas novas opções políticas, seja pelo desinteresse sindical, ou até mesmo devido ao impacto das demissões nos trabalhadores que se mantiveram empregados (LIMA FILHO, 2006, p. 175).

Este posicionamento refletia-se nas eleições sindicais. As chapas lideradas pela Articulação Sindical venceram em 1994 e 1997, trazendo Fernanda Duclos Carísio (Banco do Brasil) como cabeça de chapa. Em 2000, nova vitória da Articulação, desta vez com José Ferreira (Unibanco) cabeça de chapa, que se torna o primeiro presidente do SEEB/RJ proveniente do setor privado. Há que se ressaltar, contudo, a natureza da disputa eleitoral ao longo da década: enquanto que, em 1994, ocorreu uma disputa da situação contra outras duas chapas (uma formada pela Convergência Socialista, àquele momento, recém-saída do PT, para formar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado - PSTU e outra, formada por lideranças do PDT, com a liderança de

Ronald Barata), nas eleições posteriores (1997 e 2000), observa-se a coalizão entre grupos provenientes do PT, PCB, PC do B e PSTU, de modo a enfrentar conjuntamente o governo FHC (LIMA FILHO, 2006, p. 163 e segs.), a despeito de todo o clima negativo na relação entre as duas frações cutistas, motivada pela conjuntura negativa que assolava o sindicalismo bancário.

Cyro Garcia, um dos nomes mais importantes da Convergência Socialista, argumenta que aderir ao convite da Articulação para formação de uma chapa de coalizão era o caminho mais correto a ser seguido naquele momento, em virtude dos ataques à categoria bancária durante o governo FHC, em especial no setor público, com as demissões, congelamento de salários, perda do Plano de Cargos e Salários e do Anuênio. Mesmo com algumas implicações de fundo pragmático, como na forma de composição da diretoria do sindicato:

Instituíram [a Articulação] que a gente tinha 25%. Na verdade, nós queríamos uma prévia aberta e proporcional, porque nós sabíamos que nós ainda éramos, principalmente naquele momento, isoladamente se não a primeira, a segunda força política (...) a gente sabia que numa disputa direta, na base, numa convenção, nós teríamos mais do que 25% e eles também sabiam disso. Mas eles estavam numa posição de força, estabeleceram os 25% e, pela questão política, nós avaliamos que seria correto a coalizão.

As chapas vencedoras nas eleições dos anos 1990, especialmente ao longo do segundo governo FHC, preocupavam-se em juntar as forças políticas representativas no sindicalismo bancário carioca, vislumbrando uma disputa de fundo: a luta contra o desemprego crescente na base sindical bancária que, por conseguinte, impacta diretamente no sindicato enquanto instituição representativa, na queda da filiação sindical e na arrecadação do sindicato, com crise de todas as formas de contribuição, desde a compulsória – abrangendo o total dos trabalhadores –, quanto à voluntária – baseada apenas nos trabalhadores sindicalizados (CARDOSO, 2003a, p. 48-49).

É esse panorama de retração nas atividades políticas, visando a defesa de direitos e conquistas anteriormente adquiridas, que o movimento sindical bancário (carioca), de modo geral, passou a enfrentar fortemente ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000. Todavia, conforme poderemos observar no próximo capítulo, as direções sindicais apostavam no êxito eleitoral de Lula e do PT para que a

situação solidificada sofresse alterações de natureza positiva ao conjunto do movimento sindical e, principalmente, às entidades sindicais.

CAPÍTULO 2

O primeiro governo Lula (2003-2006)

2.1. Introdução

O ano eleitoral de 2002 era considerado decisivo às entidades sindicais e movimentos sociais que apoiavam, pela 4ª vez consecutiva, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República. Era quase como o “canto dos cisnes” de um sonho acalentado – e por vezes, frustrado – em ter, enfim, como mandatário máximo do país um “dos seus”, disposto a lançar mão de diretrizes políticas distintas das verificadas nos governos anteriores, dada a sua origem sindical. Nem mesmo o pragmático arco de alianças do então candidato, que aglutinavam, para além dos partidos no campo da centro-esquerda (PC do B, PDT), partidos mais à direita do espectro político nacional, como o Partido Liberal (PL), era capaz de minimizar esta esperança.

Sintomaticamente, o governo FHC mostrava-se impopular. A ponto de nenhuma candidatura (nem mesmo a candidatura de José Serra, apoiado pelo então Presidente da República) assumir, ao menos no plano retórico, continuar com todas as políticas e diretrizes implementadas pelo governo que vivia o seu ocaso. No entender de Francisco de Oliveira (2007a, p. 40-45), este era o símbolo maior da “indeterminação” no qual estava mergulhado o panorama político brasileiro, com todas as coalizões disputando quem conseguiria demonstrar ter o viés mais oposicionista. Contudo, a contenda parecia mais restrita à esfera de poder que direcionada a mudanças profundas no estado de coisas passível de ser recebido pelo novo presidente, uma vez que a política econômica de FHC passava quase que incólume às críticas mais profundas.

Seguindo orientação da CUT, o SEEB/RJ faz campanha aberta por Lula e demais candidatos de centro-esquerda a cargos executivos e legislativos, principalmente os ligados ao setor bancário, atacando candidaturas opositoras, em especial José Serra e, por tabela, o governo FHC, por entender que estavam colocados em disputa no pleito federal dois projetos discrepantes e que a vitória de Serra poderia representar “a continuidade das políticas neoliberais contrária aos interesses dos

trabalhadores” (RADERMACHER E MELLEIRO, 2007).

São vários os exemplos veiculados no jornal “O Bancário”, órgão oficial do sindicato, cujas matérias tinham nítido caráter crítico ao governo FHC e Serra, este último principalmente enquanto ocupava o cargo de ministro da Saúde, como o questionamento acerca da demissão de 5.792 funcionários responsáveis pelo combate à dengue (popularmente conhecidos como “mata-mosquitos”), em decorrência da epidemia de dengue que assolava o Rio de Janeiro àquele momento (O BANCÁRIO, 24/01/2002).

Especificamente em relação ao governo FHC, as duras críticas englobavam temas diversos como a distribuição de renda, políticas habitacional e educacional, aumento da lucratividade dos banqueiros e do desemprego ou até mesmo acusando seu partido, o PSDB, de corrupção⁴⁵. Críticas a outros candidatos opositores de Lula, como Roseana Sarney⁴⁶ e Anthony Garotinho⁴⁷, também são observadas no jornal do sindicato. No entanto eles não são tão presentes no jornal, talvez pela identificação de José Serra como o potencial opositor à eleição de Lula.

Em contrapartida, a não ser para criticar uma postura coercitiva por parte do capital internacional à candidatura Lula⁴⁸, nada de relevante é citado pelo sindicato (através de seus órgãos de informação) sobre

⁴⁵ “Desperdício de dinheiro no governo FHC aumenta a miséria” (O BANCÁRIO, 25/01/2002); “Cresce no país déficit habitacional” (O BANCÁRIO, 29/01/2002);, “Dívida pública alimenta lucro dos banqueiros” (O BANCÁRIO, 31/01/2002); “Brasil: a pior educação do mundo”, (O BANCÁRIO, 07/02/2002); “A Era FHC: o maná dos banqueiros” (O BANCÁRIO, 26/02/2002); “Desemprego e queda de renda: a marca perversa do governo FHC” (O BANCÁRIO, 05/03/2002); “Fernando Henrique é o ‘presidente do desemprego’” (O BANCÁRIO, 04/04/2002); “FHC torna banqueiros mais ricos e trabalhadores mais pobres” (O BANCÁRIO, 06/04/2002); “Corrupção e propina marcam trajetória do PSDB” (O BANCÁRIO, 07/04/2002); “FHC é o culpado pela alta da inflação, dos juros e do dólar” (O BANCÁRIO, 17/06/2002).

⁴⁶ “Roseana Sarney aprofunda miséria no Maranhão” (O BANCÁRIO, 26/02/2002), sobre os índices altos de mortalidade infantil, pobreza e trabalho escravo, além de violência e corrupção; “Roseana Sarney: farra das empreiteiras e obras fantasmas” (O BANCÁRIO, 27/02/2002) Discurso acerca das denúncias de corrupção envolvendo a então candidata.

⁴⁷ “Garotinho pode ser preso por rombo de quase R\$ 1 Bi” (O BANCÁRIO, 28/02/2002); “Aliança de Garotinho e Rosinha inclui PPB de Maluf e Dornelles” (O BANCÁRIO, 17/09/2002); “Benedita assume desafio em meio a dívidas e obras inacabadas” - crítica aos problemas deixados pelo ex-governador Anthony Garotinho, em matéria que destaca a posse de sua vice, Benedita da Silva, do PT (O BANCÁRIO, 09/04/2002).

⁴⁸ Matéria intitulada “Capital especulativo tenta prejudicar a campanha do PT para manter modelo econômico que privilegia a ciranda financeira e prejudica trabalhador”, refere-se aos relatórios da corretora Merrill Lynch e dos bancos ABN-Amro e Morgan Stanley, que recomendavam cautela, àquele momento, “na compra de títulos da dívida externa brasileira” (O BANCÁRIO, 06/04/2002).

quaisquer compromissos firmados por Lula durante a campanha eleitoral. Um exemplo sintomático refere-se à ausência de posicionamento do sindicato acerca da “Carta ao Povo Brasileiro” elaborada pela candidatura petista visando, em tese, atrair um eleitorado hesitante, mas também tencionando atingir os grupos financeiros que investiam ou poderiam vir a investir no Brasil. Para Penna (2006, p. 26-27), a “Carta”, ao procurar deixar exposto o interesse de Lula em cumprir os acordos financeiros firmados pelo governo FHC, na medida em que poderia assegurar a vitória eleitoral, também maculava, de forma irremediável e dali para diante, o futuro governo, que perderia muito “em substância política”, pelo fato de se comprometer com a manutenção da ordem estabelecida.

Esta aproximação da candidatura Lula com o mercado financeiro não se restringiria à “Carta ao Povo Brasileiro”, uma vez que diversas instituições financeiras (como a BMG Leasing, Banespa Santander e Banco Alfa) fizeram doações para a campanha de 2002 (AGÊNCIA ESTADO, 11/08/2002. Cf. Cit. MIRANDA, 2003, p. 206), o que poderia influenciar nas diretrizes e no poder de barganha em um futuro governo⁴⁹.

Tampouco ficaria restrita à figura do presidente eleito, chegando também a sindicalistas presentes na *intelligentia* do novo governo. No setor bancário, é importante pensarmos na relação entre sindicalistas e fundos de pensão ligados aos bancos estatais CEF e BB, conforme observa Jardim (2009), que salienta a promoção efetuada pelo governo Lula de “segmentos sindicais no mercado financeiro”, de modo a participar ativamente no mercado financeiro, ainda que sob um espectro social e ético⁵⁰. Membros do que Oliveira (2003b, p. 146) denominou como “antigo proletariado”, agora mandatários no governo e administradores de fundos de pensão dos funcionários estatais (em particular, a Previ), preocupados mais com o acesso aos fundos públicos e com a rentabilidade dos fundos de pensão, do que com as conseqüências negativas para os trabalhadores da utilização desses valores.

⁴⁹ Miranda (2003, p. 209) observa que a Febraban, ao longo da campanha de 2002, mostrou-se disposta a colaborar com o governo Lula, por entender que o discurso do candidato era “franco. Construtivo e com alto grau de desprendimento”.

⁵⁰ Contudo, apesar do discurso visando a domesticação do capitalismo e em busca do “lucro com responsabilidade social, ética e justiça social”, os fundos de pensão se alimentariam de especulação, defendendo a alta da taxa de juros, assim como qualquer outra entidade no mercado financeiro.

Não obstante, a combinação, ao longo da campanha presidencial de 2002, de apoio ao candidato petista e posicionamento severamente crítico aos outros políticos em disputa, sinalizava a esperança – acalentada pelo sindicato – de que a iminente eleição de Lula (enfim consolidada no final de outubro de 2002) contribuísse para que os problemas vividos pelo movimento sindical bancário (parcela vital das bases de sustentação política petista que chegava, ao final do governo FHC, mitigada pela crise em suas formas de representação) pudessem ser ao menos amenizados.

A eleição de Lula era considerada uma resposta à deterioração do segundo governo FHC, sobretudo pelos elevados índices de desemprego (POCHMANN, 2006), para que um novo panorama fosse gerado, propiciando um “sopro de vitalidade” (DRUCK, 2006) na política nacional e no cenário de despolitização presentes, dado o refluxo das instituições combativas nos anos 1990, com o contra-ataque do capital, contribuindo para impulsionar

uma virtualidade na conjuntura de indeterminação criada pelo turbilhão da desregulamentação do período Fernando Henrique Cardoso, caracterizada pela suspensão das relações entre economia e política, entre classes e representação, com fortes mudanças no último decênio, sobre determinadas pela intensa exposição à globalização do capital (OLIVEIRA, 2007b, p. 261-262).

O apoio do SEEB/RJ, que ultrapassava o âmbito institucional⁵¹, também oferecia uma amostra da ligação entre este e o candidato Lula, mediada pela CUT, além da força que a central sindical passou a deter no sindicalismo bancário nacional ao longo dos anos 1990, com a ascensão de diretorias sindicais cutistas derrotando a Contec por todo o país (JUNCKES, 2004, p. 179), em grande medida, provenientes da Articulação Sindical e aliados.

A forte presença da Articulação Sindical nas mais variadas entidades político-sindicais hegemônicas no campo da “centro-esquerda” (PT, CUT, CNB), inevitavelmente contribuiria para que todos os elos dessa cadeia tivessem a expectativa e o sentimento de “inclusão” no governo então nascente. Entre a direção do SEEB/RJ, tal expectativa era alimentada pela participação, considerada destacada, do movimento sindical bancário na vitória de Lula⁵² e, sobretudo pela indicação de

⁵¹ Uma vez que os bancários pediram votos a Lula nas ruas (O BANCÁRIO, 29/10/2002).

⁵² “A categoria bancária teve uma participação importante na história que resultou na eleição de

quadros egressos do sindicalismo bancário para o “governo de transição” entre os governos FHC e Lula (Sérgio Rosa⁵³ e Luiz Gushiken) e, posteriormente, para o primeiro corpo ministerial (do qual também fariam parte Olívio Dutra e Ricardo Berzoini). Provas do pretenso grau elevado de organização e importância da categoria bancária no novo governo, a ponto do sindicato carioca pontuar que os bancários estariam, enfim, “no poder” (O BANCÁRIO, 14/01/2003).

Entretanto, a natureza da inclusão no poder de alguns sindicalistas escolhidos em grupos hegemônicos no movimento sindical, apesar de ensejarem, pela primeira vez, “uma efetiva mudança na “elite governante” no âmbito federal” (RADERMACHER E MELLEIRO, 2007), não era garantia da participação do movimento sindical no governo Lula e de que esta, caso ocorresse, seria de natureza positiva. Conforme observa Poulantzas (2000, p. 141-142), ocupar o governo e estar presente no Estado (entendido como o centro de exercício de poder) não significaria, necessariamente, deter o controle de seus aparelhos ou, mesmo controlando alguns aparelhos de Estado, significaria deter o controle dos núcleos de poder real.

Ainda em novembro de 2002, a direção da CNB propôs uma agenda de debates com o novo governo, do qual partilhavam todos os sindicatos a ela filiados⁵⁴. Tal agenda era proposta pelo fato da Confederação entender que a “relação política de compromisso” com o novo governo, de modo a ver (total ou parcialmente) suas demandas atendidas, deveria ser efetuada institucionalmente, com “autonomia e independência” (O BANCÁRIO, 13/11/2002).

Esta tarefa não parecia colocar-se como de fácil aplicação, ainda mais quando os próprios bancários entendiam que pautas importantes ao movimento sindical poderiam não ser hegemônicas no seio do governo, no qual quadros oriundos do movimento sindical passariam a conviver – e disputar posição – com representantes egressos de diversos setores dos capitais financeiro, agro-exportador e industrial. Haja vista que o escolhido para ser presidente do Banco Central do

Lula para a presidência da República” (O BANCÁRIO, 29/10/2002).

⁵³ Então presidente da CNB e, posteriormente (fevereiro de 2003) eleito presidente da Previ.

⁵⁴ Cujos principais temas eram: 1. regulamentação do sistema financeiro; 2. reformas tributária e da previdência; 3. participação soberana nos blocos econômicos internacionais; 4. sistema democrático de relações de trabalho; 5. o papel dos bancos no crédito produtivo para o desenvolvimento econômico; 6. papel do Banco Central; 7. papel dos Bancos Públicos; 8. Fim do processo de privatizações; 9. gestão democrática, transparente e participativa nos bancos públicos; 10. reforma da legislação sindical e trabalhista; 11. salário mínimo; 12. desenvolvimento econômico e social; 13. combate ao desemprego; 14. contrato mínimo de trabalho; 15. recomposição de salários e de contratos rompidos pelo governo que finda.

Brasil, Henrique Meirelles, era até então presidente mundial do BankBoston; o vice-presidente eleito na chapa com Lula era o industrial José Alencar, um dos donos da Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas); e, por fim, Luiz Fernando Furlan, então presidente do conselho de administração do grupo Sadia, seria o escolhido para ser ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Sob a idéia de um “pacto social”, Lula pretendia governar acima – e apesar – dos atritos entre capital e trabalho, trazendo consigo parcelas representativas do capital, para junto com a cúpula sindical construir um consenso de trabalhadores, empresários e governo em fóruns e grupos de discussões diversos, que ajudariam na formulação de um conjunto de reformas desejadas no início de seu mandato. Uma costura política com possibilidade de ser vitoriosa, pois sua construção bem-sucedida deveria ter como pressuposto o alinhamento de interesses gerais aos interesses dominantes, como se fossem sinônimos e andassem em paralelo⁵⁵. Este quadro poderia dar margem até mesmo a que o movimento sindical (ou suas frações hegemônicas) se dispusesse a ter um relacionamento mais brando com o governo Lula e, desta maneira, passíveis de aceitar determinadas diretrizes alheias aos seus interesses num primeiro momento, por entender que este governo estaria “em disputa”⁵⁶.

2.2. Ocaso da coalizão sindical municipal (2003-2004)

Em face à dilapidação dos empregos e depreciação no ambiente de trabalho, impondo ao movimento sindical uma postura defensiva para manutenção de direitos (estratégia presente com maior força nos anos 1990), o início do governo Lula parecia vislumbrar-se como de aquisição de direitos, dadas as mudanças em parte da camada política dirigente. Sendo assim, a participação almejada pelo setor sindical bancário tinha como pressuposto enxergar o governo como potencial aliado.

⁵⁵ Oliveira (2007b, p. 269) pondera, no entanto, que a busca do governo Lula pela hegemonia camuflada no “consenso” e na “negociação”, poderia esconder “a fraqueza do governo diante do empresariado, nacional e internacional” na luta política, que necessariamente constituiria um dissenso e disputa por imposição de agendas políticas contraditórias e paradoxais entre si.

⁵⁶ Como observa Almir Aguiar, atual presidente do SEEB/RJ e diretor sindical à época, este posicionamento estava condicionado pelo fato dos trabalhadores não se mostrarem hegemônicos no interior do governo: “não é um governo onde os trabalhadores estão em massa no poder, não são hegemônicos. Então tem que fazer concessão.”

O início de 2003 é pautado, no seio do sindicalismo bancário, pelo debate sobre a natureza do posicionamento em relação ao governo Lula. Apesar da mudança no Poder Executivo e, por conseguinte, da expectativa em que houvesse uma modificação na relação entre bancários e governo federal, os dirigentes sindicais enfatizavam que a participação no governo, caso ocorresse, deveria ser acompanhada pela manutenção de autonomia política para exposição crítica de opiniões (O BANCÁRIO, 14/01/2003), tentando influenciar nas políticas exercidas pelo governo no intuito de serem deliberadas posições favoráveis aos trabalhadores⁵⁷.

Calcados nesta postura, os diversos grupos sindicais cutistas com alguma representatividade entre os bancários da cidade do Rio de Janeiro⁵⁸ deliberaram quase que de forma unânime, em convenção pré-eleitoral realizada no dia 25 de fevereiro, acerca da estratégia de coalizão sindical e lançamento de chapa única, como já observado nos pleitos 1997-2000 e 2000-2003⁵⁹, uma vez mais, com a Articulação Sindical ocupando os principais postos da diretoria e tendo a primazia de indicar o “cabeça-de-chapa”. Capitaneado por Vinícius de Assumpção (Bradesco), a chapa é eleita com 96% dos votos de 13.312 bancários, de um total de 17.278 sindicalizados com direito a participar do pleito (O BANCÁRIO, 14/04/2003).

Como citado anteriormente, a construção de uma coalizão entre as forças políticas no movimento sindical bancário carioca desde o final dos anos 1990 tinha, como ponto nevrálgico, a conjuntura de crise pela qual passava o sindicalismo nacional (e bancário, em particular), cuja falta de diálogo com o governo federal era uma de suas demonstrações mais visíveis. Com a eleição de Lula, este panorama é modificado e o posicionamento dos dirigentes sindicais bancários no SEEB/RJ em relação ao governo revela-se assimétrico: enquanto os diretores sindicais

⁵⁷ Em seminário intitulado “A Caixa e sua relação com a sociedade”, realizado conjuntamente pelo SEEB/RJ e da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo, questionava-se, ainda que timidamente, qual seria o papel dos bancos públicos no novo governo. Se teria um caráter mais focado para o mercado ou enfatizando o viés social (O BANCÁRIO, 04/02/2003). O sindicato carioca também observava com atenção a idéia do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de manter o programa de privatização, após federalização, dos bancos estaduais do Ceará, Piauí, Maranhão e de Santa Catarina, lembrando que o repúdio à política da manutenção das privatizações era um dos pilares do apoio do SEEB ao governo Lula (O BANCÁRIO, 20/02/2003).

⁵⁸ A saber, Articulação Sindical (ligada ao PT), Convergência Socialista (PSTU), Corrente Sindical Classista (PC do B), além de membros do PCB, de frações minoritárias ligadas ao PT e sindicalistas independentes.

⁵⁹ Dos 1.026 bancários que votaram pela manutenção ou não da coalizão, 1.017 foram favoráveis, 6 votaram em branco e 3 anularam o voto (O BANCÁRIO, 26/02/2003).

da Articulação Sindical encontravam-se diretamente ligados politicamente ao governo federal e a Corrente Sindical Classista estava incluída na base de sustentação política do governo Lula, o PCB exercia um “apoio crítico” àquele momento e a Convergência Socialista engrossava fileiras da oposição ao governo. Portanto, a diretriz pautada pela autonomia crítica em relação ao governo federal que a Articulação Sindical desejava seguir, era condição *sine qua non* à manutenção da coalizão.

Ainda no primeiro semestre de 2003, eventos importantes precipitaram disputas políticas no interior do sindicalismo cutista, respingando no SEEB/RJ. O principal deles dizia respeito à proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo governo Lula e defendida pela Articulação Sindical no 8º Congresso da CUT⁶⁰, arena na qual se observavam polêmicos e acalorados debates sobre a reforma, tão profundos que as discussões acerca das reformas tributária, trabalhista e sindical, estagnação econômica, desemprego e perda da renda dos trabalhadores ficaram em segundo plano.

Além de salientar que a aprovação da Reforma da Previdência estimularia os fundos de pensão como grandes beneficiários, os setores minoritários no interior da CUT (no plano geral, críticos ao governo Lula) questionavam a atitude da Articulação Sindical e aliados, passível de ser colocada em xeque por macular o posicionamento de autonomia e independência da central em relação ao governo. Outro ponto a se destacar era a divisão (reavivada no cerne da central) entre trabalhadores dos setores público e privado. Os servidores públicos, apesar da ferrenha oposição ao projeto, ficaram isolados, pois estavam presentes em correntes sindicais minoritários na CUT (BOITO JR., 2005, p. 253). As vaia e protestos estenderam-se aos representantes do governo federal presentes no congresso, dentre os quais Lula, Jaques Wagner e, em especial Ricardo Berzoini, à época ministro da Previdência⁶¹. A presença de membros do governo federal era considerada uma afronta aos grupos

⁶⁰ São eleitos 4 bancários à Executiva Nacional: Jacy Afonso (Distrito Federal), Ari Alorado do Nascimento (Porto Alegre), João Vaccari Neto e Francisvaldo Mendes (São Paulo, Osasco e Região).

⁶¹ Junckes (2004, p. 282) salienta que o desgaste pelo qual passou Berzoini no período não restringiu-se ao 8º CONCURTO, mobilizando também o judiciário, governadores, aposentados e denúncias, feitas principalmente por servidores públicos, de parlamentares e ministros favoráveis à reforma. Apesar do desgaste de Berzoini, que culminou na sua saída do Ministério da Previdência, o movimento sindical bancário fez lobby favorável pela sua manutenção no corpo ministerial, o que acabou ocorrendo, com o ex-bancário tornando-se Ministro do Trabalho e Emprego. A manutenção de Berzoini era importantíssima politicamente ao movimento sindical bancário, pois este era visto como interlocutor junto ao governo.

sindicais impactados pelas mudanças propostas.

O mesmo dilema era alimentado no interior do SEEB/RJ, com diretores sindicais ligados à Articulação saindo em defesa da reforma proposta pelo governo Lula. Enfatizava-se, como fator primordial para tomar tal atitude, o apoio recebido pela reforma na maior parte da opinião pública, criticando a “posição irresponsável” dos setores opositoristas à proposta no interior da central e que, não custa reiterar, compunham a diretoria do sindicato.

Com o acirramento das discussões envolvendo a reforma, o jornal “O Bancário” veiculava, no dia 17 de julho, charge com o presidente Lula, num simulacro de uma partida de vôlei, rebatendo uma bola com a inscrição “previdência”, no intuito de mostrar ao leitor que os privilégios seriam “cortados”. Outra charge de defesa da Reforma da Previdência, desta vez divulgada no jornal dia 24 de julho, era veiculada junto à legenda: “Juízes ameaçavam entrar em greve para manter privilégios na aposentadoria”. Consistia em um juiz esbravejando, observado por um “popular” com semblante de raiva, lendo um jornal no qual várias referências são feitas sobre juízes, todas com conotação negativa, nas mais variadas esferas: penais, corporativas e até mesmo esportivas. Junckes (2004, p. 282) observa que diversos sindicatos de bancários filiados à CUT utilizavam-se de jornais e outros órgãos de informação para minimizar as críticas ao bancário e ministro Berzoini. No entanto, a se verificar o posicionamento do sindicato carioca, tal afirmação poderia ser alongada, conforme o contexto, a defesa de determinadas diretrizes capitaneadas pelo governo Lula.

Mas as querelas no interior da “centro-esquerda” sindical e político-partidária, vistas num plano genérico, quando os diretores sindicais se viram obrigados a um posicionamento em relação ao governo Lula, deixariam marcas profundas em demasia. Ao longo do 8º CONCURTO, verifica-se o quão insustentável havia se tornado a convivência entre Articulação Sindical e frações mais à esquerda, quando diretamente colocados frente ao dilema do papel a ser jogado, ao apoio (ou a natureza desse apoio) a ser oferecido pelo movimento sindical cutista em relação a um governo surgido quase de suas entranhas⁶². Com a Reforma da Previdência, acelera-se um processo de

⁶² Apesar de toda a disputa ocorrida, a Reforma da Previdência é aprovada ainda em 2003, abrangendo servidores públicos federais, estaduais e municipais, elevando a idade de aposentadoria para homens (de 53 para 60 anos) e mulheres (de 48 para 55 anos), junto ao estabelecimento de valor máximo para recebimento de proventos e tempo mínimo de contribuição de 30 anos para homens e 25 anos para mulheres (RADERMACHER E MELLEIRO, 2007). É importante salientar que tal medida entraria em vigor tão somente para

rompimento entre a Articulação Sindical e setores mais à esquerda, que dariam origem, no plano político-partidário, ao P-Sol e, no plano sindical, a Conlutas.

Deve-se destacar, no seio do sindicalismo bancário carioca, o impacto desse rompimento nacional. Enquanto que, no quadro nacional, tenha sido importante para que os membros filiados ao PSTU ou a frações minoritárias do PT tenham saído imediatamente da CUT, na cidade do Rio de Janeiro, tal imediatismo não se repetiu. Como a direção sindical estava baseada numa coalizão, a cisão (inevitavelmente) terminou por ser mais lenta e fratricida.

2.2.1. Greves de 2003 e 2004

A linha de atuação observada pela Articulação Sindical no setor bancário tinha como prioridades, na Campanha Salarial de 2003 – primeira após iniciado o governo petista – além da luta pela manutenção do emprego, combinado ao maior controle sobre as demissões causadas pelas terceirizações, estender aos bancários do setor público o Contrato Coletivo de Trabalho negociado entre CNB e Fenaban, até então válido apenas aos bancários do setor privado (O BANCÁRIO, 16/07/2003). A inclusão do setor público no CCT era visto (pelas direções sindicais) como uma forma de possibilitar, aos bancários do setor, uma forma melhor para obter reajustes salariais, ao contrário do verificado nos anos 1990.

O sindicato carioca, em consonância ao estipulado pelas entidades sindicais de cúpula nacional, procurava colocar a vitória de Lula como importante para elaboração de um novo padrão de relacionamento entre o governo federal e os bancários do setor público, por representar a possibilidade do diálogo e da negociação, tendo em vista a política de “reajuste zero” implementada pelo governo FHC, com o arrocho salarial vivido pelos bancários do setor público.

Pode-se observar baseado nos dados explicitados pela Tabela 2 que, mesmo quando comparado ao reajuste salarial no setor privado, os índices salariais alcançados pelos bancos públicos BB e CEF, ao longo do governo FHC, revelam-se deveras diminutos. Enquanto que os bancários vinculados ao setor privado receberam o reajuste acumulado de 95,4%, os bancários ligados aos principais bancos públicos nacionais obtiveram pouco mais de um terço (caso do BB) e um quarto (CEF).

Tabela 2:
Índices de inflação e reajustes salariais entre 1995 e 2002 (em %)

INPC	Privados	BB	CEF
195,40	95,40	36,15	28,25

Fonte: Neves (2008, p. 425)

Uma vez mais, as negociações iniciavam-se em duas mesas bipartite, com CNB e Fenaban ajustando a situação dos bancos privados e, no concernente aos bancos públicos, ocorrendo a negociação direta entre a respectiva direção do banco público em conjunto à Confederação, que propiciavam o advento de diferentes faixas de reivindicação para reajuste salarial: enquanto que os bancários do Banco do Brasil demandavam 23,90%, os trabalhadores do setor privado e da CEF solicitavam 21,58% de reajuste salarial.

Os bancários do setor privado, contemplados na negociação entre CNB e Fenaban, rechaçam a proposta elaborada pela Fenaban (10% de reajuste salarial, PLR de 80% do salário + R\$ 600, além de abono de R\$ 1.320), deliberando por paralisação de 24 horas, a ser executada dia 2 de outubro (O BANCÁRIO, 02/10/2003). No entanto, após nova proposta da Fenaban, elevando os valores para 12,6% de reajuste, abono de R\$ 1.500 e PLR de R\$ 650, acrescidos de 80% do salário, os bancários decidem, em assembléia, por aprovação dos novos valores. Tal aprovação era vista pelo sindicato como a “vitória da campanha unificada” e os patamares alcançados deveriam servir como piso para reivindicações nos bancos públicos (O BANCÁRIO, 13/10/2003).

Um novo modelo de reivindicações salariais parecia ser a maior preocupação dos dirigentes sindicais bancários quando do início do governo Lula. Paralelamente às discussões efetuadas com a Fenaban, representantes da CNB reúnem-se com Berzoini e Gushiken, a chefe de gabinete da Casa Civil, Sandra Cabral e diversos congressistas, solicitando a inclusão do BB e da CEF no Acordo Coletivo levado a cabo pela Confederação e entidade representante dos bancos, para que a Convenção Coletiva fosse aceita pelos principais bancos estatais (O BANCÁRIO, 01/10/2003).

Os bancos públicos BB e CEF ofereceram inicialmente 6% de reajuste salarial, devidamente recusado pelos funcionários dos dois

bancos no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e em mais 5 capitais, que decidem entrar em greve por tempo indeterminado a partir do dia 14 de outubro, suspensão após 2 dias pelos bancários do BB (no dia 16 de outubro), pois foram dadas garantias aos trabalhadores de que o banco aceitaria proposta feita pela Fenaban junto aos bancários do setor privado. As mesmas garantias foram dadas aos funcionários da CEF, que suspenderam a paralisação no dia 22 do mesmo mês (NEVES, 2008, p. 433).

Aos bancários do setor público, ficava o sentimento de que o saldo da mobilização grevista tinha sido positivo. Apesar da negociação salarial finalizada com o mesmo reajuste salarial para toda a base sindical bancária, parecia ter entrado em ocaso a política de “reajuste zero” do governo federal. Pareciam reabertos os canais de negociação entre governo e bancários do setor público, ainda que débil e marcada pela tentativa inicial, por parte de BB e CEF, em manter a diretriz de reajustes salariais rebaixados, quando comparados ao estipulado pela negociação entre CNB e Fenaban. Tentativa devidamente rechaçada pelos trabalhadores do setor público, mediante deflagração de greve.

Especificamente para a Articulação Sindical, tornava-se clara a viabilidade da mesa de negociação básica unificada, contemplando bancários públicos e privados, como estratégia a ser colocada em prática nas campanhas salariais subseqüentes. O êxito ao igualar os reajustes salariais de bancários privados e públicos era, acima de tudo, encarado como fruto do *lobby* do setor sindical bancário junto ao governo federal, com o qual nutria um sentimento de pertencimento desde a campanha eleitoral, conferindo um fortalecimento, se não do setor bancário como um todo, ao menos na parcela hegemônica do movimento sindical bancário, para conquista de novas demandas.

A defesa da inserção do setor público na mesa de negociações unificada pode ser explicada pelo fato da Articulação Sindical enxergar no governo Lula não um adversário, mas um aliado, que poderia proporcionar maiores ganhos se incluído em uma mesa tripartite. No entanto, ao encarar a unificação das negociações como única alternativa para atendimento das demandas salariais, e esperar do governo o papel de “fiel da balança”, o setor dominante do movimento sindical bancário poderia trazer para a esfera corporativa o alinhamento político-institucional histórico com Lula e PT, que numa conjuntura desfavorável talvez revelasse prejudicial ao trabalhador e ao sindicalismo bancário, em caso de conflito de interesses com esse mesmo governo.

Derivado desta situação, a conquista de demandas numa mesa tripartite poderia proporcionar uma diminuição da liberdade de atuação do

movimento sindical dos bancários do setor público (BB e CEF à frente), fundamental numa conjuntura que se revelava favorável a tais manifestações, além de se estabelecer (com a negociação tripartite) patamares reivindicatórios menores, como efeito da “segurança” para se ter uma negociação envolvendo todos os interessados.

A despeito de todos esses possíveis efeitos, a CNB passaria a buscar, na Campanha Salarial de 2004, a unificação da negociação salarial básica (ou “mesa única”⁶³ ou “mesa geral”) como central nas reivindicações do setor bancário sob seu comando, deixando de fora pautas específicas, atinentes especialmente aos bancos públicos, como a reposição das perdas salariais ocorridas no governo FHC e luta por isonomia entre bancários antigos e novos, entre outros pontos, que seriam discutidas em mesas de negociação bipartite entre CNB e BB ou CEF, dependendo da demanda (O BANCÁRIO, 21/07/2004).

No período inicial da Campanha, a CNB buscou o diálogo com BB e CEF para que a mesa de negociações bipartite entre Fenaban e Confederação contemplasse também os bancários das duas instituições bancárias públicas (ao menos no concernente à reivindicação salarial básica). Diferentemente do ocorrido em 2003, quando este acordo efetuou-se no calor dos acontecimentos, o objetivo é alcançado ao longo das negociações salariais preliminares e, no dia 6 de agosto, ambos os bancos decidem acatar o acordo coletivo da Fenaban, que era o interesse do movimento sindical (O BANCÁRIO, 11/08/2004).

Tanto Banco do Brasil quanto Caixa Econômica Federal estavam presentes na diretoria da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban); esta posição fora alcançada anos antes da eleição de Lula à presidência da República. No segundo governo FHC, o Banco do Brasil (representado por Hugo Dantas Pereira) participou das duas diretorias eleitas, 1998-2001 e 2001-2003, respectivamente. Neste segundo mandato, passou a fazer parte a Caixa Econômica, representada por Jorge Luis Ávila da Silva (MIRANDA, 2003, p. 203).

Naturalmente, pode-se arrestar da relação estreita entre bancos públicos e privados, proporcionada pela participação dos bancos públicos na diretoria da maior entidade de classe do setor financeiro, uma conjunção de interesses que nem o fato do governo federal ser ocupado (em parte) por sindicalistas poderia evitar. Não é difícil supor

⁶³ A partir daqui, chamarei a negociação básica atinente a todos os bancários por “mesa única”, apesar de alguns sindicalistas, como Vinícius de Assumpção, denominarem as negociações bipartite (entre bancários e Fenaban) como uma “mesa geral”. Esta nomenclatura é considerada mais explicativa por Assumpção, pelo fato do termo “mesa única” significar, para ele “uma única mesa e nós não defendemos uma única mesa.”

que, na prática, BB e CEF poderiam ser potencialmente representados pela Febraban (e seu braço sindical, a Fenaban). Até mesmo como uma represália pela insistência do setor sindical bancário em colocar os bancos públicos na mesa de negociação unificada, idéia esta rechaçada num primeiro momento por ambos os bancos, apesar de aprovada posteriormente.

A reivindicação inicial dos bancários (de 24,81%) não é aceita pela Fenaban, que sinalizava com 6% e posteriormente, com dois patamares de reajuste, variando entre 8,5% e 12,77%, de acordo com a faixa salarial do trabalhador⁶⁴. Tais propostas são rechaçadas pela base sindical carioca, que aprova greve por tempo indeterminado a partir do dia 15 de setembro, apesar da Diretoria Executiva do sindicato ter sinalizado por paralisação de 24 horas (O BANCÁRIO, 14/09/2004).

Vinícius de Assumpção, então presidente do SEEB/RJ, era um dos vários dirigentes sindicais favoráveis ao acordo com a Fenaban àquele momento, com aceitação das bases econômicas então postas em discussão. Porém, Assumpção entende que foi decisivo o sentimento dos trabalhadores bancários do setor público em avançar com a mobilização grevista, pois estavam às voltas com um momento em que poderiam, enfim, reivindicar a reposição das perdas salariais experimentadas nos governos anteriores, além da melhoria nas condições de trabalho:

O sentimento dos trabalhadores era o seguinte: ‘se eu não arranquei no governo Collor, me tiraram todos os meus direitos e se eu não conquistar no governo Lula, qual vai ser o governo que eu vou conquistar os meus direitos?’ E ali a categoria – é natural isso e justo – ela dizia ‘vou correr atrás dos meus direitos e agora!’ Então aquela greve, por mais que boa parte das direções tenham apontado, no início da greve, a indicação de aceitação da proposta (...) por que na avaliação nossa, era que a gente tinha uma proposta na mão que era uma proposta razoável (...) ela não cobria a inflação do período naquele momento, só igualava a inflação do período, mas era um processo que a gente tava trazendo para a categoria novo. E a categoria talvez não tenha percebido isso. E os setores inflamaram e a categoria foi e coube a direção do sindicato seguir à frente da categoria e respeitar a decisão da assembléia.

Os bancários do setor público pareciam ter constatado que o

⁶⁴ Uma vez que até R\$ 1500 seria incorporado o valor de R\$ 30, a título de aumento salarial, impactando sobremaneira nos estratos salariais mais baixos.

advento do governo Lula possibilitava incluir pautas contestatórias às greves, passado o temor da repressão e corte indiscriminado de postos de trabalho, característicos da “década neoliberal”. Pela primeira vez em anos, sentiam um momento propício para reivindicações que transbordavam a esfera dos reajustes salariais.

Num primeiro momento, os dirigentes sindicais bancários cariocas tentam efetuar demonstrações de força, com manifestações em pontos importantes do centro financeiro da cidade (Av. Rio Branco, Candelária e Cinelândia), caso dos atos públicos nos dias 17 e 22 de setembro que reuniram milhares de bancários (O BANCÁRIO, 20/09/2004; 23/09/2004). Contudo, na medida em que a greve persistia e nenhuma solução definitiva era tomada para o imbróglio, o movimento sindical bancário passava a apostar mais no diálogo e, sobretudo, na intervenção do governo federal para dar razão às suas reivindicações.

Ao observar que Lula colocava-se favoravelmente à manifestação grevista dos bancários, caracterizada pelo presidente como sendo “democrática”, o sindicato enfatizava: “Lula está conosco!” (O BANCÁRIO, 27/09/2004). Mas o apoio inicial (ainda que retórico) praticado por Lula e ministros ligados ao setor bancário não teve os efeitos práticos desejados pelos diretores sindicais bancários àquele momento, para além das declarações de solidariedade, que era o término da greve com suas reivindicações, se não atendidas integralmente, ao menos em um patamar incontestavelmente “vitorioso”.

Na avaliação de Silva (2006b, p. 269) os sindicalistas esperavam que o governo fosse capaz, ao menos, de pavimentar os canais de negociação junto à Fenaban. Mas este apoio passava a ser negado pelos membros do governo federal, como Ricardo Berzoini, que enxergavam na greve dos bancários apenas um reflexo saudável da melhora no mercado de trabalho, analisando como acertada a não intervenção estatal nas negociações entre CNB e Fenaban, por se tratar de uma relação privada entre bancos e bancários (FOLHA ONLINE, 21/09/2004). Em verdade, o governo não desejava mediar o conflito entre CNB e bancos para pôr fim à greve, mesmo com a cobrança de tal postura por membros do movimento sindical bancário.

Poderíamos inferir desse posicionamento a busca (por parte do governo Lula) pela neutralidade, contrariando o desejo das direções sindicais e da base sindical do setor público, ainda que por motivos divergentes⁶⁵. Mas na medida em que a greve prolongava-se, passava a

⁶⁵ Como visto acima, originalmente algumas direções sindicais não desejavam a greve. Por outro lado, a base sindical do setor público desejava a recuperação de parte das perdas salariais,

ser considerada potencialmente geradora de problemas ao governo, que retira o apoio aos bancários, colocando-se contrário à manutenção da greve. Deve-se observar como fator fundamental à mudança abrupta de postura por parte da cúpula governista, o diagnóstico da greve bancária como prejudicial, tanto à popularidade do governo, como às candidaturas de políticos ligados aos partidos da base governista nas eleições municipais, já que razoável contingente de eleitores (aposentados, pensionistas e beneficiários do programa Bolsa-Família, principalmente) poderiam sair prejudicados com o atraso no recebimento de seus proventos e auxílios nos bancos públicos em greve⁶⁶.

Como forma de debelar a greve nos setores onde esta era mais forte, Lula passava a utilizar o expediente da coerção psicológica junto aos funcionários de BB e CEF, ameaçando-os com diversas sanções (como o corte do ponto) caso não voltassem ao trabalho. A posição do presidente é corroborada por outros membros do governo em reunião para tratar da greve, como Gushiken, Berzoini, Bernard Appy (secretário-executivo da Fazenda), Cássio Casseb (presidente do BB) e Jorge Mattoso (presidente da CEF) (FOLHA ONLINE, 28/09/2004). Desta maneira, pela primeira vez durante uma greve de trabalhadores após a posse de Lula, verifica-se o engavetamento do discurso consensual, pacificador e de “negociação”, até então valorizado e incensado.

Em virtude da intervenção positiva de setores governistas, acalentada pelo setor bancário com o objetivo de abreviar a duração da greve, não era esperada tamanha intransigência por parte de membros eminentes do governo, liderados pelo presidente Lula. A ameaça de sanções aos bancários de BB e CEF⁶⁷ é o primeiro grande golpe na relação entre governo e a “elite sindical” bancária, que até então se considerava parte do governo Lula, imaginando merecer ao menos um tratamento condizente com esta aproximação.

Como se não bastasse, as decisões do judiciário também minavam a greve: em São Paulo, por decisão do TRT, pelo menos 60%

até mesmo se comparado aos bancos privados, mostrando-se insatisfeita com a proposta da Fenaban.

⁶⁶ Editorial do jornal “O Globo”, veiculado n’O Bancário (29/09/2004), é contundente quanto a “séria ameaça para a sociedade” da manutenção de uma greve que prejudica “a grande maioria da população, os pobres”, defendendo o corte do ponto dos funcionários grevistas.

⁶⁷ Merecendo uma crítica do sindicato carioca, contra a decisão unilateral, através de uma moção de repúdio que apontava os posicionamentos antagônicos no seio do governo Lula ao tratar da greve, principalmente a postura “vergonhosa e covarde” de Berzoini (O BANCÁRIO, 28/09/2004).

dos bancários eram obrigados a estar nos seus postos de trabalho, sob a pena do SEEB/SP pagar multa no valor de R\$ 200 mil diários (FOLHA ONLINE, 30/09/2004). Outro problema enfrentado pelos bancários dizia respeito ao “interdito proibitório”, instrumento jurídico originalmente empregado por latifundiários de modo a evitar ocupação de terras que, quando solicitado pelos bancos e aceito pelo judiciário, tinha por objetivo inviabilizar manifestações grevistas e piquetes na porta dos bancos.

O impasse era lamentado pela Executiva Nacional dos Bancários, que em nota intitulada “Bancários resistem com dignidade” acusava a “estranha e poderosa aliança” entre Fenaban e governo federal (via bancos públicos) pelo fracasso nas negociações até então (O BANCÁRIO, 07/10/2004). Paralelamente, o Comando da greve estabelece algumas frentes de atuação para voltar a negociar com Fenaban, BB e CEF. Primeiro, emite nova contraproposta, abaixo do pedido inicialmente feito (19% de reajuste salarial mais abono de R\$ 2.500). Em paralelo, solicita audiência para o dia 6 de outubro entre o então presidente da CNB, Vagner Freitas, e o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha (PT-SP) (FOLHA ONLINE, 05/10/2004). Até mesmo o Diretório Nacional do PT intervém junto ao presidente Lula de modo a que uma solução consensual fosse encontrada (FOLHA ONLINE, 07/10/2004).

Não obstante, com a reiteração da negativa (por parte dos bancos públicos) em auxiliar nas negociações, a estratégia de *lobby* feito pelas direções bancárias junto ao governo, motivado por uma suposta “participação” no governo, e que tinha dado certo em 2003, revelava-se um “tiro n’ água” para 2004. Em grande parte, pela inclusão (solicitada pela CNB) dos bancos públicos na “mesa única” da Fenaban, que passam a utilizar em benefício próprio o pedido feito, pela cúpula do movimento sindical no início da Campanha Salarial, para que ambos acatassem o mesmo acordo salarial da Fenaban, colocando-se estrategicamente contrários a qualquer tipo de acordo marginal ou reabertura de negociações enquanto a Fenaban não fizesse o mesmo. Por sua vez, a Fenaban mostrava-se inflexível em negociar com os bancários, enquanto uma proposta “razoável” não fosse apresentada pelos trabalhadores ou seus representantes (FOLHA ONLINE, 06/10/2004).

Com os bancos públicos utilizando-se da “subordinação” aos ditames da representante dos bancos na negociação de bases salariais, os bancários do setor público, mais ativos na greve, deparavam-se com um impasse insolúvel *a priori*, motivado em grande medida pela tática de

negociação que modificou o alvo de suas mobilizações. A implantação da “mesa única” condicionada ao fato da “elite sindical” enxergar no governo Lula um aliado em potencial, talvez tenha sido o principal motivador desse impasse. Sem o apoio do governo federal, a “mesa única”, longe de trazer ganhos, agora impossibilitava a negociação direta entre bancários e bancos públicos, mostrando-se suscetível às nuances, contratempos conjunturais e, principalmente aos interesses mais prementes do governo federal, deixando suas principais instituições bancárias presentes na negociação em posição confortável, o que contribuía ao enfraquecimento da mobilização dos bancários nas duas instituições estatais, principal objetivo do governo federal.

O revés pelo qual passava a greve, com o paulatino enfraquecimento da mobilização nos bancos públicos, apesar de ter ultrapassado o patamar de maior greve nacional da história do movimento sindical bancário, superando a campanha de 1946, explicitava o racha existente entre Articulação Sindical e a Oposição Sindical Bancária, principalmente na forma como a greve vinha sendo conduzida até o momento.

Para a Articulação, as dificuldades pelas quais passavam os bancários àquela altura da greve eram derivadas do posicionamento equivocado por parte da oposição, que ao insuflar a base bancária no início da greve, havia levado o conjunto do movimento sindical para um horizonte nebuloso; em contrapartida, a oposição bancária atacava a Articulação, por supostamente se mostrar “ineficaz” na condução da greve, uma vez que tinha se transformado em “correia de transmissão do governo Lula” (FOLHA ONLINE, 07/10/2004). Para além da disputa sobre a melhor diretriz a ser seguida e pela hegemonia na condução da greve, a divisão existente entre Articulação Sindical e Convergência Socialista no interior do sindicalismo bancário nacional (e carioca), oferecia mais um capítulo no fracionamento da esquerda sindical nacional, alimentado pela visão dicotômica no que diz respeito à relação entre a Articulação Sindical em relação ao governo federal, após a ascensão de Lula.

Outro foco de debate entre as frações sindicais conflitantes abordava o ajuizamento da greve via Tribunal Superior do Trabalho (TST) pela Contec, cuja representatividade era mínima no sindicalismo bancário, para finalizar as negociações junto ao BB e CEF. Passadas três semanas do início da greve, a introdução do TST nas negociações não era vista com bons olhos pela Articulação em nível nacional, no que era seguida pela parte hegemônica da direção sindical carioca, defendendo a tese de que era melhor buscar a reabertura das negociações na “mesa

única”, sem interferência jurídica. Essa negativa da interferência jurídica reafirmava a política propositiva defendida pela Articulação Sindical desde o início dos anos 1990, buscando a resolução dos conflitos dentro da estrutura capitalista “baseada na crença de que é possível reformá-lo estruturalmente e, desta forma, arrancar, através da negociação, benefícios para os trabalhadores.” (TUMOLO, 2002, p. 131-132). Como defende Assumpção:

Nós defendemos a livre negociação. É o poder de mobilização dos trabalhadores contra os patrões. É isso que nós defendemos, sem a interferência da justiça para julgar se a greve deve ser legal ou não (...). Não é nenhum juiz que vai definir o nosso destino. Quem define o destino dos trabalhadores são os próprios trabalhadores em assembléia.

No entanto, para o grupo sindical ligado à Convergência Socialista, que também compunha a diretoria do sindicato carioca até aquele momento, o dissídio via TST era visto como a melhor solução no momento. A opção pelo dissídio é interpretada por Cyro Garcia como uma reação ao “imobilismo” do governo Lula, que tentava fazer da greve dos bancários um “espelho” de como se daria (a partir de então) a relação entre governo e movimento sindical, salientando a falta de vontade, demonstrada pelo governo, em negociar:

Nós fizemos uma coisa que realmente não é a essência da nossa política, porque nós defendemos a liberdade e autonomia sindical, defendemos a livre negociação, mas fomos para o TST, pelo menos para tentar uma saída. E foi a partir do TST que nós conseguimos uma saída para aquela greve.

Contudo, é interessante verificar que, tanto Articulação Sindical quanto Convergência Socialista, cada uma à sua maneira, desacreditava (em última instância) a força da mobilização do trabalhador bancário. Enquanto a Articulação tinha firme crença em expedientes propositivos e de negociação cupulistas, a Convergência Socialista desejava utilizar-se da intervenção jurídica, através da tutela via TST, ante o impasse que a negociação não parecia capaz de romper. No limite, ambos procuravam a interferência do Estado (seja no âmbito do Executivo ou do Judiciário). Como observou Boito Jr. (1991a, p. 120), para constringer o capitalista, o sindicato necessitaria de representatividade e poder, conseguido por atrelar-se ao Estado: “é da tutela do Estado que

vem a força que falta aos trabalhadores.”

A proposta perpetrada pelo TST era de reajustes escalonados (entre 8,5% e 12,5%), de acordo com a faixa salarial, abono de R\$ 1.000 e necessidade de que os bancários compensassem os dias parados até 31 de janeiro de 2005, com o saldo remanescente sendo zerado após esta data. Porém, a proposta não agrada aos bancos, levando ao Comando Geral de Greve optar pela suspensão da greve dia 15 de outubro, 30 dias após seu início, como forma das negociações serem retomadas (FOLHA ONLINE, 14/10/2004).

No Rio, a greve é suspensa pela avaliação da diretoria sindical de que a cidade “não poderia manter sozinho a paralisação que já tinha sido suspensa em outras bases importantes, como São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre” (O BANCÁRIO, 15/10/2004). Mesmo assim, as negociações não avançam e o impasse persiste, constringendo o TST a marcar novo julgamento, dia 21 de outubro⁶⁸, limitando-se a versar sobre as cláusulas econômicas ajuizadas pela Contec e à abusividade da greve, restringindo sua eficácia apenas para BB e CEF.

O Tribunal decide repetir a proposta do dissídio anterior, no que é criticado pelo sindicato carioca, sob a alegação de que a decisão do TST apenas impunha “com exceção do abono” bases já rejeitadas pelos trabalhadores, impulsionadoras da greve de 30 dias (O BANCÁRIO, 25/10/2004). Tendo como base o dissídio do TST, Fenaban e CNB retomam as negociações, com a entidade patronal reiterando o disposto no ajuizamento. Sem perspectivas de nova elevação das bases salariais, os bancários cariocas dos setores público e privado aprovam em assembléia as bases salariais presentes no ajuizamento⁶⁹, reiteradas por Fenaban, BB e CEF⁷⁰, dia 4 de novembro (O BANCÁRIO, 08/11/2004).

Mesmo com o retorno ao trabalho, as negociações foram reabertas nos bancos públicos (a pedido da Executiva Nacional dos Bancários) para abordar as cláusulas específicas de cada banco, não contempladas pela decisão do TST. Denotando a inalterável indisposição

⁶⁸ Já previsto, quando do primeiro ajuizamento, caso uma solução não fosse encontrada entre bancos e bancários.

⁶⁹ Com a novidade de incluir uma cesta-alimentação extraordinária de R\$ 700 na proposta.

⁷⁰ Na assembléia dos funcionários da CEF que decidiu pela aprovação das propostas encaminhadas pela Fenaban, foi aprovada também uma “Moção de Repúdio”, direcionada tanto à direção do banco “pela postura ditatorial e falta de diálogo” quanto ao governo Lula, este último por abster-se de intermediar o conflito entre capital e trabalho. Segundo esta moção, a aceitação da proposta da Fenaban se deu, principalmente, “pelo completo esgotamento do diálogo e não significa concordância com a mesma” (O BANCÁRIO, 26/11/2004).

dos bancos públicos em continuar com as negociações, não ocorreram grandes modificações: a PLR não foi substancialmente melhorada⁷¹ e a cláusula concernente à reposição de 50% dos dias parados no BB e na CEF teve seu prazo alargado do dia 31 de janeiro de 2005 para 31 de maio de 2005 (O BANCÁRIO, 26/11/2004).

A greve de setembro/outubro de 2004 pode ser considerada o despertar reivindicativo das bases sindicais bancárias, notadamente no setor público. Como bem observa Antunes (2006, p. 22), esta greve rompe um grande hiato reivindicativo, quando os trabalhadores encontram-se inibidos pelo “vastíssimo processo de reestruturação dos bancos” ao longo dos anos 1990. É importante também por ser o primeiro impulso contestatório grevista de relevância após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Apesar de reconhecer a força da mobilização grevista em 2004, Vinícius de Assumpção assinala que problemas ocorreram ao longo do processo, dificultando maiores ganhos para a categoria, devido ao fato das negociações salariais terem começado “com uma mesa de negociação já falida”, com prejuízo financeiro para boa parte dos bancários. Mesmo assim, Assumpção considera que o maior valor da campanha de 2004 é o aprendizado pelo qual passou todo o sindicalismo bancário nacional, “não só pras direções, por que não somos donos da verdade. Nós também erramos (...) mas é um aprendizado pra categoria bancária também. De como a gente não deve tratar o debate da Campanha Salarial”.

Já Almir Aguiar enxerga com bons olhos o resultado geral da greve, em especial pela importante participação dos bancos públicos nas manifestações grevistas, após períodos difíceis experimentados pelo movimento sindical bancário no governo FHC:

Ela [a greve] teve, para nós, importância. Porque conseguimos depois de todo aquele período do Fernando Henrique Cardoso, de quase não avançar nas greves porque a repressão era grande (...). E quando veio o governo Lula não, a gente conseguiu dar aquele respiro e falar “não! Vamos parar!”.

Cyro Garcia salienta que, embora os resultados econômicos da greve não tenham sido dos mais satisfatórios, a mobilização grevista de

⁷¹ A PLR da Caixa foi a mesma acordada pela Fenaban: 80% do salário mais R\$ 705,00 fixo, limitado ao valor de R\$ 5.009,45. Já a do BB era o correspondente a 40% do salário-base, mais R\$ 352,50, limitado ao valor de R\$ 2.504,72.

2004 foi importante pelo fato dos bancários imputarem, segundo ele, pesada derrota política ao governo Lula. Para o sindicalista, “economicamente foi muito insuficiente o resultado, mas politicamente foi importante porque nós impedimos a derrota que o governo queria nos impor”.

Outrossim, é importante deixar claro que a greve de 2004 não é considerada pelas lideranças sindicais cariocas exatamente uma “vitória”, tanto no que diz respeito à esfera econômica, quanto à esfera política. Não há um posicionamento unificado sobre o saldo da greve. Mas parece claro que o *nível de mobilização entre os bancários do setor público em 2004, era notoriamente superior ao observado em 2003, impulsionando a greve de 30 dias, e começou a perder força no momento em que os bancos públicos recusaram-se a negociar fora da mesa da Fenaban, retirando dos bancários do setor público qualquer possibilidade de obtenção de reajustes salariais com suas próprias forças, modificando a lógica verificada no ano anterior*, no qual as bases econômicas aprovadas pelos bancos privados transformaram-se no teto de reivindicações aos bancários do setor público.

Apesar das ênfases diferenciadas nos argumentos dos sindicalistas, é inegável a importância da greve de 2004, seja como balizador da relação entre a “elite sindical” bancária e o governo Lula, seja pelas suas conseqüências no interior do movimento sindical bancário. Porém, foram muitas as desavenças geradas entre as frações do movimento sindical bancário. A separação entre bancários públicos e privados, que foi considerado pelos sindicalistas como uma dos maiores problemas do movimento sindical nos anos 1990, acaba por se elevar ainda no início do governo Lula.

2.3. Auge da polarização político-ideológica no sindicato (2005-2006)

Finda a Campanha de 2004, torna-se problemática a manutenção da Convergência Socialista na coalizão eleita para a diretoria do SEEB/RJ, em função dos problemas políticos alimentados por discordâncias políticas de cunho nacional contra a Articulação Sindical desde 2003, cujos momentos agudos foram as discussões acerca da Reforma da Previdência e a condução da greve dos bancários em 2004, conforme observado no tópico anterior.

Tais fatores culminaram no pedido de desfiliação da CUT pela Convergência e da saída de quadros petistas que, posteriormente, fundariam o P-Sol. Em última instância, a coalizão de oito anos (1997-

2004) era desfeita, tendo como motivação principal, discordâncias acerca da natureza do posicionamento propositivo e de apoio observado pela fração hegemônica no sindicato, em sua relação com o governo Lula no cenário nacional, que ressoava no plano municipal.

Inicia-se uma disputa interna pela hegemonia no interior do movimento sindical carioca, com a Articulação Sindical mantendo-se na direção sindical em conjunto com quadros do PC do B e PCB, *versus* a Oposição Sindical Bancária, formada em grande medida pelos quadros ligados à Convergência Socialista. Mesmo que influenciados pelo cenário nacional, os enfrentamentos político-sindical entre os dirigentes bancários municipais passaram a ser observados claramente pós-fracionamento da coalizão.

O primeiro ponto de enfrentamento pós-término da coalizão (cujo epílogo se deu na greve de 2004) pôde ser observado com a assembléia que deliberaria acerca da participação carioca na “mesa única” entre CNB, Fenaban e bancos públicos, com os diretores sindicais defendendo a aprovação, por parte da base sindical, da estratégia de “unidade na negociação”. Porém, a proposta é rechaçada pela base sindical carioca em assembléia, vencendo a tese da não participação na “mesa única”, defendida pela Oposição Sindical Bancária (O BANCÁRIO, 09/08/2005)⁷².

O aprofundamento da discussão contribuiu para que a minuta de reivindicações da CNB não contasse com a participação do Rio de Janeiro, devido às discussões terem extrapolado o prazo da entrega junto à Fenaban e a inclusão do sindicato carioca não ter sido aprovado pela base, em assembléia realizada no dia 9 de agosto. Decisão que não agradava a reformulada direção sindical, apontando tal decisão para a

⁷² É necessário destacar que, à época, o governo Lula passava por momentos delicados, com o surgimento das denúncias de corrupção e compras de votos de parlamentares para aprovação de projetos de interesse do governo, popularmente conhecido como “mensalão”, envolvendo inclusive ex-bancários ligados à Articulação Sindical, caso de Luís Gushiken (então chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos). A direção sindical bancária municipal clamava por punição às acusações envolvendo o governo, bem como a “volta às raízes” (O BANCÁRIO, 08/07/2005). No entanto, pareciam estar mais preocupados em saber quem eram os corruptores, enfatizando o interesse de setores “derrotados nas eleições [e] aproveitadores com interesses eleitoreiros”, que teriam se omitido quando das denúncias de corrupção no governo FHC (O BANCÁRIO, 10/06/2005), ou versando acerca da pressão que bancos e parlamentares ligados ao PSDB e PFL estariam fazendo para esvaziar a apuração das denúncias, evitando que “a crise política possa atingir a economia e resultar em mudanças nos rumos da atual política econômica, que vem garantindo lucros recordes para os bancos.” (O BANCÁRIO, 22/06/2005) O escândalo do mensalão persiste por algumas edições do jornal do sindicato até a primeira semana de julho, sem perder o teor evasivo e de proteção, principalmente, a figura do presidente Lula, ao contrário do que ocorrera durante o governo FHC.

“estratégia eleitoral” de “setores sectários” (mas que iniciaram o mandato em coalizão) em apostar “na derrota da categoria” (O BANCÁRIO, 10/08/2005).

Com este revés, a diretoria do SEEB/RJ patrocina uma campanha diária em seu jornal, no intuito de modificar o posicionamento inicialmente aprovado pela base sindical, ora apontando a artilharia para a Contec, ora apontando para setores anteriormente componentes da coalizão, caso mais importante do PSTU e da Convergência Socialista, por entender que a defesa da “unidade na negociação” era o melhor caminho a ser seguido pelos bancários cariocas. Em editorial intitulado “Sim à unidade, não à aventura”, o sindicato defende a manutenção da estratégia de negociação conjunta entre bancários públicos e privados, contrário aos “grupos aventureiros (...) varridos de praticamente todos os sindicatos de bancários do Brasil”, que queriam impedir o “sucesso” da Campanha Salarial unificada (O BANCÁRIO, 12/08/2005), recordando a greve de 2004, com o ajuizamento junto ao TST apontado como negativo pelo sindicato.

A busca pela unidade torna-se o mote de maior relevância do sindicato carioca. Nos dias 17 e 19 de agosto, respectivamente⁷³, manchetes observando que os bancários não participariam da entrega da minuta de reivindicações (realizada pelo restante dos sindicatos de bancários cutistas dia 11 de agosto) e ressaltando a importância da participação é estampado no jornal “O Bancário”. Esta campanha dá resultado, com os bancários cariocas dos bancos privados e públicos aprovando a participação na “mesa única”, em assembleias realizadas dias 23 e 25 de agosto, respectivamente. Resultado comemorado pela direção sindical remanescente como a vitória da “unidade sindical” contra o “isolamento” (O BANCÁRIO, 25/08/2005; 29/08/2005).

O episódio da escolha (por parte da base sindical bancária carioca) sobre a natureza da participação na “mesa única” tinham implicações que ultrapassavam o âmbito municipal e do sindicato. Refletia-se a política de cúpula implementada com êxito pela Articulação Sindical e o início das consequências da cisão, após vários anos de coalizão, entre os dirigentes sindicais das mais variadas matizes ideológicas, soçobrados pelas vicissitudes operadas em nível nacional no interior da CUT. A Campanha Salarial de 2005 seria, portanto, a

⁷³ “Bancários entregam minuta nacional e Rio fica de fora” (O BANCÁRIO, 17/08/2005); “A vitória da categoria depende da sua participação: Rio precisa se unir aos bancários do Brasil” (O BANCÁRIO, 19/08/2005).

primeira colocada em prática posteriormente às mutações verificadas no seio dirigente. Porém, nem de longe lembraria a comoção gerada pela greve de 2004.

O reajuste solicitado pela CNB era de 11,77%, mas a Fenaban acenava com apenas 4% de aumento mais abono de R\$ 1.000, considerado demasiado baixo pelo Comando Geral de Greve e rechaçado também pelos bancários cariocas em assembléia. Como advertência, são feitas paralisações de 24 horas, no dia 22 de setembro e de 48 horas, entre os dias 28 e 29 de setembro. Sem novidades no teor das propostas da Fenaban, os bancários decidem por iniciar a greve dia 6 de outubro atingindo, além da cidade do Rio de Janeiro, sindicatos presentes em 22 Estados, dentre os quais os mais representativos no movimento sindical, a saber, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia e Paraná.

Após nova proposta da Fenaban, os bancários do setor privado na cidade do Rio e em todo o país, aceitam encerrar a greve dia 11 de outubro, aprovando proposta da Fenaban, que incluía 6% de reajuste, abono de R\$ 1700,00 e PLR de 80% do salário mais uma parcela fixa de R\$ 800,00 (FOLHA ONLINE, 11/10/2005). A greve nos bancos públicos não é prolongada por muito tempo, com os bancários do setor aprovando integralmente a proposta da Fenaban, anteriormente aceita pelos bancários privados, em assembléia realizada dia 13 do mesmo mês (O BANCÁRIO, 14/10/2005).

De modo geral, a Campanha, apesar de morna, acaba sendo encarada pelas lideranças sindicais como positiva, pois era a terceira Campanha Salarial consecutiva no governo Lula em que os trabalhadores conquistavam aumentos salariais acima da inflação e participação nos lucros (SILVA, 2006b, p. 301). No que concerne especificamente à cidade do Rio de Janeiro, sem desconsiderar os ganhos econômicos, há de se salientar o êxito da Articulação Sindical na queda de braço política contra a Oposição Sindical Bancária, ao conseguir que a base sindical referendasse a proposta de “unidade na negociação”, o que poderia ser confirmado através das eleições sindicais, no início de 2006.

O pleito para escolha de uma nova direção sindical, a cumprir o mandato 2006-2009, seria importante para observar o real poder dos grupos sindicais ligados à situação (Articulação Sindical, Corrente Sindical Classista e PCB) e oposição (Convergência Socialista e quadros egressos do PT que terminariam por fundar o P-Sol), pois não existiam dados práticos recentes que pudessem mensurar a magnitude do poder eleitoral dos grupos em disputa.

Importante observar que, na fase final de registro das chapas que se confrontariam nas eleições sindicais, outra cisão político-sindical de cunho nacional terminaria por interferir diretamente no SEEB/RJ: em fevereiro de 2006, os sindicalistas ligados ao PCB retiram seu apoio político à CUT, por enxergarem na central o aprofundamento do caráter conciliador ao longo do governo Lula (PCB, 2006). Viria a ser o segundo esfacelamento importante da central durante o governo Lula⁷⁴, engrossando as fileiras da oposição ao sindicato dos bancários carioca. Segundo Ivan Pinheiro, a conferência de saída da CUT foi especialmente dramática para os pecebistas bancários cariocas:

Quando nós estávamos fazendo essa conferência, o registro de chapa aqui no Rio, no sindicato dos bancários, já tava faltando 4 ou 5 dias. A chapa já estava praticamente registrada. E a gente, como não tinha rompido com a CUT (...) nos estávamos participando da chapa da CUT. Aí fizemos um cavalo de pau e fomos procurar o P-Sol e o PSTU para fazer uma chapa única.

Apesar de mais este rompimento, a eleição sindical realizada entre os dias 3 e 7 de abril de 2006, da qual participaram 13.608 associados, consagrou o grupo político então hegemônico nas coalizões anteriores, a Articulação Sindical, com 9.045 votos (66,47% do total). Já a chapa de oposição (PSTU, P-Sol e PCB) obteve 4.291 votos (31,53%). Brancos e nulos somaram 272 votos (2%) (O BANCÁRIO, 11/04/2006). Esse resultado demonstrou a força eleitoral da diretoria sindical em relação aos bancários cariocas ou, pelo menos, o apoio na base junto à base sindicalizada.

Porém, os sindicalistas derrotados apontam outro fator para a vitória da Articulação Sindical nas eleições de 2006: a proeminência do setor privado entre os bancários aptos a votar. Tanto Pinheiro quanto Garcia observam que a chapa opositora, apesar de sair vitoriosa entre os bancários do setor público, não tinha condições de vencer o pleito, uma vez que o percentual de bancários deste setor era deveras minoritário no corpo da base sindical. A política de “unidade na negociação”, que

⁷⁴ Que daria origem à Intersindical, fundada em Campinas, no dia 4 de maio de 2006. Atualmente, a Intersindical está em conversações, junto a outras entidades sindicais minoritárias, para criação de uma nova central sindical. Tais conversações culminaram no Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), realizado dias 5 e 6 de junho de 2010, na cidade de Santos-SP. Apesar de não ter chegado a um consenso com a CONLUTAS, hegemônica no congresso, a idéia de fundação de uma nova central sindical persiste. Ver mais em: www.intersindical.org.br.

procurava (como visto anteriormente) unir os trabalhadores dos setores público e privado sob as diretrizes da Articulação Sindical, ao menos no Rio de Janeiro parecia não encontrar respaldo entre os bancários do setor público.

Com o êxito nas eleições sindicais e sem os sindicalistas opositores do governo Lula no corpo da direção sindical, a “nova” direção do SEEB/RJ declarava seu apoio à reeleição de Lula (ainda que de forma tímida) a partir do mês de julho, seguindo recomendação aprovada pela CUT em seu 9º Congresso, realizado na cidade de São Paulo, dos dias 6 a 9 de junho de 2006, primeiro sem a participação das diversas frações do movimento sindical que romperam nacionalmente com a central ao longo do governo Lula. Em suas diretrizes, o Congresso reitera o apoio à Lula da Silva, de modo a evitar os “retrocessos” e “tentativas de reversão, por parte da burguesia, da conquista alcançada pelos trabalhadores (as)”, com a escolha dicotômica entre a continuidade de “um projeto democrático-popular”, que significaria, na ótica da CUT, o aprofundamento e fortalecimento dos ganhos e avanços fundamentais observados ao longo do governo, entre 2003 e 2006, ou “a volta da direita”.

As críticas ao governo Lula praticamente desaparecem do noticiário veiculado pelo jornal sindical. Quando feitas, não atacam diretamente a figura pessoal do presidente, como feito em relação à Cardoso ou ao candidato apontado como o principal opositor do candidato petista em 2002 e 2006 (José Serra e Geraldo Alckmin, respectivamente). Tal qual a campanha anti-Serra feita pelo sindicato, que o culpava pelas mazelas decorrentes da epidemia de dengue no Brasil às vésperas do pleito de 2002 a campanha anti-Alckmin utilizava a possível venda da Nossa Caixa para impulsionar as críticas⁷⁵.

Mas isso não significava que o cenário seguido foi o mesmo das eleições de 2002 em todos os pontos. O período da campanha eleitoral presidencial em 2006 transcorreu, sob o ponto de vista do SEEB/RJ, num ritmo bem menos apaixonado do que se verificou em 2002. Podemos dizer, para tentar entender o motivo de tamanho marasmo em relação à eleição presidencial de 2006, por um lado, que não mais existia o elemento do ineditismo para eleger um ex-sindicalista. Por outro lado, uma vez que o escândalo do “mensalão” e as feridas sindicais internas

⁷⁵ “Geraldo Alckmin desmonta Nossa Caixa” (O BANCÁRIO, 08/02/2006); “CNB-CUT derrota Geraldo Alckmin na justiça: Juiz suspende venda de subsidiária da Nossa Caixa.” (O BANCÁRIO, 10/02/2006); “Alckmin é acusado de favorecer amigo em leilão da Nossa Caixa” (O BANCÁRIO, 20/03/2006).

da greve de 2004 ainda não estavam cicatrizadas, poderia ser uma estratégia de o sindicato retirar dos holofotes o governo Lula ante a possibilidade do retorno ao projeto que vigorou nos anos anteriores a 2003 e considerada nefasta.

Em paralelo ao período eleitoral, eram discutidas diretrizes para a Campanha Salarial de 2006. Os bancários reivindicavam 7,05% de aumento real, mais a inflação acumulada nos últimos 12 meses (segundo o INPC, 2,8%). Porém, a Fenaban sugere acordo de 2 anos sem reajuste, recuando posteriormente da proposta e sinalizando com 2% de reajuste (O BANCÁRIO, 24/08/2006). Mesmo assim, a simples possibilidade do “reajuste zero”, em conjunto com o desenvolvimento das negociações salariais, deixava claro outro efeito colateral do advento da “mesa única”: o rebaixamento salarial do conjunto de bancários. Se por um lado, a “mesa única” estabelecia um patamar de discussão unificado entre todos os trabalhadores, que se revelava num primeiro momento positivo, por outro lado, este patamar poderia verificar-se deveras diminuto.

Após votação no Comando Nacional dos Bancários, dia 19 de setembro, sobre qual rumo seguir na Campanha Salarial, a maior parte das direções sindicais bancárias decidem deflagrar paralisação de 24 horas, no dia 26 de setembro. Os grandes sindicatos (Rio, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba) corroboram a idéia do Comando em protelar a greve, para aguardar nova rodada de negociação.

Esta decisão é criticada por membros da oposição bancária, atrelando tal adiamento à eleição presidencial que se avizinhava, de modo a não prejudicar a reeleição de Lula (FOLHA ONLINE, 29/09/2006). Segundo Neves (2008, p. 441), as direções sindicais (dentre as quais, a direção do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro) capitaneadas pela nova confederação cutista, a CONTRAF⁷⁶, ao procurar rechaçar a greve por tempo indeterminado, “confundiam o apoio à campanha para o presidente Lula com a não realização de

⁷⁶ Fundada em janeiro de 2006, na cidade de Curitiba, a Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF) surge com o objetivo de representar e defender não somente os interesses dos bancários, mas também dos trabalhadores no ramo financeiro, estimados pela confederação nascente em mais de um milhão de empregados, quando da época de sua fundação. A luta é pelo enquadramento sindical dos trabalhadores em instituições financeiras e de crédito, passando a ser reconhecidos como funcionários, inclusive com participação nas convenções coletivas, então restritas aos bancários (CONTRAF, 11/06/2008). A sua representatividade foi reconhecida pela Justiça em 21 de novembro de 2007 (O BANCÁRIO, 28/11/2007). O sindicato participou do ato de registro sindical, no dia 24 de junho de 2008. Tal fato é comemorado pela direção sindical como um momento histórico, o de reconhecimento legal da confederação (O BANCÁRIO, 02/07/2008).

campanha salarial antes das eleições para a Presidência do Brasil”. Entretanto, nas assembléias que ocorreram em todo o país para definição dos rumos da greve, dia 25 de setembro, Bahia, Florianópolis, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pernambuco e Goiás decidem pela greve por tempo indeterminado, rechaçando a data estipulada pelo Comando, a saber, 5 de outubro.

A base sindical carioca também aprova greve por tempo indeterminado a partir do dia 29 de setembro, a despeito do que era defendido pela direção do SEEB/RJ, acompanhada pelos sindicatos de Brasília, Belo Horizonte e Porto Alegre (NEVES, 2008), o que contribuiu para elevar a rebelião das bases em relação à cúpula sindical, tal qual ocorrera em 2004. Dos principais sindicatos, São Paulo era o único a seguir o calendário nacional de greve, no aguardo das negociações com a Fenaban. Desta forma, apenas após o Comando rejeitar reajuste de 2%, proposto pela Fenaban, no dia 5 de outubro a paralisação tornava-se (de fato) nacional.

Novas propostas foram feitas pela Fenaban, de 2,85% e, posteriormente, 3,5% de reajuste, além de PLR de 80% sobre o salário-base, mais valor fixo de R\$ 828,00, limitando-se a R\$ 5.496,00. Esta última é aceita pelos bancários cariocas do setor privado no dia 10 de outubro. Uma atitude correta, no entender da direção sindical, dado o “contexto de mobilização desigual em todo o país” cuja greve “não apresentava o mesmo poder de mobilização que teve no Rio de Janeiro” (O BANCÁRIO, 11/10/2006).

Em paralelo à assembléia para definir o retorno ao trabalho dos bancários privados, ocorreram outras duas assembléias, referentes aos bancários do BB e CEF. Ambas aprovando a manutenção da greve por tempo indeterminado, bem como ocorrera em São Paulo e Brasília. Paradoxal e sintomaticamente, enquanto os bancários cariocas do setor público colocavam-se na vanguarda das mobilizações grevistas – a ponto de arrancar *elogios* por parte da direção sindical, em seu órgão oficial de informação – esta mesma iniciativa era observada com um viés depreciativo, caracterizada pela direção sindical como passível de ensejar um “isolamento” em relação ao restante do país.

Ao considerar correto o encerramento da greve no setor privado, mesmo quando observada a força da greve na cidade do Rio, a diretoria do SEEB/RJ, por detrás do que se poderia considerar um elogio aos grevistas, enfraquecia moralmente a mobilização grevista ainda persistente entre os trabalhadores do setor público. Um excessivo poder de mobilização por parte dos bancários públicos parecia ser observado pela direção sindical municipal como temerário, caso destoasse

completamente do contexto nacional defendido pelo Comando Nacional de Greve.

Mas a mesma proposta seria aceita pelos bancários de São Paulo, Brasília e Porto Alegre, dentre outras bases sindicais de relevância no dia seguinte, deixando os bancários cariocas do setor público sozinhos na greve por mais 2 dias, até decisão posterior pelo encerramento da greve também na cidade do Rio de Janeiro (O BANCÁRIO, 15/10/2006). Em relação à proposta aprovada pelos bancários privados, a maior diferença encontrava-se no cálculo da PLR⁷⁷. Já os dias parados poderiam ser compensados até 31 de dezembro e, após ultrapassada a data, haveria o abono automático dos dias não compensados porventura pendentes.

A estratégia de “mesa única”, no intuito de juntar as demandas básicas de bancários dos setores público e privado, já havia mostrado em 2004 suas limitações pelo viés econômico, por inviabilizar a negociação em separado de reajuste salarial entre bancários do setor público e governo federal, de modo a recuperar parte das perdas salariais observadas ao longo dos anos 1990, possibilidade enxergada por esses bancários no início do governo. Mas uma limitação que não tinha ficado tão clara em 2004 e aparecia com importância na greve de 2006, era a potencial anulação do poder de mobilização dos bancários do setor público proporcionada pelo vínculo existente entre a cúpula do movimento sindical bancário e o governo Lula.

Se em 2004, a motivação principal era o fato desta cúpula observar o governo Lula como aliado quando do início das negociações junto à Fenaban, em 2006 o mote era evitar ao máximo que diretrizes incompatíveis com as defendidas pela Articulação Sindical no seio do movimento sindical bancário trouxessem problemas à reeleição de Lula, possibilitando até mesmo defender estratégias que enfraquecessem e esvaziassem as mobilizações existentes, caso estivessem em desacordo com os interesses da cúpula sindical, revelando o caráter político da “mesa única”, enquanto instrumento eficaz para controle dos setores opositores ao governo no seio do setor bancário.

Ao apostar na negociação de cúpula como fator de fortalecimento do movimento sindical como um todo, as direções sindicais cutistas por vezes desprezaram o indício de que o crescente poder de mobilização dos bancários (principalmente os do setor público)

⁷⁷ No BB, o cálculo semestral referir-se-ia a 95% do salário, mais parcela de R\$ 412 e R\$ 1.814 representando a distribuição linear de 4% do lucro líquido, além de módulo bônus, variável pela função do bancário. Na CEF, a PLR seria de 80% do salário mais parcela de R\$ 3.167.

poderia sinalizar para necessidades que a “mesa única” não conseguia alcançar.

As seguidas mobilizações grevistas (a partir de 2003) serviram para que o funcionalismo dos bancos públicos despertassem do sono letárgico ao qual foram forçados, notadamente, pela queda vertiginosa no número de empregos e medo do desemprego generalizado nos funcionários remanescentes nos anos 1990.

Porém (e de forma paradoxal), a greve de 2006 mostrou que a crescente cupulização no interior do sindicalismo bancário havia levado a uma limitação da margem de manobra para manifestações fora do estipulado pela Articulação Sindical em nível nacional. E que os interesses da cúpula sindical poderiam não ser os mesmos da base sindical do setor público, ainda que esta estivesse mais mobilizada.

Com a reeleição de Lula e a consolidação do poder da Articulação no setor bancário (nacional e municipal), tornava-se uma incógnita se persistiria a ocorrência de disputas sindicais, como verificado entre 2003 e 2006, bem como da combatividade demonstrada pelo setor público. A solidificação de um comportamento propositivo na relação entre movimento sindical e governo federal poderia emular, em outro espaço de tempo, o ocorrido nas campanhas salariais de 2004 e 2006: a combatividade da base oriunda do setor público sendo tragada pelas instâncias de cúpula.

CAPÍTULO 3

O segundo governo Lula (2007-2009)

3.1. Introdução

No início do primeiro governo Lula, o sentimento que regia o movimento sindical (bancário) era o de esperança, pertencimento, força, busca por novos espaços e novas conquistas nas esferas institucional e corporativa. No plano do sindicalismo bancário carioca, persistia algum tipo de coesão, com os fracionamentos internos colocados em segundo plano. No entanto, passados 4 anos, pouco restava das alianças político-sindicais elaboradas para dar suporte ao governo. As lutas, muitas das vezes fratricidas, haviam posto em planos distintos diversos grupos no movimento sindical, enfraquecendo o conjunto das entidades sindicais, ainda que as entidades de cúpula (principalmente as Centrais Sindicais) desfrutassem de considerável penetração no governo⁷⁸.

Ao conjunto do movimento sindical bancário, as vicissitudes passadas entre 2003 e 2006 foram especialmente sentidas, principalmente nas disputas no interior da CUT que terminaram por criar dois grupos decididamente antagônicos (com clara hegemonia da Articulação Sindical em detrimento da Convergência Socialista, que ajudaria a criar a Conlutas). Mas, no plano da luta institucional, parecia ser necessário buscar por estratégias que propiciassem a manutenção de ganhos ou evitar que leis fossem aprovadas contra os interesses dos trabalhadores.

São várias as reivindicações que têm por objetivos (principalmente) a geração de empregos, evitar a maior precarização e a demissão indiscriminada. Nos primeiros dias de 2007, o principal tema que toma as atenções do setor sindical diz respeito à Emenda Constitucional número 3, como parte do projeto de lei que visava criar a

⁷⁸ Talvez o caso emblemático seja de Luiz Marinho, eleito presidente da Central Única dos Trabalhadores em 2003. Marinho tornou-se ministro do Trabalho e Emprego em julho de 2005, mantendo-se no cargo até março de 2007. Com a reforma ministerial efetuada por Lula no início de 2007, assumiu o Ministério da Previdência Social, de onde saiu apenas em junho de 2008, para concorrer (e vencer) a eleição para prefeito em São Bernardo do Campo.

Receita Federal do Brasil, ou “Super Receita”, de autoria do ex-senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprovada dia 14 de fevereiro de 2007. Com a “Emenda 3”, apenas a Justiça do Trabalho poderia tomar decisões sobre as relações de trabalho, impedindo os auditores fiscais de multar empresas que contratassem empregados como pessoas jurídicas. Ou seja, a decisão sairia do âmbito do executivo (através dos fiscais do trabalho) para o judiciário, que julgaria procedente ou não o vínculo empregatício. Desta forma, além da decisão tramitar com um grau de celeridade menor, a simples aprovação da Emenda possibilitaria o não pagamento de direitos como 13º salário, férias remuneradas, FGTS, vale-transporte, vale-refeição, assistência médica e aposentadoria, entre outros encargos sociais, legitimando o trabalho precarizado.

O sindicato dos bancários do Rio de Janeiro se junta aos esforços de mobilização nacional, patrocinada pela CUT em nível nacional, contrária à “Emenda 3” da Super Receita, apoiada por setores ligados à Justiça do Trabalho e auditores fiscais, paralisando as agências da Avenida Rio Branco, dia 10 de março (O BANCÁRIO, 12/03/2007), corroborada pelo presidente Lula com a assinatura de veto dia 16 de março (CONTRAF, 16/03/2007).

Com o veto presidencial, os protestos se intensificam na cidade do Rio de Janeiro, agora em prol da manutenção deste mesmo veto, com o sindicato participando de manifestações na estação ferroviária da Central do Brasil, no bairro de Bangu e na Avenida Rio Branco, principal centro financeiro da cidade, dias 25 de abril, 1º e 23 de maio, respectivamente (O BANCÁRIO, 30/04/2007; 04/05/2007; 28/05/2007), em consonância a manifestações que ocorriam em outros centros urbanos do país.

Outros temas nacionais foram tratados pelo conjunto do movimento sindical bancário, como a luta pela ratificação da Convenção 151 da OIT, referente à regulamentação da organização sindical e da greve no setor público⁷⁹ e diminuição da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários, esta última com mobilizações iniciadas em 2004, atingindo maior força no 2º governo Lula.

Porém, mesmo em se tratando de temas de inequívoca relevância ao conjunto dos trabalhadores, com efetiva participação das entidades sindicais dos mais variados graus hierárquicos e geográficos,

⁷⁹ A ratificação da Convenção 151 da OIT é enfim aprovada pelo Senado Federal dia 30 de março de 2010 e formalizada na OIT, pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, dia 16 de junho do mesmo ano (CONTRAF, 16/06/2010).

que agrupadas terminavam por se chocar até mesmo com a lógica do capital ao insuflar um “processo progressivo e permanente de construção dos direitos democráticos” (COUTINHO, 1997, p. 158), não sensibilizavam o conjunto dos trabalhadores bancários, por não atingi-los diretamente.

No geral, as demandas levantadas pelas entidades sindicais em nível nacional (e apoiadas pelos dirigentes sindicais cariocas) não ressoavam na base sindical bancária do Rio de Janeiro. A exceção era a luta pela ratificação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se tornou um dos “nortes” da atuação sindical no segundo governo Lula.

Tendo por objetivo evitar a demissão de trabalhadores mediante motivações consideradas “injustificadas” ou “improcedentes” derivadas de fatores étnicos, religiosos, raciais, entre outros, ou possibilitando resguardar o direito de participação em atividades sindicais, a Convenção 158 chegou a ser ratificada pelo governo brasileiro, através do Decreto Legislativo N^o. 68 (16 de setembro de 1992), passando a vigorar em 5 de janeiro de 1996. Mas, em 20 de dezembro do mesmo ano, o presidente Fernando Henrique Cardoso denunciou a Convenção, anulando novamente suas prerrogativas no Brasil.

A estabilidade no emprego ganhou relevância na pauta do movimento sindical a partir dos anos 1990 (RODRIGUES, 1999, p. 85), devido à elevação dos índices de desemprego, pois a própria sobrevivência financeira do sindicato encontra-se ligada às variações na quantidade de empregados em sua base de atuação sindical (CARDOSO, 2003a, p. 49-50). Mas no primeiro governo Lula, ao menos no setor bancário, tais reivindicações encontravam-se adormecidas. Talvez porque rotatividade no emprego e aumento da base sindical não se mostravam necessariamente excludentes.

Conforme é possível observar na Tabela 3, o número de trabalhadores bancários sofreu variação positiva ao longo do primeiro governo Lula, notadamente entre os anos de 2004 e 2006. Observa-se também uma espécie de “estabilização” na quantidade de bancários por agência, em contraposição ao declínio *qualitativo*, que atravessou os anos 1990 associado ao declínio *quantitativo* do número de bancários empregados. Não obstante, manteve-se firme a lógica que tem por alvo o aumento da produtividade por trabalhador, intensificação e precarização do trabalho, mesmo que em patamares quantitativos não tão vertiginosos quanto os verificados ao longo da “década neoliberal”.

Tabela 3:
Evolução no número de bancários por agência no Brasil (1986-2006)

Ano	Bancários	Agências bancárias	Bancários por agência
1986	842188	17115	49,21
1990	750744	20009	37,52
1994	643536	17400	36,98
1998	420218	16002	26,26
2002	388467	17049	22,79
2003	389074	16829	23,11
2004	382786	17260	22,18
2005	402977	17515	23,01
2006	425000	18087	23,5

1986-2006 (Variação %)	-49,44	5,68	-52,25
2002-2006 (Variação %)	9,4	6,09	3,12

Referência: dezembro.

Fontes: 1986-1998 (JUNCKES, 2004, p. 237); 2002 (FEBRABAN, 2002); 2003-2005 (FEBRABAN, 2005); 2006 (FEBRABAN, 2006).

Em paralelo ao crescimento na quantidade de trabalhadores bancários, bem como de funcionários por agência, nota-se, ao longo do governo Lula, outro fator ensejado pela rotatividade e que explica a importância da Convenção 158 a partir de 2007: a diminuição na renda média do trabalhador bancário, com a utilização do *turnover*, ou seja, a troca de funcionários antigos com salários altos por funcionários recém-admitidos com salários menores.

Pesquisa sobre o emprego bancário, elaborada em conjunto por CONTRAF e DIEESE, e divulgada em meados de 2009, ressalta que o crescimento do total de trabalhadores bancários dissimula a elevação vertiginosa das taxas de rotatividade, estimada cerca de 40% acumulado nos últimos 10 anos. Adiante, discriminado na Tabela 4, pode-se mirar que, entre os anos de 2005 e 2009, a variação salarial do total de funcionários é de queda constante, com especial aumento nos anos de

2008 e 2009. Os motivos principais devem-se à disparidade salarial entre homens e mulheres trabalhadores⁸⁰ nos bancos e os desligamentos concentrados nos escalões superiores dos bancos, com as conseqüentes admissões de novos funcionários ocorrendo com salários menores e sem alguns direitos salariais desfrutados pelos trabalhadores afastados. Em suma, pelo interesse dos bancos em cortar custos com a folha salarial, proporcionando o rebaixamento da média salarial encontrada na categoria.

Tabela 4:
Variação salarial no setor bancário (admitidos e demitidos)

Ano	2005	2006	2007	2008⁽¹⁾	2009⁽¹⁾
Variação (%)	-11,42	-11,06	-9,15	-34,34	-54,45

⁽¹⁾Janeiro-Março

Fonte: Contraf-CUT e DIEESE

Ocorre no primeiro ano do segundo governo Lula, dois eventos importantes concernentes à perspectiva demissionária, possibilitando assim impulsionar o panorama de rotatividade no setor bancário: a fusão entre os bancos Santander e ABN Real (cujas conseqüências, por hora, não seriam sentidas) e o plano de reestruturação no Banco do Brasil, divulgado em 7 de maio de 2007, que trazia em seu bojo o Plano de Adequação de Quadros (PAQ), cujo público-alvo eram trabalhadores acima de 50 anos de idade e com mais de 15 anos de contribuição com a Previ, ou seja, trabalhadores considerados onerosos pelo banco. Este plano de afastamento incentivado emulava expedientes utilizados pelo Banco em meados dos anos 1990, para diminuir o número de trabalhadores bancários⁸¹.

O BB estimava economizar, ao todo, R\$ 120 milhões em 2007 e R\$ 240 milhões em 2008, com a aposentadoria ou afastamento de aproximadamente 7 mil funcionários (cerca de 1 mil provenientes do Rio de Janeiro⁸²), contratando no lugar desses funcionários

⁸⁰ Como observado no capítulo 1. Segundo a pesquisa, as mulheres continuam entrando nas instituições financeiras com salários inferiores aos dos homens (-24,09%), mantendo esta inferioridade ao longo dos anos em que se mantém no banco: a diferença salarial média entre os bancários e bancárias desligados é de 33,77%.

⁸¹ Ver também Rodrigues (2004).

⁸² Segundo entrevista com Almir Aguiar.

trabalhadores aprovados nos últimos concursos e que aguardavam convocação.

A economia com folha salarial também se daria via redução na quantidade de gerentes de contas, escriturários e, principalmente, caixas executivos. Aos trabalhadores remanescentes era incentivada a obtenção de cursos e certificações, que passariam a ser pré-requisitos à ascensão profissional, além de auxiliar na busca de maior comprometimento do funcionário com o banco, adaptando-o à lógica de competição presente no mercado bancário.

As ações de reestruturação do banco tinham por objetivo, além da garantia de “sustentabilidade da empresa”, a elevação das taxas de lucro, aumento da produtividade por funcionário nas agências, direcionando mais o atendimento aos clientes com maior potencial de negócios, evitando os clientes com baixo potencial de negócios e os não-clientes. Mas diversos problemas são identificados pelos funcionários como causadores de intensificação do trabalho, como o fim da substituição dos comissionados, cobranças excessivas de metas feitas pelos gerentes remanescentes e o aumento do número de Assistentes de Negócios ou o “escriturário de 8 horas” (JORNAL AÇÃO, 2007)⁸³.

Manifesto crítico ao plano de reestruturação é divulgado pela CONTRAF (e apoiado pelo SEEB/RJ), que denomina o evento como retorno ao “pesadelo dos planos de demissões no Banco do Brasil”, chamando atenção para o fato de que, ao contrário dos planos de reestruturação do governo FHC, desta vez “pessoas que o movimento sindical julgava ter algum compromisso com os empregados [estavam ao] lado dos algozes de sempre”. Até mesmo a situação financeira favorável do banco, um dos mais lucrativos no SFN, era considerada para que o governo Lula não tomasse as mesmas medidas que seu antecessor em meados dos anos 1990.

Porém, a movimentação e o empenho das direções sindicais bancárias eram insuficientes para debelar a reestruturação em curso. Não apenas pela irrefreável vontade competitiva do Banco do Brasil em manter a liderança no SFN, mas também por não encontrar respaldo

⁸³ O plano de reestruturação nas agências bancárias é irradiado para outros segmentos do banco, com o encerramento das atividades em 18 das 57 Unidades Regionais de Reestruturação de Ativos (URR's) no país (CONTRAF, 18/02/2008), atingindo a cidade do Rio de Janeiro, onde o banco também divulga a redução da quantidade de trabalhadores na Gerência de Comércio Exterior (Gecex), com a eliminação de 17 cargos, considerando os trabalhadores que ocupavam tais cargos como “excedentes”, também impactados pelo PAQ. A idéia do banco era o de contratar estagiários para o lugar dos trabalhadores, que seriam realocados a outros postos (CONTRAF, 12/08/2008).

entre trabalhadores que seriam os potenciais interessados e que aderem em massa ao PAQ, fruto do ocaso nas condições de trabalho em relação aos anos anteriores, contribuindo para que milhares de funcionários desistissem do banco.

A forte adesão ao PAQ, no entender de Vinícius de Assumpção, parecia refletir a vontade dos trabalhadores bancários antigos, que buscavam encerrar seu vínculo empregatício no Banco do Brasil em condições favoráveis, sem grandes perdas salariais e de benefícios conquistados na “ativa”:

Nós não podemos ser a favor de Plano de Demissão Voluntária. Mas ao mesmo tempo, era uma abertura que aquele bancário ativo tava esperando. Era uma janela que abriu pra ele. Ele queria ir embora. Ir embora com condições que deixavam ele praticamente com o mesmo salário da ativa. E garantia a PREVI dele. Foi feito uma assembléia e a assembléia aprovou (...). Não aprovou a PDV, porque não aprovava a PDV, mas não rejeitou a proposta.

Segundo Assumpção, a forte adesão também era explicável graças às péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores no BB, em conjunto à falta de perspectivas na carreira, atingindo antigos e novos funcionários:

Hoje, o bancário novo que entra no Banco do Brasil e na Caixa Econômica, ele só tá ali de passagem, ele espera passar num outro concurso que ele possa ganhar mais. E o bancário antigo, ele tá esperando se aposentar num plano de aposentadoria voluntária para que ele possa ir embora (...). Isso não cria perspectiva de carreira de um banco público.

A rotatividade contribui ao advento do que Adalberto Cardoso (2003b, p. 228-240) denominou “insegurança socioeconômica”, cuja característica mais marcante observada é a falta de perspectivas sólidas em relação à manutenção no emprego⁸⁴. Portanto, ao definir o combate à rotatividade no emprego como parte fundamental das campanhas salariais no segundo governo Lula, os dirigentes sindicais bancários

⁸⁴Outras características importantes da “insegurança socioeconômica” são o rebaixamento salarial ou “mudança da sua natureza” o que, no setor bancário, pode ser identificado pela crescente relevância da remuneração variável (proveniente, sobretudo, da PLR e da ocupação de cargos comissionados), precarização e/ou intensificação no (e do) trabalho e das condições de trabalho, redução da mobilização dos sindicatos e da ação coletiva.

observaram, na Convenção 158, instrumento capaz de inibir este expediente lançado mão pelos bancos, além de outras formas de coerção psicológica no trabalho bancário (como o assédio moral), lutando pela sua ratificação junto ao governo federal e Congresso Nacional⁸⁵.

3.2. Campanhas salariais (2007-2008)

Na esfera eminentemente corporativa, o Comando de Greve inicia a Campanha Salarial de 2007 incluindo, dentre as principais reivindicações, reajuste salarial de 10,3%, PLR de dois salários, mais parcela fixa de R\$ 3.500. A Fenaban tinha como propostas econômicas principais o aumento salarial de 4,82% e PLR de 80% do salário, além de R\$ 878 e parcela adicional de 8% da variação do lucro entre os anos de 2006 e 2007, ficando garantidos o mínimo de R\$ 1.200 e máximo de R\$ 1.800, caso os bancos superassem os 15% de lucratividade entre um ano e outro, mais 13^a cesta-alimentação (O BANCÁRIO, 02/10/2007).

A direção do sindicato carioca defendia a paralisação da categoria bancária por 24 horas, em sintonia com o estipulado pela CONTRAF, uma vez mais, entendendo por bem a base sindical observar a necessidade de “fortalecer a unidade nacional” dos bancários. Porém, este pedido por “fortalecimento” dos esforços e entendimentos entre os sindicatos, não passava pela união no que concerne à instância deliberativa máxima com a participação da base sindical em época de campanha salarial, a saber, a votação nas assembléias.

⁸⁵No dia 14 de fevereiro de 2008, o presidente Lula apresentava ao Congresso Nacional proposta para homologação de diversas convenções da OIT, inclusive a Convenção 158. A matéria passa então à análise na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Constituição e Justiça e na Comissão Tripartite de Relações Internacionais do Ministério do Trabalho e Emprego (CONTRAF, 14/02/2008), sendo alvo de inúmeras batalhas entre os congressistas e entidades sindicais. Na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o relator da matéria, deputado Júlio Delgado (PSB-MG), apresenta parecer contrário à Convenção 158 no dia 3 de junho de 2008, por entender que a existência de leis protetoras do trabalhador na área, como aviso prévio, indenização de 40% sobre o saldo do FGTS, o próprio FGTS e o seguro-desemprego. Parecer esse aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Havia o risco da convenção 158 da OIT voltar a ser discutida apenas na próxima legislatura, voltando à estaca zero, mas a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados rejeita, em julho de 2009, o pedido de arquivamento de Delgado, transformando-o em Projeto de Decreto Legislativo da Câmara e enviado-o à Comissão de Trabalho (CONTRAF, 03/07/2009). No dia 12 de maio de 2010, a “Mensagem 59/08”, referente à ratificação da Convenção 158 da OIT, recebeu parecer favorável de Sabino Castelo Branco (PTB-AM), relator da matéria na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara Federal, e está para ser votado pelos demais membros da Comissão (CONTRAF, 21/05/2010).

Ao contrário do que poderia pressupor, a direção do SEEB/RJ lançava proposta para que a base sindical bancária (dos setores privado, BB e CEF) deliberasse acerca da deflagração de greve em assembléias separadas, a serem realizadas no dia 27 de setembro, sob a alegação de que os três grupos de trabalhadores demandavam propostas, particularidades, realidades de mobilização, com expectativas diferenciadas em relação à campanha (O BANCÁRIO, 25/09/2007). Segundo editorial exposto na mesma edição do jornal “O Bancário”, a direção do sindicato também buscava evitar que a assembléia unificada ensejasse a possibilidade de “que um setor da categoria fizesse prevalecer suas posições ou ficasse isolado em relação aos demais bancários [do restante do país]”.

A defesa da “unidade”, com assembléias em separado, teve como conseqüências práticas à indicação, pelo movimento sindical, por diferentes estratégias de paralisação: enquanto que Banco do Brasil e bancos privados resolveram parar por 24 horas (segundo o posicionamento da diretoria do sindicato⁸⁶), os bancários da CEF decidiram entrar em greve por tempo indeterminado (O BANCÁRIO, 28/09/2007). Esta divisão poderia enfraquecer as mobilizações, pois com a divisão interna das instâncias deliberativas, a própria “unidade” que a direção sindical defendia parecia não encontrar sustentação empírica.

Mas o discurso tinha razão de ser: evitar a repetição do ocorrido em 2006, com a base sindical não acompanhando a solicitação da cúpula. Como o apoio da base sindical à direção era de natureza assimétrica entre os bancários dos setores público e privado (a se levar em consideração o resultado das eleições de 2006), o receio da direção sindical era o de que os bancários do setor público, historicamente mais mobilizados e onde a direção sindical não encontrava tanto apoio quanto o verificado entre os bancários do setor privado, pudesse deflagrar a greve por tempo indeterminado para o conjunto do movimento sindical, caso estivessem em maioria numa assembléia conjunta da categoria.

Após ter sua proposta inicial rechaçada, a Fenaban faz mais duas propostas (5,2% de reajuste, com elevação também nos valores da PLR – 80% do salário + R\$ 871 + parcela adicional de R\$ 1.575 – e, posteriormente, 6% de aumento salarial) a direção sindical carioca, com

⁸⁶ “Nós, do Sindicato do Rio, em sintonia com todos os demais sindicatos do Brasil, indicamos para as assembléias de hoje (27) a aprovação de greve de 24 horas na sexta-feira, dia 28. Entendemos que esta é a única forma de consolidarmos a unidade nacional e de construirmos um movimento forte e coeso, com a participação de todos os bancários dos bancos públicos e privados de todo o país” (O BANCÁRIO, 27/09/2007).

o crivo da CONTRAF, recomenda a aprovação da proposta pelos bancários. Porém, novamente não há consenso na categoria: enquanto os bancários do setor privado aprovam proposta para encerrar a greve, CEF mantém a greve por tempo indeterminado e BB, por mínima margem de votos (301-274), decide alongar a paralisação por mais 24 horas (O BANCÁRIO, 03/10/2007).

Em vários centros financeiros importantes, como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Bahia e Florianópolis, a greve só persistia na CEF. Situação similar à verificada nos principais sindicatos fluminenses (dentre os quais, Niterói e Baixada). Baseado nesses dados e como forma de pressão pela “unidade”, àquela altura com pouca correspondência prática em relação ao esfacelado cenário municipal (em suas instâncias deliberativas), a direção sindical destacava a aprovação da proposta elaborada pela Fenaban por grande parte do Brasil. (O BANCÁRIO, 03/10/2007), tentando encerrar a greve nos bancos públicos, a despeito de fortalecida a greve no seio do funcionalismo da CEF.

Novas assembléias são convocadas para a noite do dia 3 de outubro, com os bancários do Banco do Brasil decidindo pela aprovação da proposta da Fenaban e aprovação também das pautas específicas, em especial, da PLR⁸⁷, retornando ao trabalho a partir do dia seguinte (O BANCÁRIO, 04/10/2007). No entanto, a greve na CEF prosseguia, agora sob o espectro da pressão federal, ameaçando ajuizar dissídio no TST, tal qual fizera em 2004, sob protestos do sindicato, que considerava a decisão do governo “autoritária” e um “retrocesso condenável” (O BANCÁRIO, 09/10/2007). A pressão parece dar resultado e os bancários da CEF decidem, em assembléia no dia 9, aprovar o reajuste proposto pela Fenaban, além de pautas específicas. Os dias de greve são abonados e a PLR é diferente da decidida pela Fenaban (R\$ 4.100 para empregados sem função e R\$ 4.362,84 para empregados com função).

Já na Campanha Salarial de 2008, talvez a campanha com mais demandas não econômicas no período 2003-2008, como a denúncia da falta de segurança nos bancos e no trabalho bancário (esta última como efeito colateral do advento cada vez maior dos correspondentes bancários), fim das metas abusivas, luta contra o assédio moral e por melhores condições de trabalho, saúde e igualdade de oportunidades, a

⁸⁷ Cujo cálculo complexo, compõe-se de “modulo Fenaban”, que consiste em 40% do salário mais R\$ 439,00 em cada semestre; e o “módulo BB”, incluindo parcela fixa de 4% do lucro líquido e parcela variável, vinculada ao cumprimento do Acordo de Trabalho, ou seja, metas.

defesa da Convenção 158 da OIT é reiterada com maior vigor. A luta por contratações no setor público, através de empreitada pela retomada dos empregos nos principais bancos públicos BB e CEF, intitulada “Mais empregados para a Caixa, mais Caixa para o Brasil”, pauta presente na campanha salarial em 2007, também ganha impulso para 2008 com a reestruturação observada no BB, para tentar aplacar a queda de empregos e ensejar novas contratações, inclusive com entrega à CEF de abaixo-assinado solicitando mais contratações de funcionários concursados, freando as terceirizações⁸⁸. No que diz respeito às cláusulas econômicas básicas, as principais reivindicações dos bancários eram reajuste salarial de 13,23% e PLR de 3 salários + R\$ 3.500 (esta última, sem teto).

Em editorial intitulado “Campanha Nacional dos Bancários: estamos no caminho certo” (O BANCÁRIO, 24/09/2008), a diretoria do sindicato mais uma vez defende como arma primordial para atingir os objetivos intentados pelos trabalhadores bancários a campanha unificada em nível nacional, tanto no que concerne os objetivos gerais, quando em relação às pautas específicas, para não se repetirem os erros “do passado”, “quando a categoria se dividiu, resultando num grande prejuízo para os companheiros dos bancos públicos e dos bancos privados”, emulando a atmosfera de temor caso a “mesa única” não fosse aprovada pelos trabalhadores em assembléia.

Após esgotadas as rodadas de negociações, no qual a Fenaban deixava como alternativa a proposição de 7,5% de reajuste sobre as verbas salariais, além do mesmo modelo de PLR definido no ano de 2007, o Rio de Janeiro deflagra paralisação de 24 horas para o dia 30 de setembro, que seria transformada em greve por tempo indeterminado a partir do dia 1º de outubro. A diretoria do sindicato tentou também aprovar assembléia específica dos bancários do setor privado, para “avaliar” a situação desses trabalhadores em separado, no que foi rejeitada pela base sindical (O BANCÁRIO, 1/10/2008).

No entanto, em apenas 7 sindicatos (Rio de Janeiro, Brasília, Maranhão, Rio Grande do Norte, São Leopoldo, Santa Maria e região e Bauru) prevalecia a mesma decisão. Outros sindicatos importantes, como São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, indicavam a repetição de paralisação por 24 horas (O BANCÁRIO, 02/10/2008). Talvez motivados pela baixa quantidade de sindicatos em greve por tempo indeterminado, os bancários cariocas aprovam a suspensão da greve no

⁸⁸ A campanha por mais empregos no BB e CEF tinha por objetivo atingir o total de 8 mil funcionários a serem contratados, sendo 3 mil no BB e 5 mil na CEF, segundo Almir Aguiar.

dia seguinte, para seguir o calendário do Comando Nacional de Greve, que apontava o início da greve nacional para o dia 8 de outubro.

Nos primeiros dias de greve nacional, o sindicato carioca estimava em 427 as agências fechadas na cidade (cerca de 45% do total), com destaque para o centro financeiro, onde todas as agências encontravam-se com as portas cerradas (O BANCÁRIO, 13/10/2008). Um dos pontos altos da manifestação grevista foi o protesto em frente ao Teatro Municipal, no dia 12 de outubro, local em que ocorria festa para comemorar os 200 anos do Banco do Brasil (O BANCÁRIO, 14/10/2008). Mas no quadro nacional, as negociações entre o Comando Nacional de Greve e a Fenaban não avançavam, num impasse similar ao de 2004, possibilitando a intervenção do TRT-SP, que determina a reabertura das negociações por parte da Fenaban dia 14 de outubro, com a promessa de que a categoria bancária atingida pela decisão (os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul) mantivesse o mínimo de 70% de agências em funcionamento, “sob pena de multa diária de R\$ 200 mil em caso de descumprimento” (FOLHA ONLINE, 14/10/2008).

A Fenaban acena com reabertura das negociações dia 16 de outubro, quando propõe reajuste de 9% para salários abaixo de R\$ 1500 e de 7,5% para salários acima desse valor, devidamente rejeitada pela categoria bancária em assembléia (O BANCÁRIO, 17/10/2008). Nova proposta é apresentada cinco dias depois, com reajuste salarial de 10%, aos bancários que recebem remuneração fixa até R\$ 2.500, 8,15% aos proventos acima desse valor e PLR de 90% do salário reajustado, acrescido do valor fixo de R\$ 966, limitado ao valor de R\$ 6.301. Os dias parados deveriam ser compensados até o dia 15 de dezembro, sendo anistiados ao final deste prazo⁸⁹.

Os bancários novamente são convocados para deliberar sobre a proposta, agora em assembléias separadas, tal qual ocorrera em 2007, com o indicativo do sindicato apontando para sua aceitação, dado o “risco” de uma interferência judicial nos rumos da campanha salarial. O setor privado decide (por ampla maioria) pelo encerramento da greve, no qual é acompanhado pelos bancários do BB, porém em assembléia disputada: 397 votos favoráveis à aprovação da proposta contra 337

⁸⁹ A diretoria da CEF chegou a ignorar tal decisão, descontando os salários dos dias 23 e 24 de outubro e tentando descontar do salário dos outros dias da greve porventura não compensados até o prazo estipulado pela Convenção Coletiva, decisão exposta na Circular Interna 0107/08. Posteriormente (mediante mobilizações de sindicatos por todo o país) o corte foi abortado, com a aceitação da instituição financeira em incluir as datas citadas no acordo para compensação dos dias parados. De diferente, apenas a mudança do prazo final para compensação: de 15 para 19 de dezembro (O BANCÁRIO, 17/11/2008).

votos contrários. Já na assembleia da CEF, a maioria dos bancários rejeita a proposta (O BANCÁRIO, 23/10/2008), mesmo considerando a opção da maior parte dos bancários pelo retorno ao trabalho. Porém, em associação às seguidas ameaças da diretoria do banco estatal em considerar os dias parados a partir de então como “faltas não justificadas”, motivam a aprovação da proposta pelos bancários cariocas, em assembléia realizada no dia 26 de outubro.

Além da deliberação acerca do final da greve, os funcionários cariocas da CEF aprovam também uma Resolução, cujo principal objetivo era o de fazer um balanço da greve. Apesar de considerar positivos os ganhos em relação ao estipulado inicialmente pela Fenaban, ainda que insuficientes “face às expectativas criadas”, principalmente em relação à “distribuição mais justa dos lucros da empresa, a uma relação mais democrática com os funcionários e injustiças presentes no Plano de Cargos e Salários”, os empregados da CEF demonstravam insatisfação com a condução das negociações específicas.

Neste particular, o documento explicita os mecanismos de pressão executados pelo banco contra o direito de greve, comparando-os aos piores momentos da relação entre bancários públicos e o governo FHC. Outro ponto a ser revisto, ainda continuando na resolução, diz respeito à mesa de negociação unificada, em prol de uma valorização de pontos “como o índice de reajuste e cláusulas específicas”. O valor desse documento estampado no órgão oficial do sindicato é importantíssimo, pois pela primeira vez, críticas à mesa única são expostas no jornal, mesmo que sob a rubrica “funcionários da Caixa Econômica Federal”.

Em associação com o ocorrido no período grevista de 2007, temos um retrato de como se operaram as duas campanhas salariais posteriores à reeleição de Lula: a elevação da importância das assembleias em separado, que tinha por objetivo enfraquecer a oposição às diretrizes observadas pela direção sindical bancária, especificamente nos bancos públicos. Mas a tentativa de diminuir o poder da oposição sindical acabou dividindo a categoria em duas, com as disputas acaloradas nas assembleias individuais do Banco do Brasil em 2007 e 2008 sedimentando-se enquanto demonstrações simbólicas da polarização do poder entre direção e oposição sindicais, *ao menos nas assembleias, que destoavam completamente da hegemonia eleitoral incontestada do grupo sindical ligado à Articulação Sindical.*

A crise de hegemonia nas assembleias de 2007 e 2008, que se configurava uma crise sob o ponto de vista político, pode ser entendida também como uma crise de autoridade. Segundo Gramsci (2000, p. 60),

a crise de autoridade é resultado de dois fatores: em primeiro lugar, pelo fracasso da classe dirigente “em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso” ou, em segundo lugar, porque o grupo hegemônico passou “da passividade política para uma certa atividade [apresentando] reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução”. Ou seja, a crise de autoridade passa paralelamente, ainda que não simultaneamente, pela impossibilidade do grupo hegemônico impor sua agenda a um determinado setor minoritário, setor este que passa da passividade para a ação reivindicativa, ainda que limitada. Como parece ser o caso dos bancários do setor público com o advento do governo Lula.

Apreendendo a conjuntura enfrentada pelo setor sindical bancário em nível municipal, os anos 2007 e 2008 foram propícios na criação de um distanciamento no que diz respeito às manifestações de natureza *política* entre cúpula sindical e base proveniente do setor público, especialmente dos bancários da CEF, ainda mais se verificarmos eventos que contribuíram à fragmentação das lutas nos períodos de dissídio salarial.

A (tentativa de) manutenção da influência da Articulação sobre os bancários, tinha como efeito colateral alimentar a divisão municipal entre trabalhadores dos setores público e privado, precipitando o isolamento dos bancários de BB e CEF, de modo a diminuir a influência da oposição bancária (forte nos bancos públicos) e controlar melhor a campanha salarial, evitando que manifestações mais intensas atingissem a direção sindical, as entidades de cúpula e, no limite, o governo Lula. Todavia, tal posicionamento tornava-se contraditório com a “unidade” conclamada pelas direções sindicais bancárias⁹⁰, enfraquecendo o poderio reivindicativo do movimento sindical carioca como um todo.

3.3. Crise financeira e efeitos no sindicalismo bancário carioca (2008-2009)

O retrato de recuperação no emprego bancário observado ao longo do primeiro governo Lula, como exposto no início do capítulo 3, persiste até o primeiro semestre de 2008. Porém, soava enganoso

⁹⁰ Nos termos de Almir Aguiar, ao defender a mesa unificada de negociações básica e o problema da utilização das assembleias em separado: “O que fortalece tudo isso na campanha salarial é a mesa unificada. Porque você consegue fazer uma greve muito grande. Porque se você separa as assembleias, você separa a categoria, você na verdade começa a perder força.”

quando comparado com o movimento de admissões verificados em outros grupos econômicos, uma vez que o setor bancário era apontado pelo balanço do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, como um dos setores econômicos que menos tinha gerado postos de trabalho àquele semestre: apenas 2,88% de aumento percentual (16.403 novos empregos), metade do encontrado na economia brasileira (5,4%). E esses empregos gerados eram, diga-se, muito mais fruto de uma rotatividade do emprego no setor bancário do que a contratação maciça do setor (CONTRAF, 20/08/2008).

A preocupação do setor bancário, no que concerne a rotatividade e manutenção do emprego, eleva-se com a explosão, no segundo semestre de 2008, da crise financeira em nível mundial, iniciada pela crise de liquidez do mercado imobiliário norte-americano, no segmento “subprime”, de maior risco, por envolver clientes de baixa renda com um risco maior de inadimplência, acarretando num verdadeiro efeito dominó, tanto no interesse de gestores de fundos e bancos, dada a maior lucratividade potencial, inerente ao risco, quanto na quebradeira generalizada que se instalou entre os credores destes papéis.

Apesar da crise não ter atingido, de forma tão incisiva a economia brasileira, bem como outros países considerados “emergentes” no cenário financeiro mundial (a não ser pela diminuição de oferta de crédito, do Produto Interno Bruto (PIB) e queda nas bolsas de valores) ocorre, notadamente a partir do último trimestre de 2008, um vertiginoso movimento de fusões e aquisições envolvendo alguns dos principais bancos ativos no SFN quando comparados os dois governos Lula⁹¹: além da fusão do ABN Real com o Santander, que seria precipitada com a crise financeira, e o plano de reestruturação do Banco do Brasil (ambos em 2007), a fusão de Itaú e Unibanco (em 2008) e as aquisições, pelo Banco do Brasil, da Nossa Caixa, do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), Banco do Estado do Piauí (BEP) e de parte do Banco Votorantin. As seguidas fusões e aquisições contribuem tanto à concentração bancária, a diminuição da competição no SFN e no aumento do desemprego e da rotatividade.

A fusão entre Itaú e Unibanco, anunciada em novembro de

⁹¹ Principais fusões e aquisições no primeiro governo Lula (2003-2006): Bradesco compra o Banco Zogbi (2003) e BBVA (2003); HSBC compra a filial brasileira do Lloyds TSB (dona da financeira Losango) (2003); Itaú compra a parte brasileira do BankBoston (2006); ABN Amro compra o Sudameris (2003) (FOLHA ONLINE, 03/11/2008).

2008, tinha especial impacto pelo fato de, à época do ocorrido, ambos os bancos tornarem-se juntos um gigante mundial: o maior banco, em número de ativos, no SFN (FOLHA ONLINE, 03/11/2008), contribuindo ao processo de maior concentração bancária. É o que mostra a Tabela 5, através da elevação percentual da importância dos 10 maiores bancos no total dos ativos do SFN. Em dezembro de 2002, fim do governo FHC, o percentual de ativos nas mãos dos 10 maiores bancos circundava a casa dos 64%. Já em dezembro de 2008, no auge da crise financeira e mês posterior à fusão Itaú-Unibanco, atingia patamar próximo dos 77%.

Tabela 5:
Ativos do Sistema Financeiro Nacional
entre 2002 e 2008 (em Bilhões R\$)

Bancos por ano	2002	2004	2006	2008	2002-2008 (Variação %)
10 maiores bancos	803,2	963,6	1.420,2	2.532,0	215,24
50 maiores bancos	1.027,8	1.199,4	1.699,5	2.852,9	177,57
Total SFN	1252,0	1.450,6	1.997,7	3.296,0	163,26
10 maiores bancos (%)	64,15	66,43	71,09	76,82	

Referência: dezembro. Fonte: Banco Central do Brasil

É possível verificar como se efetuou esta concentração bancária no município do Rio de Janeiro, de acordo com a distribuição das agências entre as instituições financeiras. Entre 2002 e 2009, o percentual de agências controladas pelos 5 maiores bancos presentes no município elevou-se de 57,9% para 79,5%. Em grande medida, baseados no crescimento dos bancos privados (principalmente Itaú, Bradesco e Santander) que passam a ocupar os 3 primeiros lugares no ranking de bancos em território carioca. A tendência de concentração de agências nas mãos desses três bancos sofreu um importante impulso com a incorporação do ABN Real (que detinha o 5º lugar no ranking de agências na cidade do Rio de Janeiro até 2008) pelo Santander. Com a criação da *holding* Itaú-Unibanco, o 1º lugar do banco Itaú consolida-se

por larga margem, através da incorporação dos números provenientes do Unibanco, pelo fato deste banco deter também importante posição no sistema financeiro municipal.

Tabela 6:
Ranking de bancos no município do Rio de Janeiro, por agências bancárias (2002-2009)

Nº	2002	2003	2005	2007	2009 ⁽¹⁾
1	Bradesco	Bradesco	Bradesco	Itaú	Itaú
2	Unibanco	Unibanco	Itaú	Bradesco	Bradesco
3	Brasil	Brasil	Unibanco	Brasil	Santander
4	Itaú	Itaú	Brasil	Unibanco	Brasil
5	ABN Real	ABN Real	ABN Real	ABN Real	Unibanco
6	CEF	CEF	CEF	CEF	CEF
7	BANERJ	BANERJ	BANERJ	HSBC	HSBC
8	HSBC	HSBC	HSBC	Santander	Citibank
9	Sudameris	Sudameris	Sudameris	Citibank	Safra
10	BBVA	BBVA	Santander	Safra	Banrisul

Total de agências	1008	1029	1034	1090	1113
5 maiores bancos	584	619	681	802	885
5 maiores bancos (%)	57.9	60.2	65.9	73.6	79.5

Mês base: dezembro. (1) Até outubro.

Fonte: Banco Central do Brasil.

Com relação ao emprego bancário, as principais conseqüências ensejadas pela crise financeira e concentração de ativos financeiros são verificáveis, principalmente, através do clima demissionário e instabilidade no emprego. Entre setembro e novembro de 2008, cerca de 1.000 funcionários foram demitidos apenas na região do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, representando

um aumento de 133% em relação ao mesmo período do ano de 2007 (DIAP, 04/12/2008). A trajetória de demissões persiste no 1º trimestre de 2009, a consideramos os dados divulgados em pesquisa conjunta da CONTRAF e DIEESE, mostrando o desligamento de 8.236 bancários e contratação de 6.882 funcionários, representando decréscimo de 1.364 postos de trabalho, 64% dos quais (5.278) sem justa causa, imagina-se, pela reestruturação para diminuição dos gastos com pessoal, englobando principalmente alguns dos maiores bancos privados do SFN, a saber: Santander-ABN Real, Itaú-Unibanco e HSBC.

Até por isso, as altas taxas de lucratividade do setor bancário ao longo do governo Lula, aliado ao socorro feito para evitar futuras quebras de bancos, mediante capitalização para manter a oferta de crédito em patamares que auxiliassem o consumo e os investimentos na economia⁹², eram criticados pelos sindicalistas bancários por observarem que os bancos, ao comprarem carteiras no Brasil e no exterior, mostravam-se em realidade fortalecidos e capazes de possibilitar melhores condições de trabalho, além da manutenção do emprego.

Foram várias as reuniões solicitadas tanto pela CUT (em conjunto com outras entidades ligadas a movimentos sindicais e sociais) quanto pela elite bancária com o governo, em especial junto ao presidente Lula; à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff; e ao relator da MP 443, deputado federal João Paulo Cunha (PT-SP) (O BANCÁRIO, 01/12/2008; CONTRAF, 05/12/2008; O BANCÁRIO, 08/12/2008) para exigir, sobretudo, contrapartidas sociais dos bancos, como a manutenção do emprego para os bancos beneficiados pelo auxílio do governo.

Os bancários cariocas também foram atingidos pelas demissões nas instituições financeiras. Como atitude emergencial, os diretores citadinos reuniram-se para definir algumas medidas acerca da fusão entre os bancos Itaú e Unibanco⁹³. Mas as medidas práticas mais sólidas passavam pelo acompanhamento do que a CONTRAF e o sindicato de

⁹² Graças à injeção emergencial de R\$ 363,3 bilhões até dezembro de 2008, feita pelo governo federal (DIAP, 21/12/2008), dentre os quais cerca de R\$ 160 bilhões liberados pelo governo entre outubro de 2008 e março de 2009 através de mudanças com o recolhimento do compulsório (O BANCÁRIO, 01/04/2009).

⁹³ Realização de plenária dos funcionários de ambos os bancos no sindicato; em conjunto com Contraf e CUT, exigir do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) o acompanhamento da fusão para impedir demissões e prejuízos à sociedade; a fusão deveria entrar em pauta na reunião da direção nacional da CUT, marcada para o dia 5 de novembro; audiência com ministros da área econômica e lobby junto a parlamentares em apoio aos funcionários dos dois bancos.” (O BANCÁRIO, 05/11/2008)

São Paulo e Osasco tentavam negociar junto aos grandes conglomerados público, privado nacional ou privado internacional, principalmente entre os bancos que pareciam mais problemáticos no concernente à questão do emprego: Itaú-Unibanco, Santander-Real e HSBC. O papel do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro mostrou-se cada vez mais de coadjuvante pálido, fortalecendo as instâncias de cúpula e o papel proeminente do Sindicato de São Paulo, Osasco e região, que negociava diretamente junto às instituições financeiras citadas. No máximo, um ou outro diretor sindical carioca estava presente em meio às negociações ditas “nacionais”.

Destaca-se, como primeiro grande evento organizado pela CONTRAF para debelar ou minimizar os efeitos negativos da crise financeira, o Encontro Nacional dos Dirigentes Sindicais do Itaú, Unibanco e HSBC dia 19 de novembro de 2008, tendo a participação do SEEB/RJ. Em resumo, é colocada em questão a necessidade de mesas específicas de negociações nestes bancos para discussão de diversas pautas que emergem e necessitam ser resolvidas (O BANCÁRIO, 26/11/2008).

Na *holding* Itaú-Unibanco, a luta dos bancários era pela garantia do emprego e preservação de direitos dos trabalhadores no decorrer da fusão⁹⁴. Ao longo da primeira quinzena de dezembro, os bancários cariocas dos dois bancos fazem coro às manifestações que pululam por todo o país nas principais avenidas do centro da cidade (Presidente Vargas e Rio Branco), paralisando seis agências importantes do conglomerado. Tais manifestações eram parte integrante de protestos em prol da manutenção do emprego de bancários, que ocorriam também em outros países da América do Sul, como Chile, Paraguai, Argentina e Uruguai (O BANCÁRIO, 15/12/2008). Como resultado localizado, os bancos Itaú e Unibanco propõem a criação, em São Paulo, de centros para realocação de funcionários, funcionando como alternativo às demissões (FOLHA ONLINE, 04/03/2009).

No Santander-ABN Real, a fusão (que datava de 2007) passava a ter seus efeitos maximizados com a precipitação da crise financeira. Apenas na cidade de São Paulo, foram demitidos 400 funcionários durante o mês de janeiro de 2009, apesar da elevada lucratividade do banco, atingindo o patamar de R\$ 2,8 bilhões ao final de 2008 (DIAP, 09/02/2009). Com o *slogan* “Santander: chega de demissões! Respeite o

⁹⁴ Mas não são apenas os bancários do conglomerado Itaú-Unibanco que sentem os efeitos das demissões: até o início de dezembro, cerca de 300 trabalhadores da financeira Taif foram demitidos, apenas na cidade do Rio de Janeiro (O BANCÁRIO, 10/12/2008).

Brasil e os brasileiros!”, são realizadas diversas mobilizações pelo fim das demissões no banco, dia 18 de fevereiro de 2009, do qual participa o sindicato carioca e cerca de 600 trabalhadores bancários potencialmente atingidos pelas demissões, paralisando seis unidades bancárias em meio período (quatro do ABN Real e duas do Santander) e os prédios onde estavam instaladas as diretorias dos bancos na cidade do Rio de Janeiro (O BANCÁRIO, 27/2/2009). Assim como observado no caso do Itaú-Unibanco, o banco espanhol propôs subterfúgios para evitar a demissão indiscriminada de funcionários, não com um centro de realocação, mas através do advento de um programa para incentivar a aposentadoria dos funcionários antigos, podendo atender o total de 5000 bancários (FOLHA ONLINE, 13/03/2009).

Já no HSBC, as ondas demissionárias não têm relação com qualquer fusão ou outra operação de vulto praticado pela instituição financeira. Apenas a crise financeira deixa clara a política do banco, que buscava enxugar gastos com folha salarial e aumentar a produtividade, acelerando um processo já verificado desde 2007 (CONTRAF, 01/11/2007). O Rio de Janeiro é um dos grandes afetados pelos cortes de pessoal, com 115 bancários demitidos em novembro de 2008. Todas as propostas para manutenção do emprego dos trabalhadores, feitas pelo sindicato, são solenemente rejeitadas pelos representantes do banco (O BANCÁRIO, 19/11/2008).

Em sintonia com o que ocorrera nas cidades de Curitiba e São Paulo, uma série de protestos é deflagrada pela direção do sindicato, culminando em greve de 24 horas (realizada dia 18 de novembro) envolvendo apenas trabalhadores do HSBC, atingindo a maior parte das unidades no município, em especial o prédio do Serviço Administrativo do Banco, localizado no bairro de São Cristóvão. Nova manifestação contra as demissões no banco é impulsionada pelo sindicato dia 27 de novembro, cuja atividade é nomeada “Dia Nacional de Lutas no HSBC” (O BANCÁRIO, 24/11/2008; 03/12/2008).

Ao longo do mês de dezembro, outras manifestações contrárias às demissões no HSBC, bem como contra os elevados índices de assédio moral, foram feitas pelo sindicato, notadamente nas agências do centro da cidade (O BANCÁRIO, 12/01/2009). Seguem-se outras manifestações no 1º trimestre de 2009, como o ato público no Centro Administrativo da instituição situado em Botafogo, dia 29 de janeiro (O BANCÁRIO, 04/02/2009). Mas as implicações são inócuas sob o ponto de vista da manutenção do emprego, pois no mês de março de 2009, o HSBC anuncia fechamento de 4 agências na cidade do Rio de Janeiro (Conde de Bonfim, São Clemente, Santa Cruz e Marquês de Abrantes),

parte de um projeto nacional para fechar 60 agências em todo o território nacional, com desligamento de mais 15 funcionários. Em contrapartida, o sindicato organiza protesto no dia 20 de março, com paralisações nas 4 agências atingidas pelas demissões (O BANCÁRIO, 23/3/2009; 25/03/2009).

Entre os bancos públicos, em especial no Banco do Brasil, a situação soava um pouco diferente, pelo menos no que diz respeito à manutenção do emprego nas instituições bancárias incorporadas⁹⁵. Apenas os funcionários da única agência da Nossa Caixa sediada no município eram objeto de maior atenção por parte do sindicato, uma vez que se encontravam afetados diretamente pelo conjunto de incorporações praticadas pelo BB, liberado pela Medida Provisória (MP) 443, de 22 de outubro, que facultava à BB e CEF constituírem diretamente ou por meio de subsidiárias, total ou parcialmente, bancos e instituições financeiras em dificuldades, desde que sediadas no Brasil (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2008). Através de reunião envolvendo os funcionários cariocas da Nossa Caixa na cidade e a Conselheira Representante eleita pelos funcionários em todo o país, Sônia Aoki Zaia, é divulgada a existência de acordo com o Banco do Brasil garantindo, até o momento da total incorporação da Nossa Caixa, os empregos dos funcionários (O BANCÁRIO, 02/02/2009).

Já com relação às incorporações praticadas pelos bancos públicos sob autorização do governo federal, sobretudo com a aquisição de bancos estaduais, os dirigentes sindicais cariocas salientavam que a melhor opção era optar por direcionar esforços à manutenção do *status quo* e revigorar os bancos estaduais. Mas não se colocavam exatamente de maneira crítica, entendendo talvez como um “mal menor”, principalmente pelo melhor diálogo com o governo em relação ao que os sindicatos teriam caso um banco privado fosse o comprador.

Para Assumpção,

É melhor ser incorporado por um banco público, por que a relação de trabalho é outra. Banco privado dizima. Só você perguntar aos companheiros do BANERJ (...). Eu não critico os bancos públicos irem pra lógica do mercado, disputar o mercado. Não é a lógica do mercado, é disputar o mercado (...). Porque o banco público, pra investir em políticas

⁹⁵ Uma vez que os cortes de pessoal neste banco compreenderam, em maior medida, o segundo semestre de 2007 e primeiro semestre de 2008, praticamente nenhuma mudança fora sentida pelos bancários cariocas. O que não significava ausência de temor em perder o emprego ou perda de cargos comissionados, ainda motivada pela reestruturação do banco.

públicas, tem que dar lucro! Caixa Econômica, para investir em habitação, tem que dar lucro! Agora, eu acho que esse lucro tem que ser buscado de forma diferente. Ele não pode ser buscado como o banco privado busca, massacrando seus trabalhadores, explorando seus clientes.

Almir também enxergava de forma positiva, mas com reservas, as aquisições operadas pelos bancos públicos:

Essa questão da privatização é uma coisa complicada, mas se tem que acontecer, eu prefiro que seja BB e Caixa e que tenha a garantia do emprego desses trabalhadores do que ser um Bradesco ou Itaú que vai comprar e vai demitir em massa (...). Mas deveria ter o controle social de saber o que ta acontecendo de valores e tudo para ficar bem claro.

O posicionamento dos diretores sindicais bancários cariocas, direcionados ao apoio *com reservas* das aquisições de bancos públicos postas em prática pelo Banco do Brasil, bem como a abertura para possíveis aquisições de bancos privados (caso da aquisição – por parte do BB – de 50% das ações do Banco Votorantin⁹⁶), aceitando até mesmo a participação ativa dos bancos públicos na lógica do mercado, desde que mantidos os empregos e sem ações visando uma maior intensificação do trabalho, deve ser observado pelo viés do posicionamento meramente retórico, pois entre os trabalhadores bancários cariocas no Rio de Janeiro, as conseqüências *diretas* das fusões de bancos públicos posteriormente à crise financeira, como visto acima, são mínimas.

No concernente ao quadro eleitoral municipal, o período referente ao segundo governo Lula, com elevação marcante da rotatividade no emprego bancário (público ou privado, sem distinção) e emergência da crise financeira, representou a aposta em mudanças importantes no arco de alianças e cisões inerentes ao sindicato entre os bancários defensores e adversários da plataforma cutista, que terminou por pautar as disputas internas do movimento sindical bancário carioca. Ganhava corpo a idéia de retorno à política de coalizão, tal qual

⁹⁶ O Banco do Brasil, que havia perdido o primeiro lugar no ranking de ativos dos bancos para o conglomerado Itaú-Unibanco, com as aquisições da Nossa Caixa, BESC, BEP e Banco Votorantin retomou o primeiro lugar no mês de maio de 2009, que havia sido perdido quando da fusão entre Itaú e Unibanco, em novembro de 2008, passando a “ter ativos de R\$ 633,72 bilhões, cerca de R\$ 15 bilhões acima dos R\$ 618,94 bilhões anunciados pelo Itaú Unibanco” (O BANCÁRIO, 15/05/2009).

praticada ao longo do governo FHC e durante os primeiros momentos do governo Lula.

A eleição sindical de 2009 encerrava um ciclo no movimento sindical bancário carioca – iniciado em 2003 – considerado “vitorioso” pelas diretorias sindicais, cujos pontos altos identificados referir-se-iam às 6 negociações salariais e à unificação na mobilização entre os bancários dos setores público e privado. Outros pontos identificados como positivos, desta vez no plano municipal, contemplavam as obras na estrutura física do sindicato e melhoras em sua atuação (com a utilização de uma frota nova de carros) ou as ações junto ao trabalhador bancário, principalmente na reintegração de funcionários demitidos por estarem acometidos pelas Lesões por Esforços Repetitivos (LER) (O BANCÁRIO, 27/05/2009).

Outrossim, no aspecto político, o final de um processo de cisão quase que completa entre os bancários defensores da plataforma cutista e seus opositores, que terminou por pautar as disputas entre as frações sindicais bancárias no Rio durante o período 2003-2006, em conjunto à vertiginosa rotatividade do emprego no setor bancário, atingindo níveis mais alarmantes com a eclosão da crise financeira em nível mundial propiciou, no plano municipal, o pensamento de retornar ao ponto em que o movimento sindical bancário carioca encontrava-se enclausurado no início do governo Lula, voltando a agir defensivamente.

Os diretores sindicais ligados à Articulação Sindical procuravam compor novamente a coalizão com as forças sindicais bancárias restantes, tal qual exposto nas eleições de 1997, 2000 e 2003, como forma de fortalecimento da “luta dos trabalhadores”. Esta intenção, como salientado por Almir Aguiar, a despeito dos desacordos gerados pelas cisões de cunho nacional, obteve êxito. Ainda que de forma parcial:

Esse esfacelamento, essas divisões, acho que prejudicou muito. A CUT mesmo, com a saída do pessoal do PSTU, com a formação da sua central, PC do B hoje também com a sua. A Intersindical e o PCB... Eu sei que a convivência, quando você tem uma série de grupos pensando diferente, chega um momento que é difícil, realmente. Mas acho que são coisas que a gente tem que estar lutando e colocando as nossas idéias. Essa separação acaba esfacelando a luta, porque acabam as correntes, ou as centrais, em algum momento colocando as suas diferenças de forma muito elevada, muito acintosa, e com isso passa pros trabalhadores a desunião e isso dificulta muito.

(...)

Internamente, a gente consegue fazer esse tipo de discussão e aglutinar as forças. Nós, nos últimos acordos de formação de chapas, a gente tem feito o máximo possível pra compor com todas as forças políticas, justamente pra mostrar pra base que não tem esse esfacelamento, não tem esse divisionismo. Avançamos nessa formação de chapa, trazendo a Intersindical, pessoal que faz parte da direção do sindicato. Tentamos inclusive, numa primeira conversa, com o PSTU. Eles não toparam. Há 2 mandatos atrás, eles participaram com a gente (...). Não foi boa a convivência, mas mesmo assim buscamos nessa campanha, porque a gente tem o entendimento de que quanto maior o número de pensamentos de corpo político, acho que os trabalhadores tem que ganhar.

Assumpção aponta a importância da união dos vários grupos políticos no interior do sindicato, mesmo com o dissenso na relação com a Convergência Socialista, ligada à CONLUTAS. No entanto, o ambiente democrático, segundo o sindicalista, pressupunha o respeito à hegemonia da Articulação Sindical:

“[Os] companheiros do PSTU, que criaram o Conlutas em 2004, saíram [da diretoria do sindicato]. Mas eles optaram por sair. Nós não expulsamos eles. Os companheiros da CTB saíram da CUT. Os companheiros continuam aqui na direção do sindicato e ano passado estiveram numa chapa junto com a gente. E nesse mesmo ano, os companheiros da Intersindical saíram da oposição e vieram compor chapa com a gente. E estão nessa atual direção do sindicato dos bancários. Hoje, o sindicato é filiado a CUT (...). E funciona muito bem, com debate político, respeitando a democracia, sem esmagar as minorias, mas também sabendo que as minorias tem que saber que aqui existe uma maioria... de pensamento. Mas a gente se trata com respeito.”

Imaginava-se que as divergências entre os grupos políticos potencialmente atingidos pela nova coalizão não seriam capazes de impedir uma boa convivência. A CTB, que já compunha a chapa vencedora em 2006 com a Articulação Sindical, apenas manteve seu apoio. Já no caso da intersindical, o apoio é interessante por ser inicialmente contraditório, pois seus membros aderiram à chapa de

coalizão mesmo após as críticas à falta de democracia interna e poder excessivo da Articulação Sindical na CUT, motivos que ensejaram até mesmo a desfiliação de seus quadros da central sindical.

Ivan Pinheiro, um dos principais líderes da Intersindical, nas eleições sindicais de 2009, argumenta que a idéia de voltar a fazer uma nova chapa de coalizão tinha por diretriz o entendimento de que não era o momento propício à formação de uma chapa oposicionista apoiada pelos sindicalistas do PCB, pela dificuldade atual vivida pelo movimento sindical bancário. Por entender que uma chapa oposicionista não teria como lograr êxito e que a divisão do movimento sindical bancário carioca (em mais de uma chapa) era temerária na conjuntura atual, restava aos sindicalistas ligados à Intersindical tentar conquistar um papel de relevância no interior da diretoria sindical hegemônica pela Articulação Sindical, ainda que este intuito não tenha sido atingido em sua totalidade:

Entendendo a dificuldade que é o sindicato dos bancários hoje (...) não tinha sentido fazer uma chapa de oposição apenas para marcar presença. Nós sonhamos alto, que era um sonho de a gente colocar dentro do sindicato um número mais expressivo do que acabamos colocando de gente de oposição ao governo para ter um papel mais importante lá dentro, para tentar fazer um contraponto dentro do sindicato.

Para Pinheiro, não era contraditório a Intersindical manter quadros atuantes na diretoria do SEEB/RJ e, em paralelo, ser crítico ao governo Lula ou alimentar contestações também à CUT. Em grande medida, por existirem particularidades na participação em centrais sindicais e sindicatos e pela defesa da unicidade sindical, que levaria a diferentes formas de análise e abordagem:

O que não dá para unir e participar junto é de central sindical. Porque a central sindical tem um papel político. Não tem sentido um partido que se coloca em oposição ao governo Lula, participar das eleições e querer um cargo na diretoria da CUT (...). Agora, nos sindicatos de base, a clivagem é outra. Tem que ser muito mais amplo. Tem um pluralismo grande na categoria. E nós que defendemos o sindicato único (...) sobretudo nesse momento em que, com essa correlação de forças, se sair o pluralismo sindical, quem vai criar sindicato são os patrões.

A participação nesta coalizão em processo de formulação não obteve apoio por parte dos setores ligados à Convergência Socialista. Notadamente, em virtude dos rompimentos sindicais, disputas eleitorais e, principalmente, por ter se convertido num grupo baseado quase que exclusivamente no setor público, o que propiciava embates a cada campanha salarial contra a direção do sindicato, entendendo que as estratégias defendidas pela Articulação não atendiam os anseios deste setor. Além disso, outro problema era referente à ligação das direções sindicais hegemônicas com o governo Lula, conforme podemos apreender na fala de Cyro Garcia:

A questão é o governismo deles. Não tem como. O grau de cooptação da direção do sindicato hoje é um negócio impressionante. Os caras apóiam as medidas do governo, os caras boicotam as campanhas salariais (...) os caras hoje são muito mais uma correia de transmissão do governo do que da categoria bancária.

Garcia entende que a postura do sindicato (e, no plano nacional, da CONTRAF e CUT) modificou-se da encontrada nos anos FHC e da que poderia se vislumbrar para o governo Lula. Mesmo que as diretrizes de fundo entre os grupos sindicais participantes da coalizão não encontrassem paralelo em todos os pontos, pareciam suficientes para que a coalizão criada pela oposição mútua ao governo FHC continuasse durante o governo Lula. O que acabou não ocorrendo:

A gente [Convergência Socialista e Articulação Sindical] tinha diferenças de como atingir o mesmo objetivo, mas todo mundo era oposição ao governo. Todo mundo era oposição ao Fernando Henrique Cardoso. Eles [Articulação Sindical] faziam uma oposição que nós achávamos muito conciliadora com o governo, mas eram oposição (...). Quando assume o Lula, mudou. Eles passam de malas, cuias e bagagem pro apoio ao governo. E aí se tornou impossível nossa permanência na diretoria [com essa postura de] atrelamento total. Cooptação, atrelamento. Passaram a ser correia de transmissão dos interesses do governo no seio da categoria bancária, principalmente nos bancos públicos, que é onde tem mais luta e mais mobilização.

O pleito municipal de 2009 teve a participação de duas chapas, tal qual observado em 2006: a primeira, representante da situação, com

membros da CUT, CTB e Intersindical; a segunda, representando os sindicalistas opositores à direção sindical, com membros da Conlutas.

As pautas presentes em ambas as chapas deixavam patente a dicotomia na forma de entender o papel do SEEB/RJ. Enquanto a chapa de situação clamava pela luta em prol da “unidade da categoria” que teria contribuído para aumentar o poder de negociação do sindicato, propiciando “ganhos reais para todos”, a chapa oposicionista era crítica nesse particular, argumentando que os “ganhos reais”, advindos da “unidade na negociação” e da “mesa única”, em realidade, escondiam “um passivo enorme de perdas passadas que eles [direção sindical] teimam em esquecer” (O BANCÁRIO, 18/03/2009).

De modo geral, a pauta de propostas da chapa ligada à direção sindical intentava englobar (em tese) o conjunto dos trabalhadores bancários, enquanto a oposição divulgara pauta mais atraente aos anseios dos bancários ligados ao setor público. Contudo, percebe-se que a política de “unidade”, simbolizada pela mesa de negociação unificada básica, encontrava-se no cerne da disputa eleitoral do sindicato dos bancários carioca.

O fato das “conquistas” obtidas pelo movimento sindical bancário receberem o carimbo da “unidade na negociação”, defendida pelas direções sindicais, mesmo com boa parte destas “conquistas” provenientes de negociações específicas, passando ao largo da “mesa única”, era uma forma da direção sindical imputar à chapa de oposição sua correspondente negativa, a saber, o “isolamento”. Colocar todos os “avanços” obtidos pelo movimento sindical em nível nacional era uma forma estratégica de utilização da filiação ao grupo sindical hegemônico no setor bancário nacional para que o poder local fosse mantido. Algo como enfatizar que os diretores sindicais ligados à Articulação Sindical, estivessem de fato unidos ao restante dos sindicatos bancários no país, enquanto que qualquer grupo oposicionista, mais do que enfrentar o problema de se enxergar isolado no caso lograr êxito nas eleições, seria irradiador desse isolamento.

Desta forma, não é de se estranhar que os 12.479 associados aptos a votar, dispensaram à chapa liderada pela Articulação Sindical uma vitória mais achapante que a verificada no pleito anterior, apesar do contingente de eleitores comparativamente inferior: enquanto 10.103 sindicalizados votaram na chapa 1 (equivalente a 81%), 2.174 sindicalizados optaram pela chapa 2 (cerca de 17,5%)⁹⁷

Para Cyro Garcia, o percentual diminuto alcançado pela

⁹⁷ 81 bancários sindicalizados votaram m branco e 121 bancários anularam o seu voto.

oposição originava-se da quantidade reduzida de bancários ligados ao setor público sindicalizados, onde supostamente a oposição detinha um maior contingente de simpatizantes, em comparação ao verificado entre os bancários do setor privado. Se não era o suficiente para ganhar as eleições sindicais, ao menos poderia representar maior disputa:

O percentual que nós tivemos na votação não reflete o peso político que a oposição tem na base da categoria. Por quê? Porque é a distorção. A gente dirige politicamente os bancos públicos. Mas os bancos públicos são um universo de sindicalizados bem menor.

A constatação (aparentemente óbvia) é a de que o enfraquecimento da oposição, com frações sindicais mudando de lado e cerrando fileiras junto às direções sindicais já constituídas, contribuiu para que fosse alargada a margem no sufrágio obtido entre as chapas 1 e 2, em relação ao disposto no pleito de 2006. Mas, a se verificar os pilares da pauta de campanha divulgada pela chapa de situação, a política de “unidade” também deteve importante papel ao desenrolar da campanha.

Uma vez mais, neste segundo governo Lula, as atenções se voltam para um fato: a defesa da “unidade na negociação” parecia ter servido também, no plano municipal, enquanto fator abalizador para imputar descrédito à oposição sindical. Não apenas nas eleições sindicais, mas tendo-as como “norte”. A pauta nacional parecia se encaixar como uma luva aos ditames e interesses dos grupos hegemônicos em nível municipal.

É necessário refletir de maneira mais aprofundada sobre esta junção de interesses locais e nacionais de entidades e diretores sindicais bancários. Qual a sua importância e motivações principais ao longo dos ciclos 2003-2006 e 2006-2009, ambos desenrolados no governo Lula? Para tanto, procuraremos analisar alguns elementos significativos dessa problemática, sobre os quais debruçaremos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

Notas sobre o alinhamento do sindicalismo bancário (carioca) ao governo Lula

4.1. SEEB/RJ e cúpula sindical bancária

Como observado ao longo do texto, a unificação da negociação salarial no setor bancário tornou-se, no governo Lula, um tema caríssimo aos diretores sindicais bancários nos planos local e nacional. Em ambos os casos, direta ou indiretamente vinculados à Articulação Sindical, que defendera o advento da Convenção Coletiva de Trabalho no setor bancário, utilizada entre 1992 e 2002 como balizador para negociação entre os bancários do setor privado e Fenaban numa mesa bipartite com o acréscimo, a partir do governo Lula, dos bancários ligados ao setor público.

Durante os anos 1990, a crise das entidades sindicais bancárias de base e a elevação no número de sindicatos bancários ligados à CUT, em detrimento da Contec, contribuíram ao fortalecimento das instâncias decisórias de cúpula no interior do movimento sindical bancário, hegemônicas pela Articulação Sindical, que detêm o controle sobre as negociações econômicas de vulto. No governo Lula, tais negociações ficaram a cargo do Comando Nacional dos Bancários, após deliberações iniciais nos sindicatos e em Conferências Regionais para construção de minuta de reivindicações na Conferência Nacional, a ser entregue aos banqueiros. No Comando Nacional incluem-se diversos sindicatos, filiados ou não à CUT, mas sob direção da Confederação cutista da vez (CNB até 2005; CONTRAF a partir de 2006) que ditaria a maior parte das diretrizes discutidas.

Segundo Almir Aguiar, nem tudo o que a Confederação sugere, avança. Mas é o que normalmente acontece:

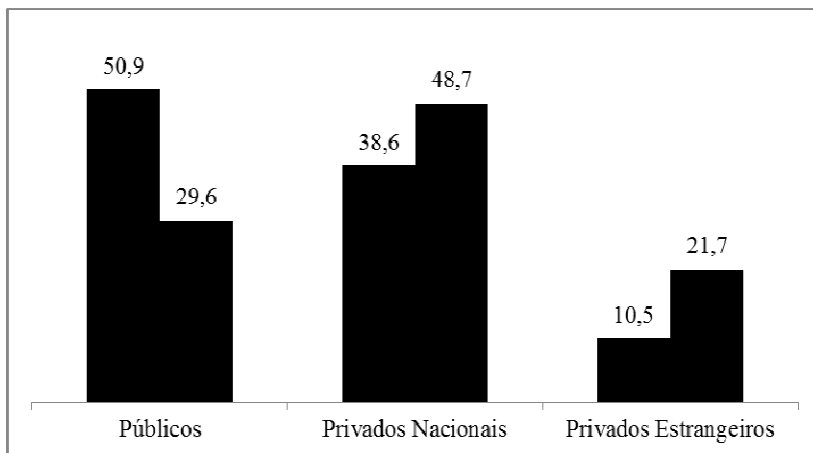
As decisões, quando *passa* (sic) pelo Comando Nacional e dali elas são aprovadas, a gente segue porque têm os seus representantes. Eu pessoalmente participo do Comando Nacional, representando o sindicato dos bancários do Rio. A gente faz uma discussão muito grande lá. Agora, quando é aprovado, a gente segue. Até por que é a nossa linha. Mas

tem discussão que a Contraf coloca pro Comando Nacional que não avança assim não. Ela tem uma discussão muito forte internamente (...). Quando a gente percebe que houve um avanço e você ali na mesa (...) e faz a discussão. Se o Comando, esses representantes entenderem que essa proposta tem avanço, não consegue passar disso e é pra fechar (...). Então sai a orientação e a gente segue (...). Mas quando segue é porque suas representações participaram da reunião e entenderam que realmente essa era a proposta de encaminhamento.

Tanto a perda de espaço das entidades de base, quanto o enfraquecimento do sindicato enquanto instituição autônoma, em se tratando das entidades sindicais de nível superior, não podem ser analisadas como uma questão exclusivamente tática, no sentido de apoio às deliberações de instancias superiores. Também mostra a crise pela qual o movimento sindical passou a enfrentar a partir da década de 1990, que no setor bancário relaciona-se às grandes ondas demissionárias entre os bancos federais e estaduais, proporcionadas pelas privatizações e planos de reestruturação.

Com o advento do Plano Real, o setor público definha em importância no conjunto do SFN. De acordo com dados explicitados no Gráfico 1, entre 1996 e 2006 sua participação, que alcançava mais da metade dos ativos financeiros, caiu para menos de 30%, perdendo espaço para os setores privado nacional e privado internacional, este último de maior crescimento na década.

Gráfico 1:
Participação das instituições bancárias
no total de ativos – 1996 e 2006 (em %)



Fonte: IPEA, 2009

Outro fruto do enfraquecimento representativo das entidades bancárias de base (caso dos sindicatos) é a relevância dos sindicalistas provenientes de São Paulo nas instâncias de cúpula, como o Comando Nacional. Se não diretamente – através do maior sindicato do país (o Sindicato dos Bancários de São Paulo e Osasco) – tal liderança é exercida de forma indireta, através da hegemonia paulista na CONTRAF, como pode ser constatado nas duas eleições para a diretoria da principal entidade representante do setor bancário, em 2006 e 2009.

Conforme a Tabela 7, tanto no I Congresso Nacional da Confederação, realizado entre os dias 25 e 26 de abril de 2006 em Nazaré Paulista (SP), quanto no II Congresso Nacional, realizado na cidade de São Paulo, dos dias 14 a 16 de abril de 2009, foram eleitos para as diretorias Geral e Executiva um total de 10 sindicalistas provenientes do Estado de São Paulo. Em termos comparativos, note-se que apenas 2 cargos na Diretoria Geral em 2006 foram ocupados por nomes advindos da cidade do Rio de Janeiro: Milton dos Santos Rezende (Banco do Brasil), como Vice-presidente e Miguel Pereira (HSBC), para a Secretaria de Finanças. Miguel Pereira fora reeleito em

2009 à Diretoria Geral em 2009, desta vez ao cargo de Secretário de Organização do Ramo Financeiro. Mais seis cargos na Diretoria Executiva foram ocupados por diretores provenientes do Estado do Rio de Janeiro, somados os anos de 2006 e 2009.

Tabela 7:
CONTRAF - Diretoria e Diretoria Executiva (por Estado)

Estado	2006	2009	Total
São Paulo	10	10	20
Rio de Janeiro	5	4	9
Outros	14	12	26
Total	29	26	55

Fonte: CONTRAF-CUT

Se tais dados denotam certa força do sindicalismo bancário carioca (e fluminense), também demonstram que esta força é incomparavelmente menor à importância do Estado de São Paulo (e seu principal sindicato, o de São Paulo, Osasco e região) com 20 sindicalistas eleitos nos Congressos de 2006 e 2009, 11 a mais do que os do Rio de Janeiro, segundo Estado com maior representatividade. Há que se notar também a presença de diretores sindicais ligados aos outros Estados da Federação nas diretorias Geral e Executiva da CONTRAF, com números sequer iguais pelo total de sindicalistas que representam o Estado de São Paulo.

A proeminência do sindicalismo bancário paulista na CONTRAF não é considerada por Aguiar um problema para o SEEB/RJ, dada a relação “amigável” entre os sindicatos do Rio de Janeiro e São Paulo, na medida em que ambos são liderados pela Articulação Sindical. Ele enxerga esta proeminência proporcionada mais por fatores logísticos, apesar de concordar que os cargos na diretoria da Confederação deveriam ser distribuídos de maneira mais equitativa entre os Estados da Federação:

Se pegar a CONTRAF, que tem vários paulistas, a gente analisa por uma série de fatores. Uma que a convivência é boa, mas na formatação da direção da CONTRAF nós temos 4 diretores do Rio de Janeiro, do sindicato do Rio, mas tem

representantes de outros sindicatos da base da federação do Rio de Janeiro (...) mas, por outro lado, até em termos de custo, você colocar muita gente de outras cidades do país pra ficar diretamente na direção... Não é um fator preponderante, mas isso onera muita coisa. Agora, politicamente, eu acho que poderia ser mais distribuído, acho que poderia sim. Acho que a participação poderia ser maior. Até por que nem todo mundo precisa ficar em São Paulo, por causa dos encaminhamentos da federação.

A hegemonia paulista, apesar de não ser encarada positivamente por Assumpção, não é vista como sinal de que o Rio de Janeiro tenha atuação política subordinada no interior da CONTRAF, ressaltando a presença de sindicalistas cariocas em postos eminentes no interior das instituições de cúpula do sindicalismo bancário, antes e durante o governo Lula, casos de Fernanda Duclos Carísio, presidente da CNB no mandato 2000-2003 e Milton Rezende, vice-presidente da Confederação nos mandatos 2003-2006 e 2006-2009. Mas mesmo quando são citadas divergências entre SEEB/RJ e as instâncias superiores de cúpula, Assumpção reafirma o discurso alinhado com o defendido pela Articulação Sindical, verificável pelo prisma do respeito à “unidade”, que não elimina a disputa pelo espaço político dentro das instâncias de cúpula, sob a liderança da CONTRAF:

Acho que o sindicato do Rio de Janeiro, que é o segundo maior sindicato dos bancários do país merecia ter uma representação maior. Mas não significa que a gente tenha perdido espaço político Talvez tenha perdido espaço de intervenção naquele momento. Mas a gente tem acesso para fazer o debate político, que é o que interessa para a gente. Não é porque não ficamos na linha de frente da CONTRAF, que nós deixamos de abrir mão da unidade nacional da categoria e acho que a CONTRAF representa essa unidade.

Assumpção observa que a direção sindical bancária carioca chegou a divergir de posicionamentos oriundos da CONTRAF⁹⁸. Mas quando comenta que “o que interessa” é “fazer o debate político” sem

⁹⁸ Um exemplo citado na entrevista é em relação à greve de 2005: “Nós já divergimos da CONTRAF? Já! Inclusive em assembléias aqui. A orientação da CONTRAF foi uma e a direção do sindicato tirou outro posicionamento. Inclusive quando eu fazia parte do Comando nacional. A greve de 2005, CONTRAF defendia fazer uma greve de 24 horas e depois uma greve por tempo indeterminado. Nós defendemos na assembléia direto por tempo indeterminado.”

abrir mão da unidade nacional da categoria representada pela CONTRAF, em última instância admite a modificação nas condições de negociação e pressão, com as demandas regionais subordinadas à “unidade” nacional, ao contrário do observado até meados dos anos 1990, quando o sindicalismo bancário carioca ainda era capaz de grandes mobilizações dentro da sua área geográfica de atuação, com a existência de importantes bancos sediados na cidade e, por conseguinte, da ampla base sindical atinente a esses bancos, casos do Boavista e do BANERJ, adquiridos por Bradesco e Itaú, respectivamente.

Note-se que a força do sindicalismo bancário paulista no conjunto do movimento sindical bancário nacional aumenta na medida em que são privatizados os bancos estatais, de onde a maior parte do movimento sindical bancário (Rio de Janeiro incluso) retirava sua força até os anos 1990. Conforme aponta Jinkings (2002, p. 347), o desmonte do sistema financeiro estatal contribui sobremaneira para fragilizar “a base fundamental de sustentação do sindicalismo bancário”, que se encontrava nesses bancos e que eram fundamentais ao conjunto do sindicalismo bancário.

Esta hegemonia das instâncias superiores de representação sindical bancária⁹⁹ experimentada por São Paulo, pode ser explicada também pelo fato dos maiores bancos privados do SFN hospedarem suas sedes nacionais no âmbito de representação do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, facilitando as negociações entre sindicalistas e direções de Recursos Humanos de cada banco, o que não ocorre na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Almir Aguiar:

O que facilita muito pra São Paulo, que já nos facilitou no passado, é a proximidade com o RH. Antes a gente discutia muito com o Boavista, que era um banco grande, porque a sede era aqui ao lado. Em São Paulo, eles tem a facilidade todos os dias de estarem no Recursos Humanos do banco. Eu já participei de algumas reuniões em Osasco com o Bradesco, com o Itaú, com o Unibanco. Quando a gente precisa fazer uma discussão com o banco aqui, o que a gente faz? A gente pega a diretoria do Bradesco, que hoje já nem tem mais praticamente, são gerentes regionais, a gente vai ao gerente regional pra fazer uma discussão regional (...). São Paulo não. Ele já vai à matriz, porque tá do lado dele.

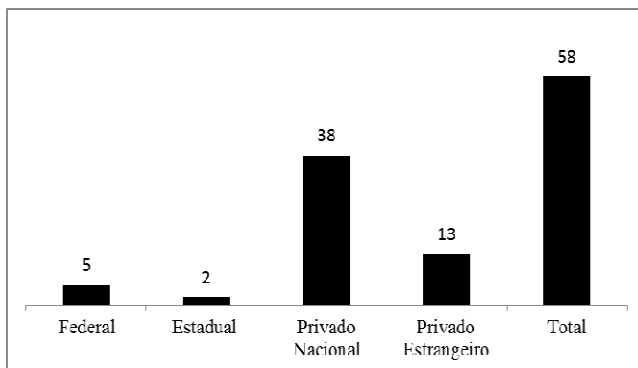
⁹⁹ Que, por conseguinte, decidem quais serão as grandes pautas reivindicativas colocadas nas negociações bipartite ou tripartite.

Sobre esse ponto, um parêntese: entre os bancos presentes com agências bancárias na cidade do Rio de Janeiro, é observada a elevadíssima participação dos bancos privados, com supremacia dos bancos privados nacionais (Gráfico 2). Esta tendência acompanha o panorama nacional, no qual se observa a grande influência dos bancos privados, tanto nacionais quanto internacionais. Em sentido oposto, apenas sete são os bancos públicos a manter agências bancárias em terras cariocas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco Regional de Brasília, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco Estadual do Rio Grande do Sul e Banco Estadual do Espírito Santo.

Outrossim, a despeito de manter-se como cidade-sede do BNDES, dados do Banco Central do Brasil assinalam que, em 2008, as entidades financeiras sediadas no Rio de Janeiro não eram das mais representativas no conjunto do Sistema Financeiro Nacional. Ocorre um esvaziamento do Rio de Janeiro em sua participação no SFN, principalmente com o crescimento da importância de São Paulo no conjunto do setor bancário nacional.

Apenas uma instituição financeira privada encontrava-se entre as 40 maiores do SFN: o banco UBS Pactual, no 14º lugar. Dados inferiores aos encontrados no final de 2002, último ano do governo FHC, quando quatro instituições financeiras privadas sediadas na capital fluminense encontravam-se no top 40 do SFN: Santander Banespa (6º), Rural (22º), Pactual (30º) e Brascan (40º).

Gráfico 2:
Quantidade de bancos, segundo a origem do capital, com agências na cidade do Rio de Janeiro (Outubro-2009)



Obs: Nossa Caixa e Votorantin já incorporados ao BB;

Unibanco não consta como incorporado ao Itaú.

Fonte: Banco Central do Brasil.

A ligação *umbilical* de ideologias entre as diretorias sindicais de Rio de Janeiro e São Paulo possibilita pensarmos que, *de modo geral*, os posicionamentos ditados pela fração paulista da Articulação Sindical, como visto, hegemônica na principal entidade sindical bancária de cúpula que, por sua vez, determinaria a maior parte das diretrizes seguidas pelo conjunto das entidades sindicais bancárias de base cutistas, sejam *potencialmente* passíveis de reafirmação pela diretoria sindical bancária carioca. Ou seja, o Rio replicaria o posicionamento de São Paulo por ambos serem da Articulação Sindical, que também domina as esferas de cúpula bancária.

4.2. SEEB/RJ e Governo Lula

Tal afirmação, quando repassada à esfera política, torna-se importante para tentarmos entender a natureza do posicionamento dos diretores sindicais bancários cariocas em relação ao governo Lula e suas implicações no âmbito municipal, junto às bases sindicais. Mas devemos levar em conta, inicialmente, os reflexos considerados positivos da eleição de Lula na relação entre movimento sindical e governo federal,

identificados pelos dirigentes sindicais, quando comparado ao período anterior, especialmente em se tratando dos governos Collor e FHC, como observa o ex-presidente do SEEB/RJ, Vinícius de Assumpção:

Eu não tenho a menor dúvida que a relação mudou. Ela mudou e, pra mim, ela mudou pra melhor (...) [o período do governo Lula] foi um período de que a gente avançou. Recuperou uma série de direitos perdidos no governo passado. Porque se você for fazer uma comparação com o governo Fernando Henrique Cardoso (e o governo Collor), nos últimos 3 governos, foram governos que atacaram todos os nossos direitos. A categoria tinha em torno de 800 mil postos de serviço, foi reduzida para 400 mil. Dentro dos bancos públicos foi um massacre, inclusive com demissão de concursados e perda de direitos conquistados. Uma série de direitos que a política colocada naqueles governos era uma política de privilegiar a remuneração variável e achatando a remuneração fixa do trabalhador bancário com demissões. Na Caixa Econômica, por exemplo, tivemos demissões de concursados, através da RH 008. E isso tirou um pouco do poder de mobilização da categoria. A categoria não conseguiu dar resposta aos ataques que foram duríssimos. Perdemos delegados sindicais, que era uma conquista nossa que estava na Convenção. Os bancos públicos, como eles não estavam dentro da Convenção Coletiva Nacional, ficaram fragilizados nessa disputa. E com a eleição do governo Lula, em 2003 (...). Nós recuperamos direitos como o delegado sindical, inclusive conseguimos incluir o Banco do Brasil e a Caixa Econômica dentro da Convenção Coletiva Nacional.

Não obstante os avanços ao conjunto do movimento sindical bancário identificados por Assumpção, como o crescimento no número total de trabalhadores¹⁰⁰ e aumentos em benefícios indiretos¹⁰¹, bem como pautas específicas concernentes ao setor público admitidas pelo governo Lula¹⁰², pautas referentes à valorização dos bancários no setor público não foram devidamente atingidas. Em parte, pelo fato do governo constituído a partir de 2003 ser encarado como um governo “de composição”, o que deveria ter “obrigado” o movimento sindical

¹⁰⁰ O que não significaria algo positivo, conforme identificamos no capítulo anterior.

¹⁰¹ Como no caso do vale-alimentação na CEF igualado ao da categoria e advento da 13ª cesta, esta última em 2006.

¹⁰² E quanto a isso, todos os entrevistados, ligados ou não à Articulação Sindical, são unânimes em afirmar os avanços nas pautas *específicas* dos bancos públicos durante o governo Lula

bancário a pressionar mais o Executivo, para fazer valer os seus interesses:

Eu acho que o governo poderia ter avançado [na valorização do bancário]. Apesar de que (...) nós tínhamos que estar pressionando cada vez mais o governo pra fazer isso. Simplesmente achar que o governo Lula, [que] o Lula vai chegar lá e vai dar uma canetada, a gente sabe que ele não vai fazer isso. O governo dele é um governo de composição e lá têm outros interesses.

Tanto Aguiar quanto Assumpção observam que as críticas dos dirigentes sindicais bancários ao governo Lula não foram tão pesadas, quando comparadas ao verificado no governo Fernando Henrique Cardoso, enfatizando a modificação no relacionamento entre sindicato e Estado, notadamente com a reabertura do canal de negociações, como fator determinante para tal abrandamento. Conforme assoalha Aguiar:

A gente foi mais crítico do governo Fernando Henrique Cardoso, até em função da conjuntura e do processo que os trabalhadores passavam, nessa questão das demissões, a relação de trabalho era totalmente outra (...). No governo Lula eu posso dizer que os sindicatos não bateram tanto, mas não bateram tanto porque a relação foi diferente (...). O governo que atendeu os trabalhadores no sentido de negociar. O outro governo não negociava.

Seguindo esse argumento salientado pelos diretores sindicais, o apoio institucional ao governo Lula também teria um caráter pragmático e defensivo: significaria diminuir as possibilidades de que os canais de negociação entre sindicato e Estado voltassem a ser rompidos, caracterizando-se em verdadeiro “retrocesso” nas relações entre movimento sindical e Estado.

Desta forma, as críticas não poderiam ser incisivas a ponto de fragilizar decisivamente o governo, sob o risco de possibilitar a ascensão de forças opositoras. Apoiar o governo Lula também significaria propiciar a construção de um alinhamento (ainda que pragmático) ao projeto político que se colocaria como o mais viável eleitoralmente e atraente ao movimento sindical, conforme relatado por Assumpção:

O sindicato dos trabalhadores tem que ter lado, não tem jeito (...) no processo eleitoral, tem que apoiar um projeto (...)

viável, eleitoralmente viável naquele momento. Aí tem que ser pragmático. Em alguns momentos da vida tem que ser pragmático. Nesse momento eleitoral pode fazer o debate, mas tem que ser pragmático. E acho que a gente não pode correr o risco de retrocesso. E acho que o processo que vai vir pela frente agora vai pra esse debate. O debate do 'ou vamos continuar avançando ou vamos continuar retrocedendo'. Com o governo Lula nós avançamos. Nós, trabalhadores bancários avançamos.

A legalização das centrais sindicais é vista por Assumpção como um dos pontos louváveis e dignos de nota, a propósito do avanço na relação entre movimento sindical e governo federal a partir do governo Lula, em comparação ao governo FHC¹⁰³. Porém, incutida nesta idéia de maior fortalecimento na relação sindicato-Estado a partir de 2003, verifica-se o apoio implícito não à extinção das amarras jurídicas entre entidades de representação dos trabalhadores e Estado, mas sim ao seu aprofundamento, observada também na defesa da contribuição sindical compulsória.

Assumpção defendia também a extinção do imposto mediante “período de transição e um prazo de adaptação” (O Bancário, 26/11/2007). Segundo ele, a retirada do imposto sindical de forma repentina implicaria também em quebraadeira generalizada dos sindicatos, atingindo inclusive o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro:

Eu sou contra [o imposto]. O trabalhador tem que contribuir para a sua entidade de classe de forma espontânea. A gente iria acabar com boa parte dos 17 mil sindicatos cartoriais que tem nesse país. A grande maioria é cartorial. Só que se o sindicato abrir mão do imposto sindical agora e devolver o imposto sindical para a categoria, esse sindicato quebra. Ele ainda depende do imposto sindical, para poder cobrir esse buraco financeiro até o dia de hoje. Ele não é auto-suficiente com a mensalidade. (...) Trabalha com déficit? Trabalha. Como é que cobre o déficit? Com o imposto sindical.

Aguiar acompanha o posicionamento de Assumpção, defendendo a abolição da contribuição sindical compulsória por manter

¹⁰³ “O governo Lula ta fazendo a legalização das centrais sindicais. Isso seria feito no governo Fernando Henrique Cardoso? Isso é importante pro trabalhador brasileiro, ter as suas centrais sindicais legalizadas”.

inúmeros sindicatos pouco representativos, mesmo recordando a importância de tais recursos à manutenção do SEEB/RJ. Contudo, o sindicalista põe em questão a criação de um meio-termo entre a abolição do imposto e a manutenção tal qual atualmente, com a diminuição do valor compulsório retirado dos salários, desde que não sejam mais repassados aos sindicatos patronais parte da contribuição:

Se eu falar como sindicato dos bancários, eu vou dizer que ele [o imposto sindical] é muito importante para nós. Porque nós temos uma estrutura grande. Temos um número de bancários sindicalizados, mas nós temos um déficit mensal também que é grande e esse dinheiro é um dinheiro que quando entra ele ajuda a pagar uma porção de coisas. A gente consegue botar nossas contas praticamente em dia. Então, isso ocorre com o sindicato dos bancários, mas eu sei que ajuda uma série de bancários. Por outro lado (...) acho que é um problema porque, por exemplo, o “etcetera” é um sindicato que só recebe o imposto sindical, não tem bancário sindicalizado, ele só vive disso. Então, se você pegar, são muitos trabalhadores que são ligados a esse “etcetera”, porque eles são de vários segmentos. Então é muito dinheiro que entra e o que eles fazem com esse dinheiro? Então o imposto sindical tem pra entidades sérias, como o sindicato dos bancários, que necessita desses recursos, que vai utilizar corretamente e tem esses sindicatos aí que a gente sabe que tem... cartoriais. Só pra arrecadar (...). Agora, eu acho que ele tinha que ser menor, sendo que para os trabalhadores. Não como é hoje, que vai 60% para os sindicatos, mais também o sindicato patronal recebe, vai pro Ministério do Trabalho.

Tanto o atual quanto o ex-presidente do SEEB/RJ defendem que os serviços assistenciais inexistiriam (ou teriam que sofrer inúmeras restrições) com o fim do imposto sindical, associando esse fator com a lembrança de que o sindicato carioca tem propiciado melhorias aos sindicalizados, mesmo ressaltando que a entidade sindical não se encontra ainda em posicionamento privilegiado para dispensar o imposto. Como observa Vinícius de Assumpção:

Hoje, o sindicato ainda não ta salvo financeiramente. Mas o sindicato hoje construiu uma nova sede, inaugurada em 2004. O sindicato tem uma sede campestre hoje bonita, uma das melhores do país. O sindicato hoje tem frota de carros para servir a categoria, tem um jornal bancário. Ainda falta? Falta.

Trabalha com déficit? Trabalha. Como é que cobre o déficit?
Com o imposto sindical.

O discurso de Almir Aguiar segue o mesmo caminho apontado por Assumpção, citando também os serviços assistenciais ligados à saúde do trabalhador como diretamente impulsionados pela existência do imposto sindical. No entender de Aguiar, se o imposto sindical fosse abolido de uma hora para outra, no que concerne ao aspecto assistencial,

Nós teríamos uma dificuldade grande. Até porque ele acaba retornando para o trabalhador, que a gente vem investindo bastante em estrutura pra melhorar as condições do bancário que vão lá na sede campestre (...) a gente trabalha com material informativo de prevenção ao HIV, questão da LER/DORT, do assédio moral, tudo isso a gente depende de recursos.

O surgimento da CONTRAF enseja outra demonstração de apoio à manutenção do imposto sindical, por parte dos sindicalistas cutistas cariocas, ao vislumbrar o enquadramento sindical de trabalhadores não bancários ligados ao sistema financeiro como “financiários”. Aguiar entende que a relação com os financiários deve ser construída de modo a trazê-los ao sindicato, o que seria benéfico sob o ponto de vista das manifestações deste grupo não atingido pela convenção coletiva dos bancários, mas também ajudaria com a elevação do montante direcionado à sustentação financeira do sindicato:

Primeiro que melhora as condições de negociação salarial uma série de coisas pra eles. E para os sindicatos também tem a sua importância porque você pode trabalhar mais a sindicalização. Você tem conquistas, você consegue avançar para esse segmento, você consegue sindicalizar. E hoje os sindicatos passam por crises financeiras e há dificuldade. Você trabalha com associados. Então entra o dinheiro do imposto sindical? Ele ajuda, mas ele acaba.

Os argumentos apresentados pelos diretores sindicais cutistas para a manutenção da contribuição sindical compulsória, bem como críticas a outros pontos da legislação (e suas nuances) não são novidade para a literatura que trata do tema. Analisando o perfil do dirigente cutista nos anos 1990, Rodrigues (1997, p. 129-130) observa que o discurso é uníssono contra a contribuição sindical. Contudo, numa

análise objetiva, são vários os argumentos para defesa, na prática, da sua manutenção. Argumentos que, quando comparados aos citados alguns parágrafos acima, parecem bem familiares:

A direção cutista é *contra* o imposto sindical (...) no entanto, quando se discute mais detidamente a questão, há setores que defendem o fim do imposto sindical em longo prazo (nos próximos cinco anos, por exemplo), pois, caso contrário, isso poderia levar ao fim de muitos sindicatos. Outros são enfáticos na extinção dessa taxa compulsória e há, ainda, aqueles que crêem que os sindicatos devem fazer um bom aproveitamento desse dinheiro que vem do desconto de um dia de trabalho de todos os assalariados – sejam ou não sócios dos seus respectivos sindicatos -, em contraposição ao mau aproveitamento desses recursos que seria feito pelos sindicalistas considerados “pelegos” ou “atrasados”.

Boito Jr. (1991b, p. 81-82) observa que esta censura proveniente dos dirigentes sindicais cutistas, é dissipada na medida em que passam a ocupar as direções sindicais e a conviver com problemas inerentes ao posto. A defesa teórica da liberdade sindical e oposição a esta mesma estrutura, tal como se apresenta, é encoberta por uma camada ideológica prática que “nega e contradiz o que as declarações genéricas afirmam”. É o que parece ocorrer entre os sindicalistas cariocas: apesar de criticarem a forma como determinados sindicatos se utilizam da contribuição sindical compulsória (o sindicato “cartorial” ou “etcetera”), sua abolição não é cogitada, ao menos no curto prazo, uma vez que se deparam ante um problema urgente, que é a impossibilidade de se sustentar sem a utilização desta contribuição. O que não difere muito dos anseios presentes no conjunto do movimento sindical, ainda que não sejam impulsionados pelos mesmos motivos.

Como é possível verificar na Tabela 8, as receitas provenientes da contribuição sindical compulsória são importantes ao funcionamento do SEEB/RJ. Não fosse por ele e o sindicato, que no último ano do governo FHC encontrava-se deficitário em quase 2 milhões de Reais, repetiria a mesma trajetória de déficit ao longo do governo Lula.

Olhando unicamente sobre a perspectiva de variações percentuais, a elevação das receitas com mensalidades foi eclipsada pelo aumento de outros tipos de receitas e, entre as despesas do sindicato, destacam-se a elevação de gastos com assuntos jurídicos, cultura, esporte e lazer. Mesmo assim, o percentual da contribuição sindical em relação ao total das receitas do SEEB/RJ cresceu de 13,4% para 15,2%,

denotando o crescimento relativo e não apenas absoluto desse tipo de receita.

Tabela 8:
Receitas e despesas sindicais (2002-2008)

Receitas (Milhares R\$)	dez/02	dez/08	Variação (%)
Contribuição Sindical	1.314,5	2.123,5	61,54
Mensalidades	6.607,4	8.563,7	29,61
Contribuição Assistencial	593,1	963,3	62,42
Outros	1.262,8	2.279,8	80,54
Total	9.777,8	13.930,3	42,47

Despesas (Milhares R\$)	dez/02	dez/08	Variação (%)
Pessoal	6.166,0	7.072,2	14,70
Judiciais	825,1	1.666,6	101,99
Administrativas	1.282,5	1.388,5	8,27
Sindicais	839,6	1.250,1	48,89
Cultura, esporte e lazer	154,5	577,7	273,92
Imprensa	425	491,1	15,55
Entidades	682,5	376,7	-44,81
Financeiras	979,9	284,9	-70,93
Outras	300,3	468,6	56,04
Total	11.655,4	13.576,4	16,48

Saldo no Ano	-1.877,6	353,9
---------------------	----------	-------

Fonte: SEEB/RJ

A defesa da estrutura sindical corporativa via legalização das centrais sindicais, reafirmada pela defesa *na prática* da contribuição sindical compulsória e pela sindicalização de financiários, denota o apoio dos diretores sindicais cariocas à inclusão do movimento sindical na estrutura sindical corporativa. Também denotaria o entendimento desta situação como um suposto reflexo do fortalecimento do

movimento sindical como um todo ao longo do governo Lula.

Mas, ao contrário do que se poderia vislumbrar, tal movimentação não implicou necessariamente em fortalecimento do movimento sindical enquanto instituição combativa. Apenas em sua estrutura burocrática, uma vez que a construção de representatividade legitimada pelo Estado, ainda mais quando verificada a ligação histórica entre os bancários e o governo Lula, poderia não dar a autonomia suficiente para que as reivindicações (corporativas ou não) fossem colocadas em prática¹⁰⁴.

4.2.1. Greves e a estratégia de “unidade”

Os vários motivos abordados pelos dirigentes sindicais para apoiar o governo Lula, bem como suas implicações, de forma alguma são entendidos pelos mesmos como fatores para diminuição das mobilizações sindicais. No entender de Aguiar, as greves efetuadas todos os anos, principalmente no BB e na CEF, mostravam-se como das mais enérgicas demonstrações de que as mobilizações bancárias no governo Lula elevaram-se quantitativamente:

Nós fizemos as maiores greves no Banco do Brasil e na Caixa no setor bancário. Principalmente no Rio de Janeiro. Fechava o acordo coletivo e a gente ficava mais 15 dias, 1 semana, continuando com a paralisação, por questões locais. Então tivemos avanço. No governo Fernando Henrique a gente não via quase greve. Independente dos avanços ou não, não tinha quase greve. A categoria nos bancos públicos, principalmente, tinha até um receio de avançar nesse sentido, porque o banco tava demitindo, o que acontece muito nos bancos privados, passou a acontecer nos bancos públicos. E mudou no governo Lula.

Assumpção corrobora esta posição, observando que as greves efetuadas em todos os anos do governo Lula – e que estavam represadas

¹⁰⁴ Uma brilhante síntese desse pensamento encontra-se no livro de Armando Boito Júnior, “O Sindicalismo de Estado no Brasil”. Para Boito Jr. (1991, p. 26-38), a autonomia do movimento sindical se perde pela sua subordinação à cúpula do Estado, principalmente através da busca por representatividade e poder (conseguidos via intervenção estatal) para constringer o capitalista, bem como pela importância do imposto sindical e pela manutenção da unicidade sindical. Em conjunto, esses 3 fatores contribuem sobremaneira para a dependência do movimento sindical em relação ao Estado.

pelo refluxo do movimento sindical ao longo do governo FHC – eram a demonstração maior de autonomia em relação ao governo Lula, não só do sindicalismo bancário em nível local, como também em nível nacional. Mais do que isso: era a demonstração dos espaços reivindicatórios conseguidos pelas entidades sindicais no Congresso Nacional e junto ao governo federal e do posicionamento privilegiado que os trabalhadores passaram a ter com a eleição de Lula:

Fizemos 6 greves [entre 2003 e 2009] (...) você quer mais autonomia do que isso? Eu acho que o que nós buscamos fazer no governo Lula foi ocupar espaço. Espaço que os trabalhadores passaram a ter. Que é ser recebido no Palácio do Planalto, é participar do Fórum Nacional do Trabalho (...). São espaços políticos que a classe trabalhadora não tinha anteriormente e passou a ter no governo Lula não é que nós tivemos total interferência no governo. Mas a eleição do Lula nos proporcionou a ter espaço que antes nós não teríamos, de debate político. E se os trabalhadores não ocupassem esse espaço, esse espaço seria ocupado pelo patronato e pelo empresariado, porque você sabe muito bem que na política não tem espaço vazio. Ou você ocupa, ou alguém vai ocupar no seu lugar. O movimento dos trabalhadores fez um diálogo com o governo, respeitando, tem os limites... Eu acho que esse, pra mim, é independência. A autonomia do sindicato jamais foi ferida.

Já Cyro Garcia entende que, apesar do instrumento da greve ao longo do governo Lula parecer “institucionalizado”, trouxe consigo êxitos localizados, ou ao menos foi capaz de frear a pilhagem de conquistas históricas praticadas, pelo governo FHC, junto aos bancos públicos (como o fim do anuênio, do Plano de Cargos e Salários, da política de comissionamento que dribla a jornada de 6 horas diárias):

[O instrumento da greve] permite pelo menos que nós não retrocedamos. Então eu acho que ele tem uma eficácia. Porque, por exemplo, no governo Fernando Henrique, ao não lutarmos, o governo avançou totalmente sobre nós. Nós perdemos uma série de conquistas, nós perdemos o Anuênio, nós perdemos o Plano de Cargos e Salários, nós perdemos a jornada de 6 horas... Entende? E já no governo Lula, por exemplo, nós estamos tendo algumas conquistas parciais na questão da isonomia, coisas que não haviam, a partir da greve de 2003... A cada ano eles incorporam uma coisinha ou

outra...

Porém, apesar de grupos sindicais divergentes observarem benefícios *parciais* nas *conseqüências* da greve ao longo do governo Lula, a natureza do apoio proveniente da direção sindical bancária ao governo que teria possibilitado a reabertura dos canais de negociação do Estado com o movimento sindical, quando analisadas mais detidamente, influenciavam diretamente os rumos de tais mobilizações, apesar de não inviabiliza-las. O tipo de greve praticado, no limite, mostrar-se-ia como efeito do *apoio indireto* do SEEB/RJ ao governo Lula, via instituições sindicais de cúpula, tendo como ponto nevrálgico o advento da “mesa única” de negociações.

Destacando o fato dos bancários provenientes do setor privado já estarem cobertos pelas negociações na mesa de negociação bipartite entre Fenaban e CNB (posteriormente, CONTRAF), pode-se dizer, *a princípio*, que os ganhos econômicos provenientes da “mesa única” não seriam substancialmente modificados com a inclusão dos bancários do setor público na negociação salarial unificada. Levando-se em consideração também que as questões específicas não seriam tratadas nesta arena de negociação, mas sim nas discussões diretas entre sindicalistas e cada banco em questão, é de se supor que a “mesa única” funcionaria tão somente como uma espécie de “balizador” aos níveis de reajuste salarial repassados à categoria bancária. Destacando a importância do resultado das negociações salariais em 2003, no qual os bancários do setor público conseguiram (via negociação direta entre CNB e governo federal) igualar o reajuste salarial, poderíamos chegar à conclusão de que, aos bancários do setor público, soaria desnecessário participar da “mesa única”, se o objetivo fosse tão somente igualar os índices praticados pela negociação com a Fenaban.

Mas os dirigentes sindicais cariocas utilizavam como justificativa para defender a inclusão de BB e CEF na negociação a qual já estavam presentes os bancos privados, conforme editorial “O porquê da campanha salarial unificada”, evitar que os bancários do setor público ficassem dependentes das variações de posicionamento político do governo federal:

Não podemos deixar nenhum setor da categoria exposto às vontades políticas de qualquer governo e nem à ganância dos banqueiros. Somente com essa unidade, contando com a participação de todos os companheiros, é que seremos capazes de defender os direitos da categoria e avançar ainda

mais nesta campanha salarial (O BANCÁRIO, 25/08/2004).

Aguiar ressalta outro ponto igualmente relevante proporcionado pelo advento da “mesa única”, a saber, a utilização deste espaço de negociação como instrumento político capaz de suscitar o fortalecimento e unificação do setor bancário, principalmente nas greves:

Foi uma decisão acertada do Comando Nacional (...). Porque uma greve com BB e Caixa é uma coisa. Uma greve com BB, Caixa e privados é outra. Nós somos hoje 450 mil bancários e acredito que BB e Caixa pode ser que fique em torno de 180 mil bancários. Então aí dá pra ver a diferença... Você tem mais 260, 270 mil bancários participando junto só fortalece.

A campanha unificada, no entender de Aguiar, não comprometeria as discussões acerca das pautas específicas e teria como ponto positivo o fortalecimento da mobilização nos bancos públicos:

Muita gente acha: ‘pô, mas a campanha unificada é prejudicial... O avanço pode ser pequeno...’. Não... A campanha unificada fez com que nós tivéssemos esse acordo coletivo nacional (...) e não teve nenhum tipo de prejuízo, porque as questões específicas continuam sendo negociadas. E antes também era assim. Não avançava tudo numa campanha salarial. A gente continuava negociando depois. Pra nós, hoje é importante. Porque a gente consegue fazer uma greve hoje com todos os bancários: Banco do Brasil, Caixa Econômica e privados. E isso, a cada ano que passa, a gente vai ganhando mais força, avançando mais. Banco do Brasil e Caixa praticamente paralisam 90%.

Portanto, podemos inferir de forma preliminar, a se considerar a análise dos dirigentes sindicais bancários cariocas ligados à Articulação Sindical, que a “mesa única” tinha como principal objetivo *econômico* expandir, aos bancários de Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, os reajustes salariais praticados na mesa de negociações entre Fenaban e CNB, já que os obtidos ao longo do governo FHC pelos bancários do setor privado haviam se mostrado superiores. E, como principal objetivo *político*, a unificação das negociações intentava fortalecer a unidade de reivindicação entre os bancários dos setores público e privado, notadamente na deflagração de greves, com a elevação da mobilização nos bancos públicos.

Porém, é necessário observar que a “mesa única” e, num plano

maior, a defesa da “unidade”, estiveram longe de elevar substancialmente os ganhos econômicos provenientes dos reajustes salariais. E os “êxitos” baseados na análise pura e simples de reajustes não espelhariam necessariamente a suposta força política da “unidade” entre bancários públicos e privados, como pareciam acreditar as diretorias sindicais ligadas à Articulação Sindical.

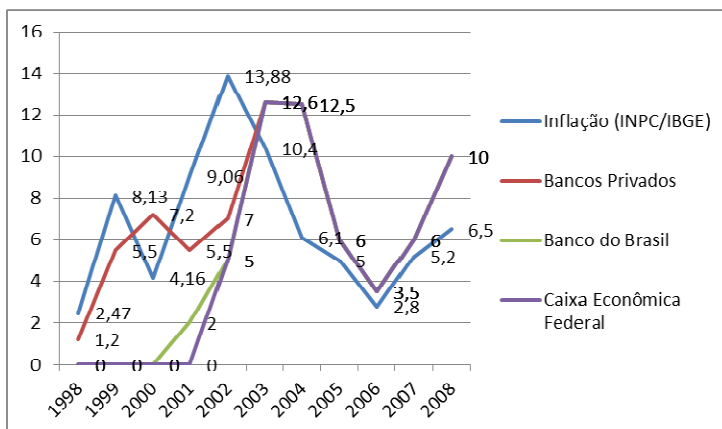
Um bom exemplo é a observação do período correspondente ao segundo semestre de 2008 e início de 2009. Na ocasião fora deflagrada campanha salarial na qual os bancários conseguiram um elevado ganho percentual nos proventos, quando comparados à inflação no período. Curiosamente ou não, tal “êxito” foi acompanhado de demissões *generalizadas* de bancários no setor privado (e não restritas a um ou outro banco). Incidiu também no período em que a renda entre os trabalhadores demitidos e admitidos sofreu maior variação negativa ao longo do governo Lula, conforme explicitado no capítulo 3.

O mesmo se verifica no setor público, onde a elevação dos ganhos salariais se deu em paralelo a um processo continuado de demissões e afastamentos, ensejado principalmente após o início de um plano de demissão incentivada, perpetrado principalmente pelo BB aos funcionários considerados mais onerosos, proporcionando assim uma sensível diminuição no total de funcionários.

É fundamental deixar claro que são perceptíveis os ganhos *quantitativos* do setor sindical bancário ao longo do governo Lula, quando comparado ao governo Fernando Henrique Cardoso. Importa fortalecer tal posicionamento porque, desta forma, as críticas provenientes da oposição sindical são enfraquecidas, ao menos neste ponto.

Não significa, porém, que a “mesa única” é o motivo ao fortalecimento relativo do setor sindical bancário no comparativo entre os dois últimos mandatários do poder executivo, uma vez que em 2003 não houve a aceitação imediata por parcela do setor financeiro (BB e CEF) em se negociar com tal paradigma, como já colocado ao longo do texto. Observa-se, pelo contrário, que tais ganhos foram limitados pelo advento da “mesa única”, enquanto instrumento político de consenso, ainda que – conforme reiteradas vezes foi enfatizado no texto – deixado de lado pelo governo, que supostamente seria seu aliado em momentos importantes.

Gráfico 3:
Evolução dos reajustes salariais - 1998/2008



Fonte: IBGE; SEEB/RJ

Também importa salientar, em lugar dos reajustes salariais, a protuberância crescente da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), enquanto mecanismo de bônus financeiro direcionado aos trabalhadores bancários. O movimento sindical se vê obrigado a legitimar esta ferramenta de coerção do capital, empunhando a bandeira da “conquista” de uma PLR “mais justa” através da “luta e participação” dos trabalhadores¹⁰⁵ que, na verdade, diminui em relevância o poder de pressão dos bancários, já que os trabalhadores pressionam as lideranças sindicais para aceitar cláusulas salariais que contenham pontos atrelados à remuneração variável, de modo a compensar os baixos reajustes e como forma de elevar os ganhos econômicos dos trabalhadores (LARANJEIRA, 1997, p. 126; OLIVEIRA, 2003c, p. 291).

Nem setores oposicionistas à Articulação Sindical entre os bancários negam a utilização do instrumento da PLR, demonstrando sua importância consolidada na mutação da atividade sindical bancária no Brasil, observada desde os anos 1990. Porém, no entendimento de Cyro Garcia, a negociação da PLR entre sindicatos e bancos não poderia estar atrelada à negociação salarial unificada, influenciando até mesmo no julgamento do conjunto dos bancários, dada a necessidade financeira da

¹⁰⁵Esta visão parece disseminada, uma vez que facilmente encontramos na *Internet* veículos de informação das mais variadas esferas de representação bancária atentando para o fato.

qual é alvo a maior parte dos trabalhadores:

As PLRs têm sido sistematicamente mais favoráveis aos bancários. Só que a PLR, além ter as relações específicas, ela não deveria ser acoplada à negociação salarial. Só que ela infelizmente é! Geralmente, por fruto também do grau de arrocho da categoria [que] tem um nível de endividamento razoável. Então a PLR vai, passa pela sua folha de pagamento, paga o seu cheque ouro, paga seu cartão, etc etc e no outro dia você tá duro do mesmo jeito. E muitas vezes a galera não se dá conta disso, porque vai pelo imediatismo e aí acaba votando acordos rebaixados, mas pra poder ter a PLR no outro dia na conta.

A PLR pode não ser um bom negócio (para o trabalhador bancário) no médio e longo prazo, por não incidir no salário e no cálculo da aposentadoria e demais encargos trabalhistas para os bancos. Outro argumento que pode ser colocado contra a PLR é a forma de distribuição, o cálculo de sua partilha. A se verificar os relatórios sociais da Fenaban, onde se observa o aumento proporcional da participação dos administradores e membros do alto escalão dos bancos: entre 2000 e 2007, os valores totais da PLR direcionados aos empregados sofreram aumento de 177%, enquanto que entre os administradores e diretores estatutários, o aumento foi de 260% (FEBRABAN, 2001; 2007).

Portanto, além de ensejar o maior comprometimento do bancário, servindo como desmobilizador de classe, colocando-se enquanto paliativo aos índices rebaixados de reajuste salarial, o mecanismo de PLR ainda é dividido de forma proporcionalmente desigual entre os funcionários de hierarquia elevada e subalterna.

Do mesmo modo, os aumentos na PLR proporcionalmente não seriam suficientes para inverter a trajetória de diminuição da participação da renda do trabalhador na distribuição do chamado “valor adicionado”¹⁰⁶ dos bancos, funcionando apenas para mascarar esta discrepância. De acordo com a Tabela 9, entre os anos de 1999 e 2007 o percentual dispensado pelos bancos à “renda do trabalho” caiu mais de 20 pontos (de 54% para pouco mais de 33%), enquanto que a “renda do capital” subiu 15 pontos (de 27 para 42%). Especificamente entre os

¹⁰⁶ Renda do Trabalho: gastos com recursos humanos, salários e honorários, encargos sociais, benefícios, participações (funcionários e minoritários); Governo: despesas tributárias, imposto de renda e contribuição social, INSS sobre salário; Renda do Capital: dividendos distribuídos para acionistas; lucro retido; prejuízos.

anos de 2002 e 2007, a curva de transferência do valor adicionado do trabalho para o capital consolida-se, com a renda proveniente do valor adicionado direcionada ao capital ultrapassando em 2007 as rendas direcionadas ao trabalho.

Tabela 9:
Bancos – Distribuição do Valor
Adicionado entre 1999 e 2007 (em %)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Trabalho	54.0	60.5	68.9	42.7	43.4	43.5	37.9	39.6	33.2
Governo	18.8	22.2	27.5	23.1	25.2	26.2	25.1	25.9	24.3
Capital	27.2	17.3	3.6	34.2	31.4	30.4	37.0	34.4	42.5

Fonte: Austin Asis cit. FEBRABAN: 2001, 2003, 2007.

Outro exemplo da discrepância na participação do trabalhador bancário nos ganhos do setor, com a conseqüente minimização dos ganhos *quantitativos* obtidos pelo movimento sindical, é o comparativo entre o lucro líquido auferido pelos maiores bancos em atividade no país e o total de funcionários, congregando os anos 2002 (último ano do governo FHC) e 2008 (último ano completo do governo Lula priorizado pela pesquisa).

Enquanto que o número de funcionários cresceu, segundo dados do Banco Central (e que não necessariamente estão sintonizados com os números da Febraban), em aproximadamente 13% no período estudado, o lucro total dos 50 maiores bancos elevou-se em 93%, magnitude notoriamente superior, o que refletiu na relação do lucro por funcionário, atingindo este último patamar 70% maior no ano de 2008, em relação a 2002. Portanto, não apenas é observável o crescimento quantitativo da lucratividade do setor bancário, como também é nítido o crescimento *qualitativo* desta lucratividade, quando confrontado com o total de funcionários trabalhadores no setor bancário (Tabela 10).

Tabela 10:
50 maiores bancos - Lucro líquido por funcionário
entre 2002 e 2008 (em R\$)

50 maiores Bancos	2002	2008	2002-2008 (Var. %)
Lucro Total (em R\$ mil)	9.500.334	18.345.981	93,11
Funcionários	488.921	553.343	13,18
Lucro por funcionário (R\$)	19.431	33.154	70,62

Fonte: Banco Central do Brasil

No plano corporativo-reivindicativo, a arena de negociações junto à Fenaban, mesmo se considerada positiva nos anos 1990 aos bancários do setor privado, quando comparado ao ataque que os trabalhadores do setor público enfrentavam, a partir do governo Lula (e a se considerar o ano de 2003, em que não houve “mesa única”) acabou, em realidade, servindo para frear as mobilizações dos trabalhadores do setor público, que poderiam atingir diretamente o governo federal.

A “mesa única” mitigava uma maior mobilização de trabalhadores bancários do setor público, encapsulando o conjunto de reivindicações represadas. Ao incluir BB e CEF na “mesa única” de negociação, o governo federal deixaria de travar negociações diretamente com os bancários, passando a serem feitas em nome da Fenaban. Com esta tática de negociação, o governo Lula ficava resguardado pelas críticas mais incisivas por parte dos trabalhadores bancários, vide o ocorrido na greve de 2004¹⁰⁷.

A solicitação da CNB para que o governo participasse da “mesa única”, tinha por objetivo utilizar-se do apoio governista para assim obter a hegemonia na mesa perante os banqueiros e contribuiu para uma forte ligação junto ao governo Lula ou, de outro modo, para que a ligação já existente politicamente fosse colocada em prática para gerir os interesses dos bancários.

No entanto, esta escolha teve (como resposta imediata) a mudança da retórica de “consenso” e “negociação” ensejada pelo

¹⁰⁷ Ver capítulo 2.

governo e deixada de lado no primeiro momento em que este se viu colocado em posição difícil, explicitando um viés intransigente e surpreendendo o Comando Nacional de Greve, sob hegemonia da Articulação Sindical, que acabou por se curvar a tais mudanças e sentir os efeitos nefastos, com a conseqüente recusa do governo em interferir na negociação entre capital e trabalho e, posteriormente, tentando acabar com a greve seja pela ameaça de corte do dia de trabalho, seja pela recusa dos bancos públicos em negociar os interesses dos bancários de BB e CEF com os sindicalistas, sob a alegação de que esta negociação deveria ser conduzida pela Fenaban, utilizando como pretexto o pedido inicial feito pela cúpula sindical dos bancários para que os bancos públicos pudessem ser incluídos na mesa de negociação.

Um dos motivos principais para que a utilização da “mesa única” fosse defendida pelos sindicatos ligados à Articulação Sindical era o de evitar a exposição dos trabalhadores às mudanças de posicionamento político do governo federal. Porém, o efeito foi exatamente o oposto. A tese da “unidade” terminava também por ignorar (ou minimizar) as vicissitudes mobilizatórias nas grandes bases sindicais¹⁰⁸, ao impor aos sindicatos às diretrizes da cúpula. Quaisquer manifestações outras eram prontamente taxadas de “isolacionistas”, direcionadas, sobretudo, aos bancários do setor público, cujas mobilizações cidadinas mostravam-se intensas principalmente em períodos grevistas (entre 2004 e 2006 no BB e CEF; entre 2007 e 2008, na CEF), encerrando-se posteriormente ao término nos bancos privados.

4.3. Participação da base sindicalizada ao SEEB/RJ e influência nas estratégias da diretoria sindical

Como visto nos capítulos 2 e 3, por diversas vezes os bancários do setor público mantiveram a greve após aprovação do reajuste salarial pelos bancários do setor privado e o conseqüente retorno ao trabalho. Entretanto, em nenhum dos anos estudados foram identificados quaisquer ganhos subseqüentes motivados por esse prolongamento da manifestação grevista.

Quando perguntado sobre o fato da mobilização grevista no Rio ter sido, via de regra, uma das mais fortes no conjunto do movimento sindical bancário, sem benefícios práticos provenientes desta mobilização, Cyro Garcia apontava o “isolamento” imposto aos

¹⁰⁸ Caso do Rio de Janeiro, 2º maior sindicato dos bancários do Brasil.

trabalhadores bancários grevistas como parte da política centralizadora da CONTRAF, por vezes exigindo das direções sindicais bancárias municipais uma estratégia hesitante e contraditória:

Muitas das vezes o Rio fica isolado. Qual o problema? Eles [diretores ligados à Articulação Sindical] vão à esquerda no Rio pra não ter que se queimar, pra não fazer um enfrentamento direto com a gente (...) e fazem o serviço sujo em São Paulo.

(...)

Então, tem uma greve forte no Rio, uma greve forte em Brasília, mas São Paulo que é o principal centro, os caras desmontam a greve totalmente no chão, boicotam, sabotam. E muitas vezes você fica isolado e obriga o Rio de Janeiro, que é uma base combativa [a ficar] isolada e é obrigada a ter que recuar do movimento (...) por conta dessa política de São Paulo, de fazer o desmonte a nível nacional.

Entre as diretorias sindicais, a argumentação tem como eixo os diferentes graus de mobilização inerentes às respectivas situações em nível local. Aguiar observa as diferenças entre os sindicatos como um fator que contribuiu negativamente no contexto geral de “unidade” defendido pela Articulação Sindical; como um elemento que trás dificuldade pelo fato de poucos sindicatos (citando nominalmente os sindicatos de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Brasília) atingirem o mesmo grau de mobilização verificado no Rio de Janeiro.

Assumpção aponta o descompasso entre a mobilização dos bancários cariocas em relação ao restante do país e os consequentes ganhos como um problema “incontornável” da “unidade” entre os bancários no nível nacional, pois a categoria movia-se nacionalmente:

Eu tô numa greve, aí ta lá São Paulo, Rio, Bahia... A assembléia de São Paulo aprova, Bahia aprova, Porto Alegre aprova, Recife aprova. Cabou! Aí eu vou ficar fazendo greve aqui para que? Para o bancário ter mais dias descontado? Não. Então, a unidade nacional é muito boa, mas ela tem prós e contras. Tudo na vida tem prós e contras. Às vezes a gente está mais mobilizado aqui, São Paulo está menos mobilizado. E às vezes, São Paulo não consegue fazer 3 dias de greve e a gente faz 1 semana de greve. Mas a nossa mobilização sozinha não resolve.

Os argumentos explicitados pelos diretores sindicais sugerem que nenhuma manifestação originária do Rio de Janeiro parece ser capaz de sustentar-se nacionalmente. Ou seja: nenhuma mobilização mais incisiva (não somente simbolizada pelas greves, mas principalmente motivada por elas) proveniente do sindicato carioca, ou cuja força principal encontra-se no Rio de Janeiro, na atual conjuntura do movimento sindical bancário, parece capaz de irradiar-se pelo restante do país *caso seja contrária à diretriz em nível nacional*, refletindo o enfraquecimento dos sindicatos de bancários em nível local. Ao enxergar na “unidade” a melhor forma de atingir as reivindicações, a direção sindical bancária carioca parece assumir sua fraqueza individual.

Dito isso, chama atenção o fato de que, na cidade do Rio de Janeiro, a dificuldade que as direções sindicais encontram para infligir suas diretrizes à base sindical proveniente do setor público. Era uma questão até certo ponto contraditória: a mobilização dos trabalhadores vinculados ao setor público em época de greve, conforme citado anteriormente contrastava com a desmobilização e pouca participação do conjunto da base sindicalizada nos assuntos sindicais mais corriqueiros, através das esferas deliberativas, como as assembléias. Segundo observa Aguiar, a dificuldade de trazer os trabalhadores para a participação no sindicato, cujas assembléias esvaziadas atraíam, em média, cerca de 200 ou 300 sindicalizados, atingindo o pico de 2 mil bancários em períodos grevistas, numa base de 30, 31 mil bancários (segundo estimativa do presidente do sindicato), ocasionava numa constatação óbvia da participação insatisfatória do trabalhador bancário nas instâncias deliberativas municipais:

É difícil, num momento de greve, você ter uma assembléia numa base com 30 mil bancários e ter a participação de 200, 300, em alguns momentos chegando a 2 mil bancários. Então é muito pouco. (...) Eu não acho satisfatória pelo número de bancários que a gente tem na base. Aqui na base nossa no município do Rio tem em torno de 31 mil bancários, com 17 mil bancários sindicalizados. Então eu acho que a participação é muito pequena. E a cobrança às vezes é até grande. A gente fala ‘pô pessoal, vocês tem que ir pra assembléia’, tem que fazer essas cobranças. Porque tem lá 2 mil bancários e aprova a proposta da Fenaban na campanha salarial. Ai quando você sai pra explicar a proposta que foi colocada pela Fenaban pros bancários, sempre tem um ou outro criticando ‘tá muito ruim’, aí você fala ‘tem que ir à assembléia, tem que ir lá’. Um grupo ficando insatisfeito tem

que estar participando também, não ta sendo aprovada pela maioria que teve entendimento das propostas que eram satisfatórias e acabaram aprovando. Tem que ter a participação de todos. Eu acho que essa participação é ruim.

Para Aguiar, a principal dificuldade atribuída à participação baixa da base sindical derivava do fato da assembléia ser feita no centro da cidade, o que inviabilizaria a presença de bancários moradores ou trabalhadores de regiões mais distantes. O medo do descomissionamento por parte dos bancários e o elevado índice de bancários estudantes no período da noite eram outros fatores explicativos considerados importantes.

Todos os pontos são sintetizados, no entender do dirigente sindical, por uma postura passiva do trabalhador bancário, distinta do desejável. Almir pondera que a baixa presença do trabalhador bancário nas assembléias e outras esferas deliberativas decorre do posicionamento baseado mais na idéia “de aguardar o que vai acontecer do que participar”.

São necessários elementos para tentar entender a contradição inerente a um movimento sindical ativo em períodos grevistas, se comparado aos bancários do restante do país, mas que não participa das esferas deliberativas municipais, mesmo quando convocado.

Os últimos dados consolidados concernentes ao sindicalismo bancário carioca, datados de 1998 e divulgados em 2000, mostram um total de 41.964 bancários e 28.020 sindicalizados, o que representa 66.8% do total da base sindical (DIEESE, 2000, p. 9). A se considerar os depoimentos dos dois dirigentes sindicais que ocuparam o cargo de presidente, bem como as informações disponíveis nos jornais do sindicato, estima-se entre 30 e 31 mil o total da base sindical atualmente; e de 17 a 18 mil o total de sindicalizados. Desta maneira, o percentual de bancários sindicalizados se situaria próximo ao patamar de 55-60%. Portanto, na última década, tanto o total quanto o percentual de bancários sindicalizados regrediram em relação aos números encontrados na pesquisa de 1998.

Nos últimos anos, enxergou-se uma mudança fundamental no sindicalismo bancário carioca: em busca de representatividade, outras maneiras de aproximação são utilizadas para minimizar os efeitos na queda da quantidade de bancários sindicalizados a partir dos anos 1990, uma vez que os bancários estiveram entre os grupos de trabalhadores que mais sentiram os efeitos do desemprego.

São poucas as opções encontradas pelo movimento sindical

bancário para atrair os trabalhadores bancários. Analisando o sindicalismo bancário em Curitiba, Carvalho (2009) salienta que as alternativas utilizadas pelo movimento sindical bancário restringem-se a três pontos cruciais para se fazer representar junto à base sindical: a juridificação da atividade sindical, a crescente utilização das atividades de cunho assistencial e de prestações de serviços, além da profissionalização da ação coletiva dos sindicatos.

No caso carioca, a utilização da juridificação como alternativa para representação do trabalhador bancário é observada na denúncia dos “interditos proibitórios”. Outra importante forma de utilizar o aparato jurídico é por intermédio das ações de reintegração de funcionários demitidos por problemas de saúde (ainda que tenha um caráter limitado – e individual – na luta global pela manutenção do emprego bancário), causados pela execução dos serviços bancários, exemplo das Lesões por Esforços Repetitivos (LER). Estas ações buscam também evitar as doenças psicológicas, em função do medo de perder o emprego e o assédio moral, proveniente da pressão no trabalho.

O SEEB/RJ procura oferecer serviços assistenciais e culturais aos bancários sindicalizados, valorizando eventos ligados ao esporte (seja em campeonatos de futebol ou utilização da sede campestre), cultura (ingressos e descontos para shows, teatros e parques de diversão), convênios em universidades (sob o pretexto de oferecer a oportunidade de qualificação profissional), consultórios odontológicos, psicólogos, fisioterapeutas, cursos de inglês, óticas e institutos de beleza, entre outros.

Seus dirigentes tentam explorar a gama de serviços prestados para aproximar os não sindicalizados e elevar a participação dos bancários que se encaminham ao sindicato apenas pelos serviços assistenciais. Aguiar pondera ser esta uma forma objetivamente interessante, ainda que eivada por um caráter *apolítico*, para trazer bancário ao sindicato:

É uma forma de você prender o bancário. Quando o bancário vem, a princípio, através daquele fato, que é o interesse dele ‘olha, eu vou procurar o sindicato porque tem uma palestra do Anbid’, então você ta inserindo também, na apresentação, a questão política do sindicato, a história e a importância da participação das atividades e das manifestações. E isso surte efeito (...). A gente tenta envolver o bancário de todas as formas: com o esporte, através da sede campestre, tem a copa bancária (...). O bancário vai lá, você vai conversar [sobre] política, você vai mostrar a necessidade da participação

efetiva... Que não é o fato dele só contribuir com o sindicato e ele já estar cumprindo um papel. O sindicato ajuda a mobilizar, ajuda a organizar, mas o sindicato ele não faz tudo.¹⁰⁹

No que diz respeito à “profissionalização do piquete”, o que se identifica no Rio de Janeiro a tática de concentrar esforços no centro financeiro da cidade como estratégia para minimizar o impacto da pouca participação dos trabalhadores bancários, em especial no setor privado, a se considerar as entrevistas com os dirigentes bancários, fechando as agências da região nos períodos grevistas, como forma de mostrar a força do sindicato e irradiar as manifestações para outros pontos mais distantes. Como explicita Aguiar, “na conjuntura difícil que a gente está vivendo, a gente centraliza as atividades no centro financeiro da cidade. E isso, com certeza, surtirá efeito. Você vai mexer com o banco.”

Em conjunto, as políticas serviriam para atrair os trabalhadores bancários ao sindicato, invertendo a tendência de queda observada nas últimas duas décadas (quantitativa nos anos 1990, pela alta taxa de desemprego e qualitativa nos anos 2000, a se considerar a queda percentual da taxa de filiação sindical).

No entanto, a adesão ao sindicato tem tido efeito assimétrico entre os bancários dos setores público e privado. Quantitativamente é até justificável, pois a proporção de trabalhadores do setor privado é superior ao de bancários no setor público¹¹⁰. Outrossim, mesmo se consideramos tal informação, é alarmante a discrepância *percentual* dos sindicalizados por banco: os bancários do setor privado gozam de taxas de sindicalização elevadíssimas, em contraposição às baixas taxas no setor público. Fato relevante, pois os bancários do setor público são considerados como a vanguarda mobilizatória da categoria. Mas não parecem tão atraídos a participarem do sindicato como seus pares do setor privado.

Conforme analisa Vinícius de Assumpção, tal fato se deve a realidade associativa dos bancários do setor público, que se sentem contemplados por diversos serviços também prestados pelo sindicato, o

¹⁰⁹ Ivan Pinheiro é crítico da forma como os sindicatos utilizam recursos provenientes tanto da contribuição sindical compulsória, quanto do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para “qualificação” do trabalhador bancário: “Você imagina os sindicatos se disporem a usar recursos para qualificar seus empregados pra não perder o emprego (...) pra ensinar aos bancários, sobretudo dos bancos particulares, outras profissões, porque eles seriam demitidos. Isso é impensável! Um sindicato fazer o serviço do patrão! Qualificar os trabalhadores... ajudar as demissões e tentar realocar os seus!”

¹¹⁰ No Rio de Janeiro, basicamente os funcionários de BB e CEF.

que não ocorre entre os bancários do setor privado, motivando assim taxas tão díspares de sindicalização. Porém, verifica que existem avanços no intuito de se cortejar sindicalizados no seio do funcionalismo público, principalmente na atração dos novos funcionários:

O Bradesco hoje tem 90% dos seus 4 mil bancários sindicalizados. É um recorde nacional. Banco Itaú quase 80%. A Caixa Econômica, quando nós assumimos aqui em 2003, *era* (sic) 16% de bancários sindicalizados. Hoje a Caixa Econômica tem 40% de sindicalizados. Ainda é pouco (...). Porque a Caixa Econômica tem uma realidade diferente, ela tem uma série de associações (...). É associação até dizer chega. O cara tem que escolher o que ele paga e ele acaba, como já tinha essa organização deles interna, até ele sair de lá para ir voltar e vir para o sindicato... Mas nós estamos conseguindo avançar. Sabe onde estamos avançando? Nos novos bancários. Os novos bancários da Caixa Econômica estão se filiando em massa no sindicato dos bancários. Tanto que o vice-presidente é da Caixa Econômica e o presidente é do Bradesco. Mas acho que nós estamos recuperando terreno também no Banco do Brasil e acho que o Banco do Brasil, eu sempre falo, o Banco do Brasil é o motor da categoria.

Para Cyro Garcia, tal dicotomia entre elevada sindicalização nos bancos privados e baixa sindicalização nos bancos públicos é fruto das políticas “assistencialistas” do sindicato, com maior ênfase entre os bancários privados, que passam a enxergar as gestões das direções sindicais como “positivas”, propiciando a não sindicalização dos bancários públicos, que não se vêem tão representados pelo sindicato:

O índice de sindicalização em privados, que é muito mais a questão assistencialista (...) e uns acordos que tem sido satisfatórios, PLR total (...) sem exposição dos bancários [já que Banco do Brasil e Caixa Econômica acabam mobilizando-se mais] acaba soando para a base dos privados como gestões positivas. O cara tem aumento, tem PLR, tem não sei o que... E não tá colocando o emprego dele em risco. Maravilha! Então eles vão consolidando uma posição com índices altos de sindicalização, enquanto que na parcela mais dinâmica e mais viva da categoria, que é onde tem luta, onde tem greve, onde tem enfrentamento, fruto dos sucessivos

enfrentamentos com a direção do movimento, vai havendo um número grande de desindicalização. A galera cada vez mais vai se vendo cada vez menos representada pelo sindicato.”

A grande presença dos bancários do setor privado entre os sindicalizados é verificada na composição das diretorias sindicais eleitas na última década. Até o final dos anos 1990, os bancários do setor público eram hegemônicos no conjunto da base sindical e, por conseguinte, o sindicato sempre tinha como presidente alguém proveniente desses quadros. Mas na presente década, com a eleição de José Ferreira em 2000, então funcionário do Unibanco, à presidência do SEEB/RJ, a situação muda de figura. Os pleitos realizados posteriormente (para definir as diretorias dos triênios 2003-2006, 2006-2009 e 2009-2012) tiveram bancários do setor privado eleitos presidentes: Vinícius de Assumpção (por 2 vezes) e Almir Aguiar, ambos ligados ao Bradesco.

Os grupos políticos componentes das diretorias sindicais eleitas entre 2003 e 2009 detinham configurações políticas diferenciadas. Apesar da Articulação Sindical Bancária sempre na liderança, em nenhuma das 3 chapas eleitas no período eram exatamente os mesmos: no ano de 2003, a chapa cutista agrupava setores do PT, PSTU, PC do B e PCB; em 2006, com o fracionamento ocorrido no interior da CUT, sua chapa englobava apenas setores do PT e do PC do B; em 2009, os quadros cutistas ligados à Articulação efetuam o reagrupamento *parcial* da coalizão eleita em 2003, baseado nas novas entidades sindicais surgidas ao longo do segundo governo Lula: CTB e Intersindical.

Em 2003, o setor público ainda experimentava relativa relevância na composição total das diretorias sindicais. Dos 22 principais diretores sindicais, 8 eram de bancos estatais (BB, CEF e BNDES), perfazendo um percentual de 36% do total de diretores sindicais. A explicação lógica é a de que havia uma coalizão entre Articulação Sindical Bancária e grupos opositoristas a ela *no quadro nacional* (liderados pela Convergência Socialista), de onde saíram a maior parte dos quadros ligados ao setor público. Nas eleições de 2006 e 2009, com a cisão no seio do movimento sindical bancário carioca e fim da política de coalizão, a importância do setor público entre os diretores sindicais diminui, resumindo-se a 3 diretores num total de 14 (21%) e 3 diretores num total de 15 (20%) em 2006 e 2009, respectivamente, conforme se pode apreender na Tabela 11:

Tabela 11:
Diretorias eleitas no SEEB/RJ (2003-2009)

Bancos	Diretorias			
	2003-2006	2006-2009	2009-2012	Total
Unibanco	4	3	5	12
Bradesco	4	3	3	10
Itaú	3	4	3	10
BB	4	2	1	7
CEF	3	1	2	6
Santander	-	1	1	2
Mercapaulo	2	-	-	2
BNDES	1	-	-	1
BCN/Boavista	1	-	-	1
Privados	14	11	12	37
Públicos	8	3	3	14
Total Geral	22	14	15	51

Fonte: SEEB/RJ

A presença hegemônica de bancários de bancos privados também sucede no interior da CONTRAF. Mas ao contrário do que acontece na Confederação, que tenta distribuir de forma mais equitativa os cargos diretivos entre os bancos públicos e privados, no Rio de Janeiro, a hegemonia do setor privado é gritante. Observa-se que a influência dos sindicalistas ligados ao setor público é deveras diminuta no SEEB/RJ mesmo se comparado à presença dos bancários do setor público na entidade hierárquica superior: enquanto na CONTRAF, 64% do total de diretores eleitos para os mandatos 2006-2009 e 2009-2012 eram provenientes do setor privado, no sindicato carioca o percentual eleva-se para 79%.

Tabela 12:
Diretores sindicais eleitos na CONTRAF e SEEB/RJ,
Por tipo de banco (2006-2009)

Bancos	SEEB/RJ	CONTRAF
Bancos Privados	23	35
Bancos Públicos	6	20

Bancos Privados (%)	79	64
Bancos Públicos (%)	21	36

Fonte: SEEB/RJ e CONTRAF-CUT

Em sentido inverso, as frações opositoras à direção sindical, lideradas pela Convergência Socialista, retiram sua força entre os bancários do setor público, minoria no conjunto dos trabalhadores, porém demonstrando ter participação mais efetiva nas assembleias e em períodos grevistas, impactando na concepção das chapas opositoristas posteriores ao racha de 2004-2005.

A chapa de oposição nas eleições sindicais de 2006 procurava equalizar a participação entre bancários dos setores público e privado. Dos 21 candidatos à diretoria, 10 eram oriundos de bancos públicos e 11 de privados, com o Banco do Brasil, individualmente, tendo 7 sindicalistas, denotando a força deste banco enquanto alicerce da chapa.

Já na chapa de 2009, mais de 80% dos seus diretores eram ligados ao setor público (17 de 21). Curiosamente ou não, os 4 candidatos à direção sindical oriundos do setor privado eram funcionários de Itaú e Unibanco, bancos que haviam anunciado a fusão meses antes das eleições sindicais. Parecia claro, portanto, a hegemonia do setor público nas chapas opositoristas à direção sindical bancária carioca¹¹¹.

¹¹¹ Que se deve, segundo Garcia, à capilaridade da Oposição Bancária entre os bancários do setor, estimando deter cerca de 80% dos delegados sindicais no Banco do Brasil e 50% na CEF.

Tabela 13:
Chapas oposicionistas nas eleições do SEEB/RJ (2006-2009)

Bancos	2006-2009	2009-2012	Total
BB	7	9	16
CEF	3	8	11
Bradesco	3	-	3
Itaú	4	1	5
Unibanco	2	3	5
HSBC	2	-	2

Públicos	10	17	27
Privados	11	4	15

Fonte: SEEB/RJ (2006); Oposição Bancária (2009).

A diminuição abissal na quantidade de trabalhadores do setor público, propiciando o enfraquecimento local dos sindicatos ao longo dos anos 1990, tem por consequência, sob o ponto de vista da manutenção do poder político-eleitoral, a atração da base sindical proveniente dos bancos privados, importantes eleitoralmente por ser maioria no conjunto do movimento sindical.

Outro fator relevante da proeminência dos bancários do setor privado no conjunto dos sindicalizados é que esses trabalhadores estavam mais propensos a absorver e observar positivamente êxitos, virtudes e ganhos limitados desta nova concepção de movimento sindical, direcionado ao atendimento de “mini-demandas” assistenciais ou demandas individuais dos trabalhadores, uma vez que as grandes bandeiras políticas e econômico-corporativas encontram-se nas mãos das entidades de cúpula sindicais.

Mas se as demandas atendidas prioritariamente pelo sindicato nas áreas cultural, de saúde e jurídica, visando buscar a manutenção de alguma utilidade junto aos trabalhadores bancários, de modo a “manter suas taxas de sindicalização, suas receitas e seu caráter representativo na sociedade, como organização reguladora das relações sociais” (CARVALHO, 2009, p. 11) ensejariam, no Rio de Janeiro, o interesse dos bancários do setor privado, explicaria também a menor penetração

do sindicato entre a base sindical do setor público, cujas demandas seriam diversas às contempladas pelo sindicato.

Quando observamos a participação mais ativa dos bancários do setor público nas greves e a maior valoração percentual dos bancários de bancos privados sindicalizados (e que votam na assembléia), revela-se um paradoxo que marca negativamente a luta sindical no Rio de Janeiro. A grande penetração dos sindicalistas do setor privado na direção sindical e o elevado percentual de bancários de bancos privados filiados, longe de demonstrar força na capacidade do sindicalismo bancário carioca colocar-se enquanto centralizador de demandas e impulsionador de reivindicações termina por denotar sua *potencial* debilidade, pois as bases sindicalizadas hegemônicas pelo sindicato não participam das instancias deliberativas como deveriam, participam pouco das manifestações grevistas e não levam adiante as greves.

Este é um dos grandes reflexos da reestruturação no setor financeiro, ao longo dos anos 1990, que ainda ressoava entre os trabalhadores bancários: a participação pouco ativa dos sindicalizados nas esferas deliberativas e do conjunto de trabalhadores bancários nas manifestações reivindicativas, principalmente entre os bancários do setor privado, se deu pelo temor das conseqüências negativas que porventura surgiriam caso tomadas atitudes que contrariassem os interesses dos banqueiros. O temor maior referir-se-ia ao medo de perder o emprego (no setor privado) ou o cargo comissionado (nos bancos públicos), mas também outras sanções no interior do ambiente de trabalho. Até por esse temor, a aposta na junção completa das mobilizações entre bancários dos setores público e privado carecia de uma correspondência com a realidade dos dois tipos de trabalhadores, pela nítida diferenciação de interesses e possibilidades de mobilização em ambos os grupos de bancários.

4.4. Conclusão

A manutenção da política nacional de “unidade”, simbolizada pela inclusão do setor público na mesa de negociação salarial básica unificada, quando olhada sob o espectro de disputa política local claramente dicotômica entre Articulação Sindical e seus aliados *versus* Oposição Sindical Bancária (cuja faceta modifica-se ao longo dos “anos Lula”, conservando-se apenas a proeminência da Convergência Socialista), parece ser oportuna aos diretores sindicais cariocas

hegemonizados pela Articulação Sindical, por frear as contestações dos bancários provenientes do setor público, que no Rio de Janeiro são canalizadas pelas forças de oposição.

Porém o SEEB/RJ, no que concerne o aspecto político-ideológico, fica duplamente enfraquecido: seja pela maior parte da base sindical filiar-se ao sindicato por motivos outros que não o da participação política, cujos efeitos antagônicos são a elevadíssima filiação sindical dos bancários do setor privado não encontrando eco na participação em greves e assembléias; seja pela base sindical oriunda do setor público, mais participativa, não encontrar quaisquer benefícios práticos na estratégia de “unidade” na negociação salarial e ter suas contestações tachadas como “isolacionistas” pelas direções sindicais.

O expediente da mesa única poderia ser interessante se explorasse as potencialidades da mobilização e capacidade de pressão existente entre os bancários do setor público ao início do governo Lula. Mas, da forma como foram imputadas ao conjunto da base sindical bancária, tais estratégias acabaram servindo como um colchão protetor entre governo e movimento sindical bancário, tendo no centro disso a Articulação Sindical Bancária. Em grande parte, ensejado pela mudança considerada positiva na comparação entre os governos Lula e FHC e pelo apoio político institucional *direto* das instituições de cúpula hierarquicamente superiores ao SEEB/RJ (CUT, CONTRAF e a extinta CNB) ao governo Lula, que propiciaram o apoio *indireto* do sindicato carioca a esse mesmo governo, absorvendo uma linha de defesa feita pelas instâncias de cúpula – servindo mais para aplacar as reivindicações dos bancários do setor público do que como indutor de melhoras substanciais, uma vez que as modificações positivas observadas pelos diretores sindicais na relação entre governo federal e bancários do setor público ocorreram *a despeito* das negociações unificadas.

No cenário municipal, as defesas da “unidade” e da “mesa única”, feitas pelas instâncias da cúpula sindical bancária, transformaram-se em parte de uma política estratégica ensejada pela Articulação Sindical em nível nacional, possibilitando minimizar os efeitos potencialmente negativos de reivindicações ao governo Lula. O papel de crítica retórica da Articulação em nada modificava tal postura, mostrada às claras não nos momentos de campanha salarial, mas em situações nas quais a própria Articulação via-se contrariada pelo governo. Nesse sentido, a greve de 2004 é sintomática. Os mesmos sindicalistas que observaram retrospectivamente o advento das greves como um dos fatores positivos da “mesa única”, sequer cogitavam a greve àquele ano, que deveria ser *evitada* pela via da negociação. Via esta negada pelo governo em

momento propício, por estar de posse da principal arma que a Articulação Sindical entregou ao governo: deixar os bancários do setor público livres de amarras, como a “mesa única”, para atingir ganhos *por fora* da estrutura engessada.

Evidentemente, nem todas as diretrizes repassadas das instâncias de cúpula encontravam respaldo automático na base sindical. A decisão pelo advento ou não da “mesa única”, em 2005, encontrou resistência e foi inicialmente rechaçada pela base sindical carioca. E é aí que encontramos a debilidade da oposição sindical nos momentos em que poderia colocar-se enquanto alternativa ao cerne da direção sindical constituída desde 1991. Longe de ganhar musculatura, tanto eleitoral quanto de natureza política, este setor viu-se restrito a representatividade entre os trabalhadores que, ainda mostrando-se ativos, não constituem a maioria quantitativa do contingente de bancários. A começar pelas cisões ocorridas no setor sindical nacional¹¹² e que influenciaram diretamente no sindicalismo bancário carioca: ainda que num primeiro momento as diversas frações político-sindicais (representadas, no campo político-partidário, por PSTU, PCB e P-Sol) tenham se reunido em torno de uma “frente de esquerda”, num segundo momento esta frente se fragilizou a ponto de diminuir em importância no conjunto do movimento sindical bancário. Apenas em determinados momentos (e sempre ligados aos bancários do setor público) a oposição sindical obteve êxitos localizados, insuficientes para se colocar como opção de fato nas lutas corporativas.

A categoria bancária demonstrou vitalidade, ainda que limitada pela política de “unidade” da Articulação Sindical, impulsionada no Rio de Janeiro pela crença, advinda das diretorias sindicais, de que posturas antagônicas ao defendido pelas instâncias de cúpula, provenientes dos bancários do setor público, favoreciam setores opositores ao governo (e à Articulação) no seio do movimento sindical bancário, passando a utilizar reiteradas vezes a partir de 2005 – quando da cisão no interior da coalizão cutista – o termo “isolamento” em referência a tais posturas antagônicas, aumentando a propaganda pela unidade na negociação junto à Fenaban e governo federal.

Uma vez que as pautas e reivindicações específicas eram independentes no conjunto do calendário de reivindicações, as greves “unificadas” foram eficazes tão somente para evitar perdas ao conjunto dos trabalhadores bancários. Porém, com a utilização das assembleias para deflagração das greves em separado de bancários públicos e

¹¹² Referimo-nos aqui a Central Única dos Trabalhadores.

privados, principalmente nas negociações salariais de 2007 e 2008, a defesa da unidade na greve é mitigada. O fracionamento das assembléias nesses anos teve por objetivo enfraquecer as secessões provenientes de setores descontentes diretamente com os ditames do movimento sindical liderado pela Articulação Sindical e, indiretamente, com o governo Lula.

Este encapsulamento das reivindicações (sob o verniz do “isolamento”) acaba por ser estrategicamente interessante ao grupo hegemônico no movimento sindical carioca, pois se por um lado as greves persistem, por outro elas são fragilizadas pela política de unidade, mantendo-se assim o controle político sobre a minoria mais ativa do movimento sindical bancário, no que concerne às principais mobilizações grevistas.

A defesa da “mesa única”, em nível municipal, se torna um instrumento político importantíssimo não apenas para minimizar e dar freio às críticas dos bancários do setor público ao governo Lula. Defender a unidade significa controlar a oposição sindical (com grande força no setor público), cuja contrapartida é a reafirmação do enfraquecimento político do sindicato, enquanto entidade de representação local.

Os êxitos da “unificação nas lutas” foram diminutos em comparação ao que poderia vislumbrar-se ao início do governo Lula ou até mesmo após as negociações salariais de 2003. A unidade na categoria mitigou as contestações que não se adequavam aos ditames da “mesa única” e da “negociação” direcionadas pelas entidades superiores do setor bancário.

Sem a “mesa única”, o movimento sindical fatalmente seguiria o caminho reivindicatório trilhado, uma vez que situação e oposição são unânimes em observar as melhorias alcançadas pelos sindicalistas nas negociações específicas junto ao governo federal. Porém, com a “mesa única”, o teto estava estipulado: pouca crítica ao governo e reivindicações econômico-corporativas limitadas.

Ao diálogo inicial construído com êxito, deveriam ter se seguido manifestações crescentes e de maior vulto. Só que esse posicionamento iria de encontro à defesa do governo ante as oposições de esquerda e direita. A elite sindical bancária carioca tinha dois caminhos a seguir e optou pelo que considerou o mais acertado, por não o colocar em luta direta contra o governo federal e as instituições sindicais bancárias de cúpula (Comando Nacional dos Bancários e a Confederação), além de ser eficaz para manter sob controle a oposição local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da reestruturação produtiva do capital financeiro nos anos 1990, com conseqüências drásticas para os trabalhadores e entidades sindicais bancárias, a eleição de Luiz Inácio “Lula” da Silva é entendida, pelo setor sindical bancário, como uma possibilidade de dar novo rumo ao debilitado movimento sindical.

Porém, em entrevista ao jornal “O Estado de São Paulo”, no dia 8 de abril de 2008, Armando Boito Júnior observa que as conquistas principais do movimento sindical no governo Lula (das quais podemos destacar a retirada do Congresso do projeto de flexibilização da CLT; o veto à Emenda 3 da “Super Receita”; o reconhecimento jurídico das centrais sindicais; envio ao Congresso das convenções 151 e 158 da OIT e participação de sindicalistas e ex-sindicalistas nos conselhos de representação das empresas estatais, entre outros) não eram resultado das políticas governamentais no intuito de beneficiar os trabalhadores assalariados, trazendo vantagens tão somente às “diretorias sindicais, para a burocracia sindical”.

Esperava-se que o governo Lula, em conjunto à ascensão de ex-sindicalistas participantes das instâncias superiores no nível federal, pudesse modificar as estruturas sindicais do país, fortalecendo as entidades sindicais como um todo. Entretanto, além de não ter propiciado uma maior politização dos movimentos sociais e sindicais, por vezes o governo Lula utilizou setores da cúpula do movimento sindical que, de maneira envergonhada, até colocaram-se críticos na retórica, mas sem demonstrações práticas de desaprovação ao governo federal, pois as críticas poderiam ser passíveis de utilização por parte da oposição política (de esquerda e direita) ao presidente e seu governo.

Marques e Mendes (2006) entendem que ocorreu uma junção de governo, partido e sindicato, no limite, ajudando a desmobilizar parte importante das forças combativas do movimento sindical nacional, de modo a facilitar a aprovação (por parte da cúpula sindical) de várias diretrizes partidas do governo (caso emblemático da reforma da Previdência), a despeito de haver interesse (ou não) das bases que, “mesmo descontentes, não tinham como se expressar: suas formas tradicionais de organização estavam, pela mão de suas direções, a serviço do governo.”

Observando especificamente o setor bancário, o advento do

governo Lula colocava em baila um novo paradigma, principalmente no que diz respeito aos bancários do setor público, que voltariam a ter perspectivas positivas no que concerne às manifestações grevistas e de melhorias salariais vislumbrando recuperar, total ou parcialmente, as perdas acumuladas referentes ao governo FHC. Contudo, as entidades sindicais de base estiveram muito longe de recuperar a autonomia e vitalidade políticas e de mobilização que um dia tiveram, já que as manifestações de vulto estavam subordinadas ao que era definido pelos organismos sindicais de cúpula.

É necessário enfatizar que a diminuição indireta da autonomia política *das direções sindicais provenientes das entidades de base* junto ao governo Lula (intermediadas pelas entidades sindicais de cúpula, a saber, CUT e CONTRAF), por si só, não foi capaz de inibir manifestações críticas advindas da base sindical. Não se pode dizer também que o ato de deflagrar greves deixou de ocorrer no setor bancário, com o advento do governo Lula.

Entretanto, a deflagração de greves nem sempre teve, num primeiro momento, um caráter de contestação política, muitas das vezes restringindo-se ao âmbito corporativo. Tais manifestações que se realizam pelo viés ideológico ou pragmático – com interesses políticos ou corporativos nelas expressos – têm seus significados revelados quando analisados os dissídios salariais entre 2003 e 2008.

Eles desvelam de forma mais clara ao longo das negociações: a falta de diálogo do governo federal em relação ao setor bancário, ao entender que a paralisação terá prejuízos de natureza político-eleitoral; o entendimento de que, em determinadas situações, os banqueiros poderiam angariar benefícios econômicos na paralisação (com a diminuição de gastos na manutenção diária das agências), ou até mesmo políticos, em razão dos clientes colocarem-se contra os grevistas, uma vez que (em tese) demandas básicas seriam sonegadas pela falta de funcionários¹¹³; as disputas internas entre grupos dirigentes e opositoristas no seio do movimento sindical bancário (municipal e nacional).

A análise das campanhas salariais do período coloca em baila a relação conflituosa e paradoxal no seio das direções sindicais, que temiam contribuir com “qualquer mobilização mais firme por parte dos

¹¹³ Posição que Almir Aguiar levanta: “principalmente no setor bancário que você se envolve com a sociedade (...) ‘ah o pessoal tem que pagar a conta, os velinhos tem que receber a aposentadoria’. Então existe uma aposta também dos banqueiros [em colocar clientes contra os bancários].”

trabalhadores organizados [que constituísse] uma ameaça ao governo” (Marques e Mendes, 2006). Entretanto, ao evitar a utilização desse expediente de maneira autônoma em relação ao governo, os bancários como um todo se encontravam desprovidos de um dos seus instrumentos de pressão mais importantes, por escolha das próprias direções sindicais.

As maiores justificativas para “unificação” dos bancários, sintetizada pelo advento da “mesa única”, revelaram-se infrutíferas. Ao unir os bancários dos setores público e privado, a despeito das demandas salariais assimétricas acumuladas e níveis de mobilização notoriamente diferentes, a Articulação Sindical, *em nível nacional*, trabalhou no sentido de controlar as reivindicações do setor público.

Mesmo que a “unidade” pudesse ser descrita e utilizada como fator para fortalecer a categoria bancária, em realidade proporcionou o freio às contestações dos bancários e, num segundo momento, de setores opositores tanto da Articulação Sindical na CUT, quanto do PT na esfera político-partidária. Como foi visto ao longo do texto, quaisquer manifestações mais incisivas por parte dos bancários provenientes do setor público ou de setores opositoristas à Articulação Sindical, recebiam o adjetivo “isolacionista” pela própria direção sindical, caso estivesse em contraposição às deliberações das direções sindicais em nível nacional.

No primeiro governo Lula, a força das manifestações nos bancos públicos se deveu mais à abertura do diálogo direto entre governo e entidades sindicais, do que mérito cunhado pela mesa unificada de negociação básica.

As entidades sindicais de cúpula procuravam adaptar-se com ações conciliatórias frente ao governo, atrelando-se ao mesmo em momentos cruciais do primeiro mandato de Lula, casos do apoio à Reforma da Previdência, em 2003; à Reforma Sindical; à reeleição de Lula e o posicionamento nas greves de 2004 e 2006. Mas a retórica do “consenso” e “negociação”, defendida pelo governo, era deixada de lado nos momentos em que esta “negociação” tomava contornos mais críticos, explicitando um viés intransigente do “aliado” governamental. A ambigüidade também poderia ser verificada entre os dirigentes sindicais, cuja fundamental defesa do governo que ajudou a eleger, era alvo de inúmeras críticas na forma de execução.

Já no segundo governo Lula, ao menos durante o período estudado (de janeiro de 2007 até abril de 2009), a crise financeira e o retorno da política de coalizão foram grandes demonstrações de que o período agudo para fortalecimento do movimento sindical havia ficado para trás e que apoiar o governo não significaria deter um posicionamento

realmente privilegiado.

O apoio das direções sindicais cobrava seu preço, pois não havia mais espaço para busca de novas conquistas ante o aumento da rotatividade no emprego bancário, maculando os setores público e privado. Nem mesmo a perspectiva de aumento no número de empregos, observada ao longo do governo Lula, pôde minimizar os efeitos diretos da rotatividade – como a troca de funcionários antigos com salários maiores e benefícios adquiridos, por novos funcionários com salários bem menores – e os efeitos indiretos – calcados no aumento da pressão no ambiente de trabalho e inibição dos trabalhadores em geral, e dos bancos privados em particular, em participar ativamente das manifestações patrocinadas pelo sindicato.

Em âmbito municipal, a postura de apoio ao governo Lula adotada pelo SEEB/RJ, em consonância ao estipulado pela cúpula da Articulação Sindical, foi fortemente criticada, levando a seguidas rupturas nas esferas nacional e municipal, que se mostraram indelévels ao conjunto do movimento sindical bancário carioca. Porém, esta crítica tinha limitado alcance, restrito que estava ao setor público (principalmente Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), inferiorizado numericamente no conjunto do sindicalismo bancário, ainda que a base sindical oriunda dos dois bancos fosse historicamente identificada como de elevada importância para impulsionar as atividades mobilizatórias na cidade do Rio de Janeiro.

Há que se pontuar a defesa da “mesa única” e da subordinação às decisões provenientes das instituições de cúpula como forma de fortalecer a direção sindical no terreno municipal, com o argumento da “unidade” funcionando eficazmente para frear e isolar a oposição, que buscou canalizar os anseios dos bancários ligados ao setor público, como forma de disputar a hegemonia no interior do movimento sindical bancário cidadão.

Contudo, a mesma estratégia político-sindical que se mostrou eficaz para controle da oposição sindical e das contestações mais vigorosas do setor público, contribuiu também à diminuição da importância política do SEEB/RJ no plano nacional, enquanto entidade representativa dos trabalhadores e o descrédito por parte dos bancários provenientes do setor público – mais ativos no movimento sindical, apesar de minoritários – no plano municipal.

A se verificar o posicionamento dos diretores sindicais entrevistados, os sindicatos de bancários foram subjugados à intervenção *política* das entidades sindicais de cúpula, pelo fato dos diretores entenderem que estas entidades, na atual conjuntura,

transformar-se-iam nas instâncias deliberativas capazes de centralizar um poder de negociação que os sindicatos, mesmo os maiores fortes, não parecem mais deter, restando às (poucas) direções sindicais bancárias pertencentes às instituições de cúpula – capitaneadas por São Paulo – deliberar de fato e aos trabalhadores da base apenas legitimar uma negociação já feita.

É importante também pontuar que as oposições sindicais encontraram grandes dificuldades para se mostrar como alternativa viável às direções sindicais constituídas, algo que não foi encarado como possível pela maior parte da base sindical bancária. Mesmo as raras exceções de rebeldia das bases cariocas (caso dos bancários do setor público nas greves de 2004 e de 2006, além dos bancários da CEF nas greves de 2007 e 2008), no médio e longo prazo foram devidamente isoladas, com os sindicalistas por hora insurretos aprovando (com ressalvas) o negociado pela cúpula sindical junto aos bancos.

A oposição bancária no município do Rio de Janeiro durante o governo Lula (aqui vista em conjunto nas suas variadas versões ao longo das eleições sindicais bancárias de 2003, 2006 e 2009), excetuando casos específicos como os citados acima, apenas mantiveram a diretriz de suas matrizes ideológicas, os partidos políticos, emulando embates em nível nacional que pouco (ou nada) contribuíram para uma melhor colocação destes grupos em âmbito local.

Com relação ao sindicalismo bancário carioca, observou-se o apoio *direto* aos ditames das direções sindicais bancárias de cúpula, lideradas por São Paulo, propiciando o apoio *indireto* ao governo Lula por entender que este governo foi capaz de reabrir as negociações e o diálogo com os sindicatos e que tal paradigma político, no presente momento, era o único viável. Mas, conforme observado ao longo do texto, sempre que necessário, o governo ameaçou o movimento sindical com a quebra da negociação, atentando para a possibilidade da intervenção jurídica do TST, através do dissídio coletivo, o que inviabilizava esta afirmação defendida pelas direções sindicais.

Os dois mandatos de Lula tiveram efeitos distintos ao setor sindical bancário. E parece certo compreender que o movimento sindical (bancário) não terá as mesmas oportunidades que as vislumbradas a partir de 2003 e nos anos imediatamente posteriores, principalmente no 1º governo Lula (2003-2006) derivadas, principalmente do ineditismo que a eleição de um quadro importante (talvez o mais importante na história recente do movimento sindical), que poderia ensejar mudanças mais profundas na relação entre Estado e sindicatos, bem como no fortalecimento político das entidades sindicais, para além do mero

fortalecimento econômico.

Ao longo do governo Lula não ocorreram mudanças fundamentais no sentido de se frear o enfraquecimento ideológico e político das entidades sindicais de base, contribuindo à diminuição da importância do sindicato enquanto entidade representativa dos trabalhadores, cujo espaço cada vez mais é ocupado pela cúpula sindical. Todas as manifestações de aproximação entre sindicato e base sindical expressaram-se pelo viés individual, cujo maior destaque dado ao SEEB/RJ refere-se às ações de reintegração, culturais e de reestruturação física do sindicato, já que as bandeiras políticas gerais foram cedidas pelos sindicatos às instituições sindicais de cúpula, que por sua vez encontravam-se atreladas às diretrizes provenientes do governo federal.

APÊNDICE 1

Diretorias sindicais eleitas durante o governo Lula

Diretoria 2003-2006 – CUT (PT, PSTU, PC do B, PCB):

Vinícius de Assumpção Silva – Presidente (Bradesco)
José Alexandre Santos de Lima – Vice-Presidente (BB)
Carlos Augusto Martins de Aguiar – Secretário Geral (Itaú)
Jorge Geraldo Palermo Ferraz – 1º Secretário (Bradesco)
Almir Costa de Aguiar – Secretário de Finanças (Bradesco)
Juvenal Bezerra dos Santos - 1º Secretário de Finanças (Mercapaulo)
Jorge Couto – Secretário de Administração (Mercapaulo)
José Ferreira Pinto – Secretário de Assuntos Jurídicos (Unibanco)
José Márcio Tavares – Secretário de Imprensa (Bndes)
Cyro Garcia – Secretário de Bancos Públicos (BB)
Carlos Maurício de Oliveira – Secretário de Trabalho na Base (Itaú)
Sérgio Xavier de Menezes – Secretário de Bancos Privados (BCN/Boavista)
Carlos Alberto Oliveira Lima – Secretário de Formação Sindical (CEF)
Murilo da Silva – Secretário de Formação Profissional (BB)
Róbson de Oliveira Santos – Secretário de Previdência (Unibanco)
Carlos Antônio Souza Lima – Secretário de Cultura, Esporte e Lazer (Unibanco)
Adriana da Silva Nalesso – Secretária de Saúde (Itaú)
Reinaldo Gomes Silveira – Secretário de Organização por Local de Trabalho (Unibanco)
Alexandre Lopes Francisco – Secretário de Políticas Intersindicais (Unibanco)
Rita de Cássia de Souza – Secretária de Terceirizados (CEF)
José Proença Duarte – Secretária de Estudos Socioeconômicos (BB)
Jacy Joaquim Menezes – Secretário de Políticas Sociais (Bradesco)

Diretoria 2006-2009 – CUT (PT, PC do B):

Vinícius de Assumpção Silva – Presidente (Bradesco)
José Alexandre Santos de Lima – Vice-Presidente (BB)
Carlos Alberto Oliveira Lima – Secretário Geral (CEF)

Carlos Antônio Souza Lima – Secretário de Finanças (Unibanco)
Jorge Couto – Secretário de Administração (Bradesco)
Cleyde Reis Magno – Secretária de Assuntos Jurídicos (Santander)
Vera Luiza Xavier Ferreira – Secretária de Imprensa e Comunicação (Itaú)
Murilo da Silva – Secretário de Bancos Públicos (BB)
Carlos Maurício de Oliveira – Secretário de Dinamização do Trabalho (Itaú)
Carlos Augusto Martins de Aguiar – Secretário de Bancos Privados (Itaú)
Francisco Expedito Anchieta – Secretário de Formação Sindical (Itaú)
Maria Izabel Cavalcanti Menezes – Secretário de Cultura, Esporte e Lazer (Unibanco)
Almir Costa de Aguiar – Secretário de Saúde (Bradesco)
Robson de Oliveira Santos – Secretário de Políticas Sociais (Unibanco)

Diretoria 2009-2012 – CUT (PT), CTB (PC do B) e Intersindical (PCB, P-Sol):

Almir Costa de Aguiar – Presidente (Bradesco)
José Ferreira Pinto – Vice-Presidente (CEF)
Carlos Alberto Oliveira Lima – Secretário Geral (CEF)
Adriana da Silva Nalesso – Diretor Tesoureiro (Itaú)
Carlos Antônio Souza Lima – Diretor Segundo-Tesoureiro (Unibanco)
Celso Ferreira de Souza – Diretor de Administração e Patrimônio (Unibanco)
Marcelo Pereira – Diretor de Dinamização do Trabalho de Base (Bradesco)
Sérgio Ricardo da Cunha Bento – Diretor de Bancos Privados (Bradesco)
Murilo da Silva – Diretor de Bancos Federais (BB)
Gilberto Leal dos Santos Júnior – Diretor de Saúde (Unibanco)
Francisco Expedito Anchieta – Diretor de Formação Sindical (Itaú)
Maria Izabel Cavalcanti Menezes – Diretora de Cultura e Esportes (Unibanco)
Robson de Oliveira Santos – Diretor de Bancos Estaduais (Unibanco)
Cleyde Reis Magno – Diretor de Assuntos Jurídicos (Santander)
Vera Luiza Xavier Ferreira – Diretor de Imprensa e Comunicação (Itaú)

APÊNDICE 2

Agências na cidade do Rio de Janeiro (2002-2009)

INSTITUIÇÃO	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009⁽¹⁾
Itaú	107	110	139	184	205	217	219
Bradesco	144	159	184	169	179	187	192
Santander	16	16	15	15	47	48	170
Brasil	111	121	134	140	152	155	155
Unibanco	130	137	137	132	149	150	149
CEF	74	74	79	90	102	103	102
HSBC	52	51	51	51	49	47	43
Citbank	4	6	8	8	19	19	19
Safrá	6	6	6	6	7	7	7
Mercantil (BR)	11	11	12	12	5	3	3
Banrisul	3	3	3	3	3	3	3
ABN Real	92	92	87	90	117	118	-
Banerj	65	65	62	-	-	-	-
Sudameris	40	40	46	22	-	-	-
BBVA	36	39	-	-	-	-	-
BCN	30	28	-	-	-	-	-
Mercantil (SP)	15	-	-	-	-	-	-
BankBoston	9	10	10	10	-	-	-
Banespa	6	6	6	6	-	-	-
Rural	5	5	5	5	1	1	1
Meridional	5	5	5	4	-	-	-
Outros	46	44	44	44	57	58	52
Total	1008	1029	1034	991	1090	1114	1113

Mês base: dezembro. (1) Até outubro.

Fonte: Banco Central do Brasil.

APÊNDICE 3

Dados sobre os entrevistados

Almir da Costa Aguiar (Bradesco):

Atual Presidente do SEEB/RJ (eleito para o mandato 2009-2012), está presente na diretoria do sindicato desde 1994. Exerceu 3 mandatos na Secretaria de Saúde, 1 mandato na Secretaria Executiva e 1 mandato na Tesouraria. É ligado à Articulação Sindical (CUT).

Vinícius de Assumpção (Bradesco):

Ex-Presidente do SEEB/RJ (2003-2006 e 2006-2009), está presente na diretoria do sindicato desde 1991, onde já ocupou os cargos de Diretor, Diretor Executivo (por duas vezes) e Diretor de Bancos Privados. Também foi diretor da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo (1997-2000). Atualmente, exerce cargo de Diretor Executivo no sindicato. É ligado à Articulação Sindical (CUT).

Cyro Garcia (Banco do Brasil):

Ex-Presidente do SEEB/RJ (1988-1991) e Vice-Presidente (1985-1988). Participou da fundação do PT e da CUT (esta última, como delegado do sindicato), da II, III e IV CONCUT (como membro da Executiva Nacional). É membro da Convergência Socialista e da Oposição Sindical Bancária (ligado à Conlutas).

Ivan Pinheiro (Banco do Brasil):

Ex-Presidente do SEEB/RJ (1979-1982). Atualmente, encontra-se ligado à Intersindical, além de deter o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), o qual se lançou candidato à presidência da República nas eleições de 2010.

APÊNDICE 4**Cessão de direitos sobre depoimento oral**

Pelo presente documento, eu _____
_____, (nacionalidade) _____
_____, (estado civil) _____,
(profissão) _____, (CPF N.º) _____
_____, (Carteira de Identidade) _____
_____, emitida pelo _____
_____, domiciliado e residente na cidade _____
_____, bairro _____
_____, cujo endereço é _____
_____, número _____,
declaro ceder a Frank Ferreira dos Santos, RG
número 12682627-0 IFP/RJ, sem quaisquer restrições quanto aos seus
efeitos patrimoniais e financeiros, a plena utilização do depoimento de
caráter histórico e documental que prestei ao mesmo, que fica
autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, o
mencionado depoimento no todo ou em parte, editado ou não, bem
como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, com a
ressalva de sua integridade e indicação da fonte e autor.

Local e data: _____

Nome do depoente: _____

APÊNDICE 5

Roteiro para as entrevistas

1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome, identidade, membro da diretoria sindical desde (se necessário), ligação a partidos políticos (se necessário), ligação a centrais sindicais (se necessário).

2. QUESTÕES REFERENTES AO POSICIONAMENTO DO SINDICATO EM RELAÇÃO AO GOVERNO LULA:

1. Como analisar as implicações da eleição de Lula no sindicalismo bancário? Vislumbra-se uma mudança positiva ou negativa se comparado aos governos anteriores?

2. Como o sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro posicionou-se (e se posiciona) frente ao governo Lula?

3. Especificamente em relação a mudanças na estrutura sindical, como enxerga os passos dados pelo governo Lula? É favorável à unicidade sindical ou à manutenção do imposto sindical?

4. A greve, enquanto instrumento de luta por direitos (ou manutenção desses direitos) mostrou-se eficaz no governo Lula? Faça um panorama das campanhas salariais. (Dar especial atenção para as campanhas salariais de 2004, 2006 e 2008).

5. A defesa da unidade entre os sindicatos na negociação (da mesa única) revelou-se acertada?

6. Há contradição no fato do sindicato apoiar o governo Lula no campo político-institucional, quando este mesmo governo, por ser empregador de boa parte dos bancários, forçosamente torna-se adversário no campo econômico-corporativo?

3. QUESTÕES REFERENTES AO POSICIONAMENTO DO SINDICATO EM RELAÇÃO ÀS OUTRAS ENTIDADES DA ESTRUTURA SINDICAL, BANCOS E FUNDOS DE PENSÃO:

7. O esfacelamento da CUT ao longo do governo Lula prejudicou de algum modo a atuação do sindicato, uma vez que Conlutas, CTB e Intersindical (todos na CUT em 2003) tem representatividade no seio do sindicalismo bancário carioca?

8. Relação entre sindicato e CONTRAF. Diálogo ou o sindicato opta tão somente em seguir diretrizes perpetradas pela Executiva Nacional? Há espaço para o sindicato atuar de forma autônoma em determinados assuntos?

9. Como é a relação com o sindicalismo bancário paulista? A presença hegemônica de sindicalistas paulistas na CONTRAF interfere negativamente nesta relação?

10. Qual a relação existente entre sindicato e fundos de pensão, observando o fato de que uma ex-presidente do sindicato (Fernanda Carísio) atualmente encontra-se no conselho deliberativo da PREVI (como suplente do conselho fiscal)?

11. Enxerga-se com bons olhos o atual cenário de crescimento do setor financeiro público, em especial no Banco do Brasil, no auge da recente crise financeira?

12. Na recente crise financeira, mas também em outros momentos de forte rotatividade (como no Plano de Adequação de Quadros, no BB, em 2007), qual foi o papel do sindicato no intuito de manter os empregos ou minimizar o impacto das demissões no conjunto dos trabalhadores bancários?

4. QUESTÕES REFERENTES AO POSICIONAMENTO DO SINDICATO EM RELAÇÃO À BASE SINDICAL:

14. Existe incentivo à aproximação do trabalhador bancário nos assuntos relativos ao sindicato?

15. Quais são os instrumentos utilizados e incentivos a partilhar tanto

das manifestações do sindicato a assuntos como “contra o assédio moral”, “reintegração de funcionários”, contra o “interdito proibitório”, entre outras políticas de aproximação do trabalhador ao sindicato?

16. Sobre a relação bancários – financeiros. Tentativa de retirar o sindicato de uma luta restrita ao trabalhador bancário? Tática importante na luta contra os bancos?

5. PAUTAS ESPECÍFICAS PARA MEMBROS NÃO LIGADOS À ARTICULAÇÃO SINDICAL:

5.1. Oposição Bancária (PSTU):

- Dissertar a respeito da coalizão no mandato 2003-2006.
- Oposição no período 2007-2009.

5.2. Intersindical (PCB):

- Dissertar a respeito da coalizão no mandato 2003-2006.
- Qual o motivo da Intersindical compor uma direção sindical ligada à CUT, quando a mesma Intersindical criticou a postura da fração hegemônica na central “nitidamente social-democrata”, partidária da “diminuição da autonomia frente ao governo Lula”, participando inclusive da chapa oposicionista nas eleições de 2006. O que mudou?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Livros:

ALEXANDRE, Francisco F. **Reestruturação e o fim da segurança no emprego no Banco do Brasil**. São Paulo: F.F. Alexandre, 2002.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. Pp. 461-474.

ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, sindicatos e partido no Brasil: um estudo sobre a consciência de classe da revolução de 1930 até a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo, Cortez e Editora Ensaio, 1982.

_____. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1991.

_____. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez Editora; Campinas: Editora da Unicamp, 2005a (10ª Edição).

_____. O estancieiro, o príncipe e o artífice: construção e desconstrução da legislação social no Brasil. In: **Margem Esquerda: ensaios marxistas (Volume 5)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005b. Pp. 161-175

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005c.

_____. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006a. Pg. 15-25.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. As novas lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30. In: REIS, Eliza; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (orgs.). **Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Anpocs; Editora Hucitec, 1996. Pp. 9-29.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; CARTONI, Daniela Maria e JUSTO, Carolina Raquel D. Mello. Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 16, n. 45, fev. 2001.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BERNARDO, João. **Capital, Sindicatos, Gestores**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1987.

BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

BLASS, Leila Maria da Silva. Novo Sindicalismo: persistência e descontinuidade. In: RODRIGUES, Iran Jacomé (org.). **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes; São Paulo: EDUC/UNITRABALHO, 1999. Pp. 33-49.

BOITO JR., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1991a.

_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: **O sindicalismo brasileiro nos anos 1980**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991b. Pp. 43-91.

_____. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1999.

_____. **O sindicalismo na política brasileira.** Campinas: Editora Unicamp, 2005.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Medida Provisória 443. Brasil, 2008

CANÊDO, Leticia Bicalho. **Bancários: Movimento sindical e participação política.** Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a Era Vargas acabou?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

_____. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2003a.

_____. Os sindicatos e a segurança socioeconômica no Brasil. In: SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). **Além da Fábrica: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003b. Pp. 227-270.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis, Vozes, 1999.

CNB. **O Rosto Bancário.** São Paulo: CNB, 2001.

COMIN, Alvaro. A Experiência de Organização das Centrais Sindicais no Brasil. In: J. Mattoso *et alli* (orgs.). **O Mundo do Trabalho: Crise e Mudança no Final do Século.** São Paulo: Editora Scritta, 1994.

CORADINI, Odaci Luiz. **Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil.** Curitiba: Revista de Sociologia e Política 28, 2007.

COSTA, Sílvio. **Tendências e centrais sindicais: o movimento sindical brasileiro de 1978 a 1994.** São Paulo: Editora Anita Garibaldi;

Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. In: **Praia Vermelha: Estudos de política e teoria social (Uerj – PPGESS)**. Rio de Janeiro, vol. I, n. 1, jan-jun. 1997.

D' ARAÚJO, Maria Celina. **Governo Lula: contornos sociais e políticos da elite do poder**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

DIEESE. **Banco Banerj S.A.: a privatização e o Itaú – alguns dados importantes**. Rio de Janeiro: DIEESE; SEEB/Rio, 1997.

_____. **Pesquisa: Perfil Sócio-Ocupacional dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Município do Rio de Janeiro**. GONZAGA DE OLIVEIRA, Sônia Maria (Coord.). Rio de Janeiro: DIEESE/SEEB-RJ, 2000.

_____. **As medidas do Conselho Monetário Nacional para a regulamentação das tarifas bancárias**. São Paulo: Dieese, 2008.

DINIZ, Eli. **Crise, reforma do Estado e governabilidade**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1997.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FEBRABAN. Relatório Social. São Paulo, 2001.

_____. Relatório Social. São Paulo, 2002.

_____. Relatório Social. São Paulo, 2003.

_____. Relatório Social. São Paulo, 2005.

_____. Relatório Social. São Paulo, 2006.

_____. Relatório Social. São Paulo, 2007.

GALVÃO, Andréia. Do coletivo ao setor, do setor à empresa: a trajetória do “novo sindicalismo” metalúrgico nos anos 90. In: RODRIGUES, Iran Jacomé (org.). **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis:

Editora Vozes; São Paulo: EDUC/UNITRABALHO, 1999. Pg. 113-131

_____. **As reformas sindical e trabalhista em perspectiva comparada: uma análise dos governos FHC e Lula.** Caxambu: 31º Encontro Anual da Anpocs, 2007.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ, 1988.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel – Notas sobre Estado e política (Cadernos do cárcere: Vol. 3).** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971 (2ª Edição).

IPEA. **Comunicação da presidência 20. Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise.** Brasília: IPEA, 2009.

JINKINGS, Nise. **O Mister de Fazer Dinheiro: Automatização e Subjetividade no Trabalho Bancário.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1995.

_____. **Trabalho e Resistência na "Fonte Misteriosa": os Bancários no Mundo da Eletrônica e do Dinheiro.** Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

JUNCKES, Ivan Jairo. **O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil.** Florianópolis: UFSC, PPGSP, 2004.

LARANGEIRA, Sônia M. Guimarães. **Reestruturação em bancos e telecomunicações no Brasil: excluídos e beneficiados.** In: Aguirre, R. e Batthyány, K. (Org.). **Trabajo, género y ciudadanía en los países del Cono Sur.** Montevideo: Cinterfor, 2001.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política**

econômica e o Estado. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA FILHO, Renato Costa. **As Peculiaridades dos Bancários Cariocas.** Dissertação (Mestrado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos: Rio de Janeiro (1955/1988).** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998a.

_____. **Trabalhadores e sindicalismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MATTOS, Marcelo Badaró (Org.) et alli. **Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca (1945-1964).** Rio de Janeiro: Aperj/Faperj, 2003.

MINELLA, Ary Cesar. **Banqueiros: organização e poder político no Brasil.** São Paulo/Rio de Janeiro: Anpocs/Espaço e Tempo, 1988.

_____. Elites financeiras, sistema financeiro e o governo FHC. In: OURIQUES, Nildo Domingos e RAMPINELLI, Waldir José (Orgs.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC.** São Paulo: Editora Xamã, 1998 (2ª Edição). Pp. 165-199.

MIRANDA, Elflay. Globalização financeira e associações de bancos no Brasil: o caso da Febraban. In: Sociedade e Cultura, v. 6, n. 2, Jul. /Dez. 2003. Pp. 201-214.

MORAES FILHO, Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos.** São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1978 (2ª Edição).

NEVES, Euclides Fagundes. **Bancos, bancários e movimento sindical.** Salvador: Bureau Gráfica e Editora, 2008 (2ª edição).

OLIVEIRA, Ana Lúcia Valença de Santa Cruz. **Sindicalismo Bancário. Origens.** Rio de Janeiro: Oboré/Sindicato dos Empregadores em Estabelecimentos Bancários do Rio de Janeiro, 1990.

_____. **Sindicato e**

Sindicalismo Bancário. Seropédica: EDUR, 1998.

_____. **Sindicalismo bancário: receitas e despesas como espelho das opções políticas.** In: Revista Tempo (Edição nº. 12), 2001. Pp. 133-151.

OLIVEIRA, Edmilson Martins de. **Bancários: anos de resistência (1964-1979).** Rio de Janeiro: SEEB/RJ, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. O enigma de Lula: ruptura ou continuidade? In: **Margem Esquerda: ensaios marxistas (Volume 1).** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003a. Pp. 37-41.

_____. **Crítica da razão dualista: o Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003b.

_____. No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. Pp. 293-305.

_____. Política numa era de indeterminação: Opacidade e Reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de; RISEK, Cibele Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007a. Pp. 15-45.

_____. O momento Lênin. In: OLIVEIRA, Francisco de; RISEK, Cibele Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007b. Pp. 257-287.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. Tendências recentes das negociações coletivas no Brasil. In: Ramalho, José Ricardo & Santana, Marco Aurélio (Orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. Pp. 271-298.

OURIQUES, Nildo Domingos. A sedução revolucionária e o Plano Real. In: OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPINELLI, Waldir José (Orgs.). **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC.** São Paulo: Editora Xamã, 1998 (2a Edição). Pp. 91-135.

PENNA, Lincoln de Abreu. **A presidência Lula: passos e tropeços.**

Rio de Janeiro: Imprimatur, 2006.

POCHMANN, Márcio. O recorde do desemprego. In: POCHMANN, Márcio e BORGES, Altamiro (org.). **“Era FHC”: A regressão do trabalho**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2002. Pp. 13-33.

_____. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. Pp. 59-73.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

RAMALHO, José Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. In: Ramalho, José Ricardo & Santana, Marco Aurélio (Orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003. Pp. 11-43.

RODRIGUES, Iran Jacomé. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.

_____. A trajetória do Novo Sindicalismo. In: **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. Petrópolis: Editora Vozes; São Paulo: EDUC/UNTRABALHO, 1999. Pg. 73-94.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Metáforas do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990a.

_____. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política**. São Paulo: Editora Ática, 1990b.

_____. As tendências políticas na formação das

centrais sindicais. In: BOITO JR., Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. Pg. 11-42.

SEEB/RJ. **O sindicato do Rio de Janeiro e sua história**. Rio de Janeiro: SEEB/RJ, 2000.

SILVA, Jair Batista da. A face privada de um banco público: os experimentos flexíveis no Banco do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006a. Pp. 207-236.

SILVA, José Carlos da. **Reestruturação no setor bancário: trabalho e resistência no processo de privatização do Besc**. Florianópolis: UFSC, PPGSP, 2006b.

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas: Editora Unicamp, 2002.

VENCO, Selma Borghi. **Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O sindicalismo e a questão democrática na história recente do Brasil: o que se pode esperar? In: OLIVEIRA, Francisco de; RISEK, Cibele Saliba (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. Pp. 49-69.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1989 (3ª Edição).

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

2. Artigos na Internet:

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. **Estado, relações de poder e sociedade no primeiro programa econômico do PT**. Tempos Históricos, vol. 10, 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/1230/1017>.

Acesso em: 20 abril 2009.

ALVES, Eduardo. **Concepção e prática: uma breve história do movimento sindical**. 2005. Disponível em: www.insrolux.org/formacao2/historiamovsindical2005.pdf. Acesso em 01 dezembro 2009.

BORGES, Altamiro. **O sindicalismo no governo Lula**. 18 abril 2007. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=16551>. Acesso em: 01 maio 2009.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A filiação sindical no Brasil**. Dados, Rio de Janeiro, v. 44, n. 1, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582001000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 maio 2010.

CARVALHO, Guilherme. **Impactos da internacionalização financeira sobre o sindicalismo bancário curitibano**. Rio de Janeiro: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009. Disponível em: http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/19_8_2009_11_3_7.pdf. Acesso em: 01 março 2010.

CASTELHANO, Laura Marques. **O medo do desemprego e a(s) nova(s) organizações de trabalho**. Psicologia e Sociedade, v. 17, n. 1, abr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 março 2010.

CORAZZA, Gentil. **Crise e reestruturação bancária no Brasil**. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Economia (UFRGS), n. 8, 2000. Disponível em: www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2000_08.pdf. Acesso em: 20/04/2009.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: cooptação e resistência. In: CLACSO (org.). **Observatório Social da América Latina**. Ano VI, n. 19. Buenos Aires, jul. 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>. Acesso em: 10 janeiro 2010.

IBGE. **Sindicatos: indicadores sociais 2001**. Rio de Janeiro: IBGE,

2002. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/sindical/sindicato2001.pdf>. Acesso em: 01 fevereiro 2010.

JARDIM, Maria Aparecida Chaves. **“Domesticação” e/ou “moralização do capitalismo” no governo Lula: inclusão social via mercado e via fundos de pensão.** Dados, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, 2009. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 novembro 2009.

JORNAL AÇÃO. **BB: Os efeitos da reestruturação.** Ano XX, N. 194, AGO/SET. 2007. Disponível em:

<http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=409&codPagina=25835>. Acesso em: 10 abril 2009.

LARANGEIRA, Sônia M.Guimarães. **Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 18, n. 61, dec. 1997. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000400006&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 10 agosto 2010.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal.** Revista de Economia Política, São Paulo, v. 26, n. 1, mar. 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 maio 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Os sindicatos e o desemprego no Brasil (1998b).** Disponível em:

bliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/badaro.rtf. Acesso em: 10 abril 2009.

RADERMACHER, Reiner; MELLEIRO, Waldeli. **Mudanças no Cenário Sindical Brasileiro sob o Governo de Lula.** Nueva Sociedad, n. 211, set-out 2007. Disponível em:

www.nuso.org/upload/articulos/3461_2.pdf. Acesso em: 04 maio 2009.

SANTOS, Frank Ferreira dos Santos. **Reforma Sindical no Governo**

Lula: restou algo do consenso? Em Tese. Vol. 5 n. 1 (1), ago. 2008. Pp. 98-122. Disponível em:
http://www.emtese.ufsc.br/2008/vol5_1art5.pdf. Acesso: 10 março 2010.

SCHMITZ, Arno; MAHL, Alzir Antônio. **Reestruturação e automação bancária versus emprego: um balanço ao final dos anos 90. Teoria e Evidência Econômica.** Passo Fundo, vol. 8, n. 15, nov. 2000. Pg. 67-82 Disponível em:
http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n15_2000_art4.pdf. Acesso em: 20 abril 2009.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Reestruturação nos Bancos no Brasil: Desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho.** In: Educação e Sociedade, v. 20, n. 67, 1999. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000200007&lng=es&nrm=isso. Acesso em: 04 maio 2009.

3. Revistas, jornais e periódicos on-line:

AGÊNCIA BRASIL. **Transações em terminais compartilhados da Caixa e Banco do Brasil chegam a 2,8 milhões.** 02 junho 2007. Disponível em:
http://ultimosegundo.ig.com.br/economia/2007/06/02/transacoes_em_terminais_compartilhados_da_caixa_e_banco_do_brasil_chegam_a_28_milhoes_811568.html. Acesso em: 01 março 2010.

CONTRAF. **Lula atende trabalhadores e veta Emenda 3 da Super Receita.** 16 março 2007. Disponível em:
<http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=8013>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **HSBC não respeita compromisso e inicia processo de demissão.** 01 novembro 2007. Disponível em:
<http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=11557>. Acesso em: 20 julho 2010.

_____. **Congresso recebe Convenções 151 e 158 da OIT para serem ratificadas.** 14 fevereiro 2008. Disponível em:
<http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=12328>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Banco do Brasil inicia fechamento de 18 das 57 URR's.** 18 fevereiro 2008. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=12357> Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Convenção 158: relator apresenta parecer contrário à norma.** 04 junho 2008. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=13516>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **A campanha dos financeiros e a construção do ramo.** 11 junho 2008. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=13586>. Acesso em: 01 maio 2009.

_____. **BB: Sindicatos e bancários se mobilizam em defesa dos "excedentes" das Gecex.** 12 agosto 2008. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=14136> Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Bancos são os que menos empregam. Bancários querem mais contratações.** 20 agosto 2008. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=14218&CodSubIt em=47>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Trabalhadores exigem do governo medidas para proteger emprego.** 05 dezembro 2008. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=15374>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Bancos fecham 1.354 postos de trabalho no primeiro trimestre de 2009.** 16 junho 2009. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=17227>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Comissão do Trabalho da Câmara analisa a Convenção 158 da OIT.** 03 julho 2009. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=17477>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Relator na Câmara dá parecer favorável à ratificação da Convenção 158 da OIT.** 21 maio 2010. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=22080> Acesso em: 20 julho 2010.

_____. Após ratificação, Brasil formaliza adesão à convenção 151 da OIT. 16 junho 2010. Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/noticias.asp?CodNoticia=22384>. Acesso em: 20 julho 2010.

DIAP. Congresso da Conlutas aprova unificação com a Intersindical. 19 julho 2008. Disponível em: <http://diap.ps5.com.br/content,0,1,82248,0,0.html>. Acesso: 20 jul 2010.

_____. **Efeitos da crise: bancos dispensam mais de mil funcionários em três meses.** 04 dezembro 2008. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/agencia-diap/6761-efeitos-da-crise-bancos-dispensam-mais-de-mil-funcionarios-em-tres-meses>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Governo injetou R\$ 363 bi na economia desde agravamento da crise.** 21 dezembro 2008. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/agencia-diap/6926-governo-injetou-r-363-bi-na-economia-desde-agravamento-da-crise>. Acesso: 01 mar 2010.

_____. **Bancários: Santander lucra R\$ 2,8 bi e demite 400 funcionários.** 09 fevereiro 2009. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/agencia-diap/7577-bancarios-santander-lucra-r-28-bi-e-demite-400-funcionarios>. Acesso em: 01 março 2010.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **“Era Lula” consagra república sindical . 06 abril 2008.** Disponível em: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080406/not_imp152028,0.php. Acesso em: 01 março 2010.

FOLHA ONLINE. **Berzoini diz que governo não vai intervir nas campanhas salariais.** 21 setembro 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89121.shtml>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Lula quer cortar salário de bancários em greve.** 28 setembro 2004. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89376.shtml>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Após decisão da Justiça, bancários admitem pedir reajuste menor.** 30 setembro 2004. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89504.shtml>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Congresso deve ajudar nas negociações com bancos, dizem bancários.** 05 outubro 2004. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89636.shtml>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Greve perde força e bancários tentam reabrir negociação com BB e CEF.** 05 outubro 2004. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89608.shtml>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Greve entra no 23º dia e bancários apelam para o TST.** 06 outubro 2004. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89684.shtml>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **PT sugere que Lula interceda por bancários.** 07 outubro 2004. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89710.shtml>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Bancários “racham” e greve entra em “beco sem saída”.** 07 outubro 2004. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89699.shtml>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Sem saída honrosa, bancários já pensam em julgamento da greve.** 07 outubro 2004. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89700.shtml>. Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Bancários devem suspender greve e voltar ao**

trabalho amanhã. 14 outubro 2004. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u89847.shtml>.
Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Bancários aprovam proposta e encerram greve após 6 dias.** 11 outubro 2005. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u101260.shtml>.
Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Greve tem adesão de 80 mil bancários, mas divide categoria.** 29 setembro 2006. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u111391.shtml>.
Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Bancários da Caixa e BB recuam em SP e Brasília e aprovam reajuste de 3,5%.** 11 outubro 2006. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u111635.shtml>.
Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Justiça quer fim da greve dos bancários para retomar negociação.** 14 outubro 2008. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u456129.shtml>.
Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Veja as principais fusões e aquisições do setor bancário brasileiro nos últimos anos.** 03 novembro 2008. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u463575.shtml>.
Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Itaú e Unibanco anunciam fusão e criam maior grupo financeiro do Hemisfério Sul.** 03 novembro 2008. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u463386.shtml>.
Acesso em: 01 março 2010.

_____. **Itaú-Unibanco cria centro de realocação para evitar demissões após fusão.** 04 março 2009. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u529153.shtml>.
Acesso em: 20 julho 2010.

_____. **Santander vai criar programa de incentivo a aposentadorias.** 13 março 2009. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u534016.shtml>.

Acesso em: 01 março 2010.

G1. Tentativa do governo de leiloar Berj fracassa no Rio de Janeiro.

31 maio 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/05/tentativa-do-governo-de-leiloar-berj-fracassa-no-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 20 julho 2010.

REVISTA EXAME. Governo do Rio pretende privatizar Berj até novembro. 25 agosto 2008. Disponível em:

<http://portalexame.abril.com.br/ae/economia/m0166623.html>. Acesso em: 01 março 2010.

4. Periódicos:

Jornal “O Bancário”. Rio de Janeiro, edições de 2002 até 2009.

5. Outras fontes:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. <http://www.bcb.gov.br>

IBGE: <http://www.ibge.gov.br>

PCB: <http://pcb.org.br/portal>

6. Entrevistas:

AGUIAR, Almir Costa de. Entrevista concedida a Frank Ferreira dos Santos em 30 de março de 2010. Duração: 98 minutos.

ASSUMPÇÃO, Vinícius de. Entrevista concedida a Frank Ferreira dos Santos em 5 de fevereiro de 2010. Duração: 61 minutos.

GARCIA, Cyro. Entrevista concedida a Frank Ferreira dos Santos em 30 de março de 2010. Duração: 65 minutos.

PINHEIRO, Ivan Martins. Entrevista concedida a Frank Ferreira dos Santos em 23 de março de 2010. Duração: 56 minutos.